

Ministério da Justiça

Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP

**Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e
Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública**

Relatório de Atividades

Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação
Secretaria Nacional de Segurança Pública

2003 / 2006

26 de janeiro de 2007

INDICE

1. Introdução.....	3
2. Breve Histórico – Dados Coletados (2001-2003)	4
3. Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal	6
3.1. Diretrizes da Criação do Sistema	6
3.2. Público Alvo.....	7
3.3. Processo de Criação do Sistema.....	8
3.4. Arquitetura do Sistema.....	8
3.4.1. Principais Inovações da Arquitetura.....	8
3.4.2. Modelo de Arquitetura	9
3.4.3. Descrição Sintética das Bases de Dados	10
3.5. Principais Informações a Serem Coletadas	12
3.6. Unidades de Coleta e Análise.....	15
3.7. Fontes de Dados	15
3.8. Construção de uma Política de Tratamento da Informação	16
3.9. Ações Prioritárias para Constituição do Sistema	17
3.10. Sistema de Compatibilização das Formas de Classificação das Ocorrências	21
3.11. Controle da Cobertura dos Dados Coletados	21
3.12. Análise do Conteúdo dos Boletins e Registros de Ocorrências	22
3.13. Atividades de Implantação dos Módulos de Estatística	22
3.13.1. Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública	22
3.13.1.1. Polícia Civil	22
3.13.1.2. Polícia Militar	26
3.13.1.3. Corpos de Bombeiros Militares	28
3.13.2. Perfil das Organizações de Segurança Pública.....	29
3.13.3. Pesquisa Nacional de Vitimização	31
3.13.4. Fluxo do Sistema de Justiça Criminal	34
4. Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal	35
4.1. Sistema de Monitoramento Espacial da Criminalidade em Ambiente Urbano.....	35
4.2. Observatório Nacional de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade.....	38
4.3. Biblioteca Digital de Monografias de Segurança Pública.....	39
4.4. Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP.....	40
4.5. Distribuição de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.....	45
4.6. Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas.....	52
4.7. Sistema de Cadastro e Monitoramento de Convênios.....	70
5. Diagnósticos de Segurança Pública e Justiça Criminal.....	71
5.1. Estimativas Populacionais Mensais para os Municípios.....	71
5.2. Diagnósticos sobre Segurança Pública.....	72
5.3. Relatórios Administrativos.....	73
6. Cursos e Oficinas de Trabalho	74
6.1. Curso de Gestão em Segurança Pública.....	74
6.2. Oficina de Trabalho dos IMLs - Parceria Ministério da Saúde.....	75
6.3. Oficina de Trabalho com a OPAS - RIPSA	76
6.4. Curso sobre Uso Gerencial de Informações em Segurança Pública	76
6.5. Oficina de Trabalho na SBPC (2006)	77
7. Síntese da Situação (1. semestre de 2006)	78

1. Introdução

Fundamentada nos 7 eixos estratégicos traçados pelo Plano Nacional de Segurança Pública do governo Lula (gestão do conhecimento, reorganização institucional, formação e valorização profissional, prevenção, estruturação da perícia, controle externo e participação social e programas de redução da violência), a SENASP estabeleceu como prioridade iniciar a construção de um sistema integrado de gestão do conhecimento e de informações policiais. Busca-se construir, pela primeira vez no país, um sistema capaz de municiar os responsáveis pelo planejamento das políticas públicas de segurança, em âmbito nacional, regional e local, as próprias instituições policiais, órgãos da administração pública e a sociedade civil com informações necessárias para aprimorar a participação de cada um desses setores nos processos de planejamento, execução e avaliação das ações de segurança pública, e com isto, constituir os alicerces que, reforçando o princípio republicano e federativo, garantam a integração prática dos órgãos que atuam no campo da segurança pública e justiça criminal. A SENASP compreendeu que a construção deste sistema constitui um dos pilares fundamentais para a implementação e conseqüente institucionalização do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) tal como evidencia o Plano Nacional de Segurança Pública. Sem informações qualificadas, seja ao nível nacional ou local, qualquer iniciativa na área de segurança está fadada, como se observou nos últimos 30 anos, à produção de resultados que não ultrapassam seus efeitos imediatos, gerando irracionalidade da aplicação dos recursos, desperdício dos meios empregados, dispersão de esforços, fragmentação das ações e incapacidade de pró-ação frente aos desafios colocados diariamente.

Coube à equipe do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública conceber o projeto deste sistema e executar a sua implementação ao nível nacional. Sua concepção e execução seguiram o espírito republicano. A SENASP entendeu que este projeto era um dos espaços fundamentais para renovar, em bases participativas, o pacto federativo. Por esta razão, todas as ações relacionadas à construção do sistema, desde o seu planejamento até a sua implantação, contou, até o presente momento, com representantes das 27 unidades federativas, assim como com policiais e especialistas de todo o Brasil na área de segurança pública. Trata-se, pois, de um projeto que foi conduzido pela SENASP e elaborado a várias mãos, respeitando e resgatando a autonomia dos entes federados, suas realidades institucionais e, com isso, a diversidade regional. Esta iniciativa foi saudada por todos em razão da nova postura democrática e participativa que tem fundamentado as ações da SENASP. Nossa metodologia está fundamentada no trabalho cooperativo e responsável com os operadores dos sistemas federais, estaduais e municipais de estatística criminal. Foi, precisamente, com a incorporação do conhecimento prático destes atores que se tornou possível dar passos significativos rumo à construção de um sistema de gestão de conhecimento e gerenciamento de informações factível e adaptado à heterogeneidade que caracteriza os sistemas de informação criminal no país, isto é, adequado a diversidade dos níveis de maturidade tecnológica e informacional destes sistemas.

Esse sistema de informações contempla, assim, dois aspectos fundamentais: primeiro, a necessidade de introduzir mecanismos de gestão da distribuição de recursos e acompanhamento dos resultados alcançados por diferentes estratégias de ação; segundo, a necessidade de aprimorar o processo político democrático, através da difusão de informações para a sociedade civil e para outros órgãos da administração pública.

Elaboramos o sistema dividido em três módulos principais em função da necessidade de construirmos um sistema que fizesse a coleta e disseminação de conhecimento que não estivesse restrito apenas às informações estatísticas, mas que incluísse também a coleta e disseminação de conhecimento no seu sentido mais completo, ou seja, monografias, experiências práticas em

segurança pública e ferramentas de coleta, registro e análise de informações de segurança pública e justiça criminal.

ARQUITETURA DO SISTEMA



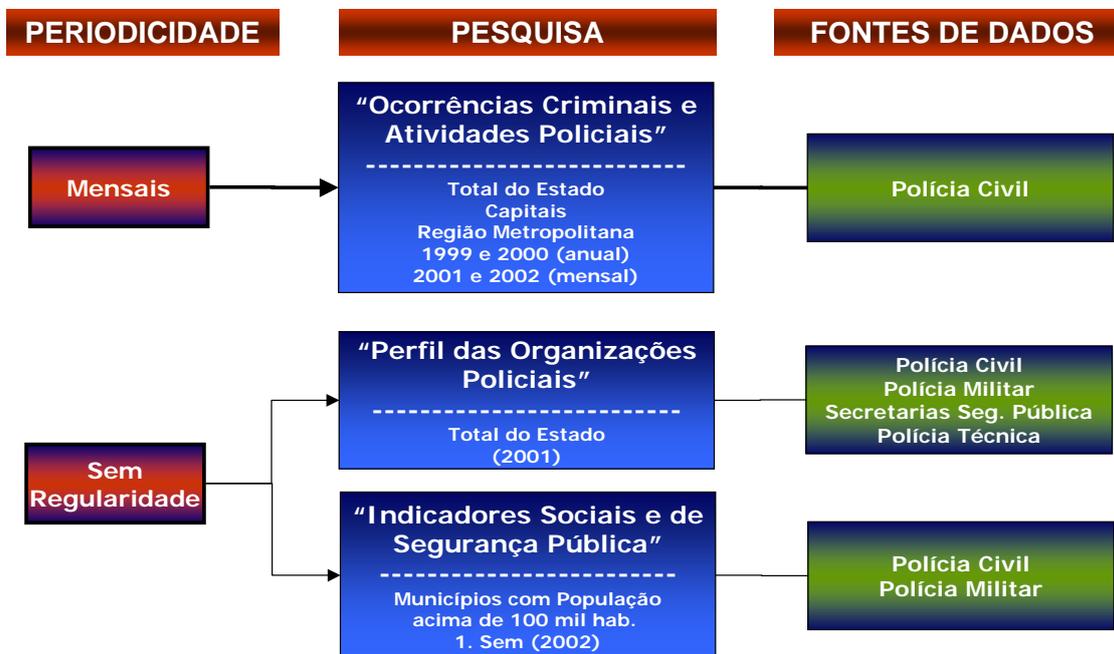
Orientados pela necessidade de integrar as organizações de segurança pública e justiça criminal e difundir a cultura da gestão de resultados entre as organizações, estruturamos o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal para coletar de forma periódica informações referentes às atividades desenvolvidas por estas organizações e os recursos disponíveis para a realização destas atividades. Identificamos também a necessidade de elaborar Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal, com o objetivo de gerar conhecimento para ser aplicado de modo a resolver problemas pontuais e específicos para o planejamento e implantação de ações pela SENASP. Os produtos deste tipo de pesquisa podem ter o formato de relatórios que sistematizam o conhecimento sobre um assunto específico ou ferramentas que agregam o conhecimento da pesquisa de modo a facilitar o seu emprego pelos órgãos de segurança pública. Todos estes produtos foram elaborados pela equipe da SENASP e sua distribuição gratuita não apenas representa uma economia vultuosa de gastos públicos, como contribui para a padronização das técnicas e procedimentos dos profissionais de segurança pública. Por fim, diante do desafio de implantar uma série de ações devidamente planejadas, implantadas e monitoradas, também iniciamos a realização de vários diagnósticos sobre a criminalidade e violência no Brasil. Estes diagnósticos buscam sempre suprir demandas específicas necessárias da SENASP e atender ao princípio democrático de difusão de conhecimento para a sociedade civil e órgãos governamentais de maneira ampla.

2. Breve Histórico – Dados Coletados (2001-2003)

Cumprir mencionar que o Ministério da Justiça não possuía um sistema nacional de coleta e análise de dados estatísticos sobre segurança pública e justiça criminal, de acordo com os requisitos fundamentais que caracterizam tal iniciativa. Os valiosos esforços empreendidos pelas gestões anteriores foram marcados pela descontinuidade produzida pelas mudanças constantes dos ministros da justiça e dos quadros dirigentes da SENASP. Nos últimos oito anos, tivemos a frente do Ministério da Justiça dez titulares da pasta. As inúmeras mudanças no quadro de dirigentes impossibilitaram a construção e institucionalização de uma política nacional para a área de produção de estatísticas de segurança pública. Este cenário levou à criação de uma estrutura artesanal de levantamento de informações de segurança pública, caracterizada pela falta de periodicidade no envio das informações para a SENASP, pela falta de clareza nos conteúdos das estatísticas informadas e pela informalidade no relacionamento entre a SENASP e os estados. Este processo, que teve início em 2001, produziu um acúmulo de informações não qualificadas remetidas pelos estados, que, salvo exceções, permaneciam “estocadas” na SENASP, sendo muito pouco utilizadas.

Assim, desde 2001, a SENASP reúne dados sobre segurança pública retroativos a 1999, ordenados em dois processos de coleta que resultaram de iniciativas independentes, porém

complementares: um destinado a reunir informações sobre ocorrências criminais e atividades policiais; outro destinado a traçar um perfil das organizações policiais brasileiras, no que se refere a seus tamanhos e características, à formação dos seus efetivos, aos seus graus de modernização institucional e assim por diante.



Uma vez identificado este acervo, o primeiro passo foi desenvolver um diagnóstico detalhado do sistema de coleta de dados estatísticos existentes na SENASP em relação à sua qualidade, consistência interna e rendimento analítico. Os principais problemas foram identificados tanto na estrutura de coleta e análise de informações da SENASP, quanto nos sistemas estaduais de produção de informações estatísticas. São eles:

- Precariedade da Arquitetura da Base de Dados – a base de dados existente atualmente na SENASP é caracteristicamente não crítica e não relacional, dificultando o manuseio dos dados para averiguação da sua qualidade e consistência;
- Baixa rotinização nas Etapas de Gestão da Informação: não existe uma padronização na forma de envio das informações para a SENASP e nos procedimentos adotados pelos técnicos da SENASP em relação às situações identificadas como imprevistas, o que impede que se tenha uma noção precisa a respeito dos dados registrados;
- Sub-utilização dos Dados Processados: a falta de uma política clara de análise e divulgação de informações fez com que a SENASP funcionasse como um estoque de dados que não eram analisados, ou seja, não existia a preocupação de gerar informações úteis para o planejamento de políticas de segurança pública;
- Falta de Padronização nos Sistemas Estaduais de Classificação de Delitos: a existência de 27 sistemas estaduais diferentes de classificação de delitos faz com que seja muito difícil criar uma uniformização dos conteúdos informados nos relatórios estatísticos dos estados. Cada sistema estadual é composto de duas estruturas independentes de codificação das ocorrências policiais correspondentes às Polícias Civil e Militar.

Durante o trabalho de diagnóstico identificou-se, ainda, que o processo de sistematização dos dados realizada na SENASP nos anos anteriores, em razão de limitações técnicas,

tecnológicas e operacionais, era acrítico e continha uma série de erros de digitação dos dados contidos nos formulários emitidos pelos estados e problemas no resgate das informações, gerando duplicidade na totalização dos registros e, com isso, informações distorcidas acerca da incidência criminal nos estados.

Diante da magnitude dos problemas encontrados, a equipe da SENASP inaugurou o primeiro passo de implantação da política de tratamento das informações criminais pautada na confiabilidade, credibilidade e transparência das informações. Esta equipe instituiu uma nova forma de relacionamento com os estados que se caracterizou pela instituição de um protocolo de relacionamento, no qual as informações armazenadas e totalizadas na SENASP passaram a ser encaminhadas aos estados para serem retificadas ou ratificadas em relação ao seu conteúdo. Durante o segundo semestre de 2003, empreendemos duas iniciativas de envio das planilhas de dados da base da SENASP relacionadas às totalizações de ocorrências criminais dos anos de 2001 e 2002 para que os estados pudessem checar, retificar ou ratificar os dados. Durante o primeiro semestre de 2004, empreendemos outra iniciativa de envio das planilhas de dados da SENASP para que os estados pudessem checar, retificar ou ratificar os dados referentes a 2003. Estas três iniciativas foram enviadas para os estados acompanhando ofícios direcionados aos Secretários Estaduais de Segurança Pública de modo a garantir a legitimidade deste processo.

Este tipo de iniciativa estabeleceu uma relação de confiança e responsabilidade entre a SENASP e os estados. E isto de tal forma que a divulgação dos dados de violência que eram realizadas anteriormente sem consultar os estados passou a ser efetuada com o seu conhecimento e certificação. É importante enfatizar que esta mudança de postura da SENASP foi decisiva para trazer os estados para o projeto do Sistema Nacional de Gestão de Conhecimento de Segurança Pública e Justiça Criminal que, como dito anteriormente, só foi possível ser conduzido com a cooperação técnica dos seus integrantes.

3. Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal

3.1. Diretrizes da Criação do Sistema

Em conformidade com o diagnóstico apresentado no Plano Nacional de Segurança Pública, e detalhado pela equipe da SENASP no que diz respeito: I) a consistência e qualidade das bases de dados de informações policiais nacionais e regionais, e II) as atuais condições de produção de estatísticas pelas secretarias estaduais de segurança pública, elaboramos o projeto para a construção do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal. Este projeto procurou atender as seguintes diretrizes fundamentais:

1. Promover a credibilidade, a integridade e a qualidade das informações oficiais e, com isto, contribuir para reforçar a confiança pública nos órgãos de segurança pública e justiça criminal;
2. Democratizar o acesso às informações institucionais, administrativas e operacionais dos órgãos de segurança pública e justiça criminal, de forma a possibilitar o monitoramento e a participação responsável dos cidadãos;
3. Servir como uma instância de integração entre os órgãos de segurança pública e justiça criminal, e destes com outros atores governamentais e não governamentais e com a sociedade civil, promovendo a gestão do conhecimento (produção, análise e utilização das informações) como condição fundamental para a renovação e modernização continuadas das organizações de segurança pública e justiça criminal;
4. Atuar como um instrumento de gestão para o planejamento, execução e avaliação de políticas de segurança pública nacionais, regionais e locais, de forma a possibilitar o

- aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança e o seu monitoramento responsável e qualificado pelos operadores e dirigentes dos órgãos de segurança pública e justiça criminal;
5. Promover, por meio da difusão da cultura do uso operacional da informação, a melhoria constante dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade dos órgãos de segurança pública e justiça criminal, assim como a inovação destes órgãos;
 6. Possibilitar a elaboração de diagnósticos qualificados e consistentes buscando promover a excelência no campo das informações e ampliar o universo do debate técnico nas temáticas da segurança pública; e
 7. Incorporar outras fontes de informações para além das ocorrências criminais da polícia judiciária (Polícia Civil), incorporando outros produtores de dados que são fundamentais para a compreensão e atuação sobre as dinâmicas sociais da criminalidade e da ordem pública.

3.2. Público Alvo

A equipe da SENASP compreende que a informação constitui a principal ferramenta de ação das organizações de segurança pública e justiça criminal. Para tal, esta deve ser sistematizada de maneira a garantir, não apenas a sua qualidade, mas também a sua disponibilidade. Neste sentido, a criação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal está vinculada necessariamente à integração de diversos atores que produzem e/ou utilizam informações direta ou indiretamente relacionadas à segurança pública e justiça criminal. Por esta razão, a formulação deste sistema considerou os diversos produtores e usuários potenciais das informações. Assim, levou em conta vários níveis de gestão e integração (intergovernamental, intragovernamental e multisetorial) agregados em três dimensões básicas: planejamento, execução e avaliação. Foram identificados os seguintes públicos potenciais:

- Secretarias e Departamentos do Ministério da Justiça: coletar e fornecer informações fundamentais para o acompanhamento da implantação das políticas estaduais de segurança pública e justiça criminal;
- Outros Ministérios e outras Secretarias (Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Promoção Social, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria da Igualdade Racial e Secretaria da Mulher): coletar e fornecer informações fundamentais para o planejamento de políticas públicas e acompanhamento de suas execuções nas áreas específicas de cada um destes órgãos;
- Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos: coletar e fornecer informações necessárias na elaboração de diagnósticos para o planejamento de políticas estaduais de segurança pública;
- Organizações Policiais e Guardas Municipais: coletar e fornecer informações necessárias para a qualificação do processo de planejamento e implantação das ações policiais;
- Ouvidorias e Corregedorias: coletar e fornecer informações necessárias para a qualificação das iniciativas de controle dos órgãos policiais;
- Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa da Área de Segurança Pública: coletar e fornecer informações fundamentais para incrementar o caráter prático das pesquisas desenvolvidas na área de segurança pública;
- Sistema Penitenciário: coletar e fornecer informações necessárias para a qualificação do processo de planejamento e implantação das ações na área do sistema penitenciário;
- Poder Judiciário: coletar e fornecer informações necessárias para o monitoramento e avaliação do fluxo de justiça criminal;

- Ministério Público: coletar e fornecer informações necessárias para o monitoramento e avaliação do fluxo de justiça criminal e construção de indicadores da performance policial;
- Sociedade Civil: coletar e fornecer informações fundamentais para ampliar e diversificar o conhecimento que a sociedade civil possui sobre a segurança pública e, assim, dar mais conteúdo à sua participação nos debates relacionados ao planejamento e implantação das políticas segurança pública;

3.3. Processo de Criação do Sistema

Conforme já foi mencionado, o projeto foi conduzido pela SENASP e elaborado a várias mãos, respeitando e resgatando a autonomia dos entes federados, suas realidades institucionais e, com isso, a diversidade regional. Além disso, contou com o respaldo técnico dos diagnósticos efetuados pela equipe da SENASP e apresentados anteriormente. Todas as ações planejadas e executadas foram orientadas no sentido de promover a institucionalização do processo de coleta, sistematização, análise, divulgação e intercâmbio de dados, construir uma relação de confiança e credibilidade entre a SENASP e os estados e, com isso, enraizar uma política clara de tratamento da informação.

A equipe da SENASP estabeleceu um sistema de trabalho que contou com a participação ativa dos operadores dos sistemas estaduais de estatística criminal e de especialistas da área. A arquitetura do sistema foi sendo desenhada em camadas, com base nas consultas efetuadas aos atores acima mencionados, nos diagnósticos elaborados pelos técnicos da SENASP e no mapeamento do estágio atual da produção de informações relativas à área de segurança pública no país. A estruturação do sistema contou, ainda, com o levantamento das experiências internacionais (EUA, Colômbia, Canadá, etc) e com as recomendações técnicas produzidas pela ONU publicadas em 2002 com o título *Manual for the Development of a System of Criminal Justice Statistics*. Aliamos aos requisitos técnicos indispensáveis, a necessidade pragmática de incorporar as realidades regionais e locais. Tendo a busca do consenso como premissa de relacionamento com os entes federados, a equipe SENASP tem operado de modo a incorporar e compatibilizar as recomendações convergentes e divergentes elaboradas pelas 27 unidades federativas. Por esta razão mostrou-se fundamental organizar encontros temáticos envolvendo os operadores estaduais, especialistas e a equipe da SENASP. Foi, precisamente, com a incorporação do conhecimento prático destes atores que se tornou possível dar passos significativos para a construção de um sistema de gerenciamento de informações factível e adaptado à heterogeneidade dos estados. Cabe reiterar que estas experiências foram agregadas e as sugestões dos operadores foram utilizadas para a formulação da proposta de criação do sistema.

3.4. Arquitetura do Sistema

3.4.1. Principais Inovações da Arquitetura

A arquitetura do sistema traz várias novidades em relação ao modelo vigente na SENASP de coleta de dados estatísticos:

- Constituição de um sistema de informações composto por diversas bases de dados relacionais (Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública, Cadastro Nacional de Mortes Violentas, Fluxo do Sistema de Justiça Criminal, Controle da Ação Policial, Pesquisa Nacional de Vitimização e Perfil das Organizações de Segurança Pública)
- Inovação nas fontes de coleta dados – Pela primeira vez serão coletadas informações das ocorrências notificadas pelas Polícias Militares, Corpos de Bombeiros e Guardas

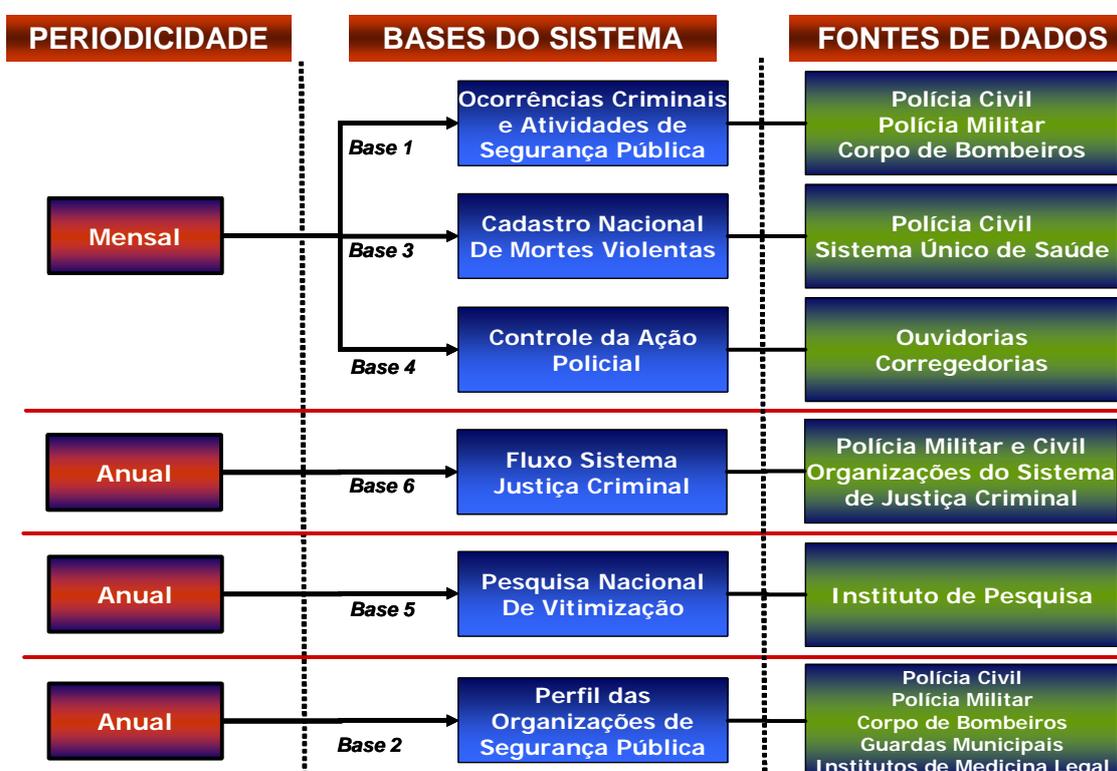
Municipais, assim como os dados administrativos e operacionais destas instituições e outras instituições como as Ouvidorias e Corregedorias de Polícia, Ministérios Públicos, Institutos de Medicina Legal, Judiciário e Organizações Prisionais.

- Incorporação de bases de dados organizadas pelo Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Centros e Institutos de Pesquisa, etc. É de fundamental importância para o desenho e implementação de políticas públicas de segurança e justiça criminal incorporar informações complementares que retratem aspectos sócio-econômicos, de infra-estrutura urbana, informações demográficas, etc.
- Estabelecimento de procedimentos que normatizam a periodicidade da coleta de informações junto às organizações de segurança pública e justiça criminal, estipulando prazos fixos para o envio e retificação dos dados.
- Estabelecimento de procedimentos para o controle da cobertura espacial dos dados estatísticos enviados para a SENASP, a partir da identificação das unidades operacionais das polícias que efetuam os registros criminais e administrativos (delegacias, batalhões, companhias, etc)
- Ampliação das informações coletadas junto aos órgãos de segurança pública e justiça criminal com a inclusão nos novos formulários, por exemplo, de informações desagregadas relativas à faixa etária, “raça” e gênero das vítimas e prováveis ofensores.
- Detalhamento ao nível municipal da agregação de dados estatísticos de segurança pública com o objetivo de incentivar e fornecer subsídios fundamentais para o planejamento e execução de políticas locais de segurança pública e justiça criminal. O modelo anterior previa apenas a coleta de dados relativos à Capital, Estado e Região Metropolitana, sendo que inexistia qualquer controle a respeito dos conteúdos destas unidades espaciais, propiciando distorções e duplicidade na elaboração das taxas e, conseqüentemente, das análises.
- Elaboração de manuais para instruir os operadores quanto ao preenchimento dos novos formulários de coleta de dados elaborados pela SENASP. Estes manuais estão sendo disponibilizados em formato impresso e eletrônico (recurso de consulta aos operadores).
- Criação de um meio eletrônico (versão WEB dos novos formulários da SENASP) para a coleta e envio de dados estatísticos para a SENASP, passando-se a utilizar a internet como meio de intercâmbio de informações entre os estados e a SENASP. Considerando as disparidades existentes entre os estados em relação ao nível de informatização dos órgãos de segurança pública e justiça criminal, optou-se por construir um instrumento eletrônico versátil, ágil, amigável e de baixíssimo custo capaz de se adequar às 27 realidades de produção e sistematização de informações criminais. Mesmo os órgãos onde a informatização praticamente inexistente poderão utilizar esta ferramenta.

3.4.2. Modelo de Arquitetura

Conforme ilustra a figura abaixo, a equipe da SENASP planejou o Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal estruturado em torno da construção modular de seis bases diferentes de dados: 1) Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública, 2) Perfil das Organizações de Segurança Pública, 3) Cadastro Nacional de Mortes Violentas, 4) Controle da Ação Policial, 5) Pesquisa de Vitimização e 6) Fluxo do Sistema de Justiça Criminal. Estas bases de dados serão estruturadas tendo como parâmetros de formatação a garantia da integração das informações originadas a partir destes diferentes módulos, tanto em relação à temporalidade de coleta quanto em relação à unidade espacial de agregação das informações. Apresentaremos a seguir uma caracterização sintética destas bases de dados.

A arquitetura do Sistema foi concebida em módulos de dados independentes, porém relacionais, de maneira a possibilitar a sua implementação de forma gradual, isto é, mediante os recursos e capacidades disponíveis dos parceiros. Tratou-se de considerar as limitações orçamentárias, tecnológicas, técnicas e de recursos humanos, tanto da SENASP quanto dos estados. Buscou-se, portanto, uma arquitetura flexível, modesta tecnologicamente e de baixo custo, de forma a viabilizar concretamente e facilitar a sua implementação. Pretendeu-se, junto com a cooperação dos estados, criar um sistema factível e realista que pudesse ser implantado no presente com as condições já existentes e que reduzisse os impactos provocados pelas mudanças trazidas pelos novos procedimentos, por exemplo, a descontinuidade nos processos de sistematização e remessa de informações à SENASP, nos moldes antigos, e a inviabilização do uso de dados já existentes no acervo atual de dados da SENASP. Em razão da necessidade de garantir a continuidade do processo atualmente em curso de remessa dos formulários antigos de coleta para a SENASP, a implantação do sistema começou pelos seus módulos básicos. Os quais dialogam diretamente com o acervo de dados já existente na SENASP – Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil) e Perfil das Organizações Policiais.



3.4.3. Descrição Sintética das Bases de Dados

Em termos bem sucintos, as cinco bases de dados que estruturam o Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal podem ser definidas da seguinte forma:

(1) Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública

Unidade de Coleta: estado e municípios (maior que 100 mil habitantes)

Periodicidade: mensal

Instrumento: coleta via web junto às Secretarias Estaduais de Segurança Pública que totalizarão os dados enviados pelas diversas agências do sistema de justiça criminal

Instituições Pesquisadas: polícia civil, polícia militar e corpos de bombeiros

Informações Coletadas:

- Atividades Policiais - Incidentes registrados, Incidentes encontrados, Incidentes investigados, Crimes resolvidos, Crimes não resolvidos, Suspeitos detidos e Serviços prestados.
- Incidentes Criminais – Incidentes, Vítimas (sexo, raça e idade) e Ofensores (sexo, raça e idade).

(2) Perfil Organizações de Segurança Pública

Unidade de Coleta: órgãos de segurança pública e justiça criminal

Periodicidade: anual

Instrumento: questionários impressos distribuídos por correio

Instituições Pesquisadas: polícia civil, polícia militar, corpos de bombeiros, guarda municipal, DEAMs, DPCAs, Institutos de Medicina Legal, corregedorias, etc

Informações Coletadas: Recursos e Estrutura - Efetivo (formação, idade, sexo, raça, posição hierarquia, atividade, etc), Recursos financeiros gastos por atividade, Recursos materiais por tipo e atividade, Edificações, Estrutura organizacional, Descrição dos processos internos de decisão, Distribuição das unidades policiais por região geográfica, Mecanismos de controle de ação policial.

(3) Cadastro Nacional de Mortes Violentas

Unidade de Coleta: incidentes de homicídio

Periodicidade: mensal

Instrumento:

- Coleta via web junto às Secretarias Estaduais de Segurança Pública que totalizarão os dados enviados pelas delegacias da polícia civil e pelo ministério público
- Parceria com o Ministério da Saúde/DATASUS para coleta de informações relativas ao perfil dos homicídios ocorridos em todos os municípios brasileiros.

Instituições Pesquisadas: polícia civil, ministério público e Ministério da Saúde/DATASUS

Informações Coletadas:

- Característica dos homicídios: localização espacial e temporal, número total de ofensores e vítimas, tipo de arma empregada, latrocínio (especificação do bem), situação da investigação, envolvimento com drogas
- Característica das vítimas e ofensores: idade, sexo, raça, relação entre vítima e ofensor.
- Encaminhamento dos Inquéritos: datas do fluxo de encaminhamento dos inquéritos e instauração das denúncias.

(4) Controle da Ação Policial

Unidade de Coleta: estados e municípios (maior que 100 mil habitantes)

Periodicidade: mensal

Instrumento: coleta via INFOSEG junto às ouvidorias e corregedorias

Instituições Pesquisadas: ouvidorias e corregedorias

Informações Coletadas: Resultados das ações empreendidas – Caracterização dos processos empreendidos pelas Ouvidorias e Corregedorias e resultados alcançados

(5) Pesquisa de Vitimização

Considerando os altos custos relacionados à execução de pesquisas de vitimização e a necessidade de que estas pesquisas sejam realizadas periodicamente, sem a qual o rendimento dos seus resultados adquire pouca relevância para o planejamento, execução e avaliação das políticas de segurança pública, nosso departamento concebeu o projeto da seguinte forma:

Unidade de Coleta: representatividade de Unidades da Federação e municípios com população acima e abaixo de 100 mil habitantes

Periodicidade: anual

Instrumento: pesquisa aplicada pelo IBGE

Instituições Pesquisadas: comunidade

Informações Coletadas: Incidência da criminalidade, Perfil das vítimas, Perfil dos agressores, Característica do delito, Relacionamento entre polícia e comunidade, Caracterização do ambiente urbano onde ocorrem os delitos e Presença de Armas de Fogo na Comunidade

(6) Fluxo do Sistema de Justiça Criminal

Unidade de Coleta: Unidades da Federação

Periodicidade: anual

Instrumento: questionário em papel

Instituições Pesquisadas: Polícia Civil, Ministério Público, Judiciário e Organizações Prisionais

Informações Coletadas: Atividades Desenvolvidas – número de atividades e caracterização do perfil das vítimas e ofensores atendidos

3.5. Principais Informações a Serem Coletadas

Um dos pontos mais complexos de organização do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal deriva da diversidade de informações a serem coletadas e de fontes de informações existentes. Esta diversidade está associada, ainda, a variabilidade nas unidades de coleta e periodicidades distintas de coleta destas informações. Enquanto alguns fenômenos mudam rapidamente e necessitam ser mensurados repetidamente em pequenos intervalos de tempo, outros não passam por mudanças tão rápidas e podem ser mensurados em intervalos de tempo maiores.

A coleta desta diversidade de informações originadas a partir de fontes diferentes, organizadas em diferentes unidades de coleta e com periodicidades diferenciadas de coleta deve ser organizada a partir da estruturação de diferentes instrumentos de coleta de informação. A experiência tem demonstrado que os dois fatores mais importantes a serem levados em consideração na formulação destes instrumentos de coleta são a fonte de informações e a periodicidade de coleta. Cabe destacar que estes instrumentos não precisam ser estruturados para trabalhar com apenas uma unidade de análise e também não precisam coletar dados originários apenas de uma única fonte de dados.

A análise de alguns padrões internacionais de sistemas de estatística criminal apontou o esquema abaixo como o ponto de partida para o desenho do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal. As informações estão organizadas em três conjuntos básicos: atividades de polícia, incidentes criminais e perfil das organizações policiais.

Tipo de Informação		
Atividades Policiais	Incidentes Criminais	Recursos e Estrutura
- Chamados atendidos - Incidentes registrados - Incidentes encontrados - Incidentes investigados - Crimes resolvidos - Crimes não resolvidos - Suspeitos detidos - Ofensores declarados - Serviços prestados	- Regra de Classificação da Seriedade do Delito - Característica dos incidentes (tipo de arma, tipo de crime, patrimônio perdido, envolvimento com drogas, etc) - Característica das vítimas e ofensores (idade, sexo, relação entre vítima e ofensor, etc)	- Efetivo (formação, idade, sexo, posição hierarquia, atividade, etc) - Recursos previstos e gastos por tipo e atividade - Recursos materiais por tipo e atividade - Edificações - Estrutura organizacional - Descrição dos processos internos de decisão - Distribuição das unidades policiais por região geográfica - Mecanismos de controle de ação policial

O escopo de informações a ser coletado exige que trabalhemos com diversas fontes de dados. Isto é necessário para podermos completar todo o conjunto de informações a serem coletadas. O fato de trabalharmos com informações originárias de diferentes organizações nos permitirá ainda desenvolver análises de fluxo do sistema criminal. Assim, poderemos, por exemplo, desenvolver diagnósticos sobre o tratamento diferenciado atribuído pelas organizações aos diferentes tipos de delito. Este esquema atribui muita importância aos sistemas de estatística criminal como ferramentas de gestão de resultados das organizações policiais. Sinteticamente, somos capazes de analisar os recursos das organizações e os resultados alcançados.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública passa atualmente por um processo de consolidação da política nacional de segurança pública assentada em algumas diretrizes. A construção do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal deve se orientar para a coleta de um conjunto de informações que municiem a Secretaria Nacional de Segurança Pública com as informações necessárias para a monitoração dos resultados alcançados dentro deste conjunto de diretrizes. Por esta razão, existem algumas informações cuja coleta se faz necessária. Certamente, o conjunto de informações necessárias é muito mais amplo que o que será apresentado a seguir. Como podemos verificar, estas informações serão coletadas a partir de diferentes fontes de dados. Assim como na lista de informações apresentada anteriormente, aqui também podemos agregar as informações em três conjuntos principais: ocorrências criminais, atividades de polícia e perfil das organizações policiais.

Reorganização Institucional

- Presença de uma política de segurança consistente com princípios, metas e objetivos claros
- Presença de mecanismos de gestão para o planejamento e monitoramento de resultados
- Programas de integração sistêmica entre organizações policiais
- Programas de integração espacial das áreas de atuação das organizações policiais
- Iniciativas de trabalho com representantes da comunidade para identificação e solução de problemas
- Programas incentivando a abordagem de polícia comunitária
- Presença de cursos de formação na área de polícia comunitária
- Programas visando o aperfeiçoamento dos processos de investigação para aumentar o índice de esclarecimento de crimes
- Estrutura da hierarquia organizacional
- Presença de cursos de formação na área de direitos humanos

Gestão do Conhecimento

- Políticas de gestão baseadas na informação
- Políticas de análise estatística das informações criminais
- Presença de cursos de formação na área de gerenciamento de bancos de dados e análise de informação
- Presença de sistemas computadorizados para tomada de decisões estratégicas
- Organização da base de dados de informações
- Presença de documentação de instrução dos critérios de organização das informações
- Número de pessoal formado na área de análise de banco de dados

Valorização Profissional e Formação

- Caracterização do nível educacional do efetivo
- Número de alunos formados
- Carga horária dos cursos de formação

- Conteúdo dos cursos de formação
- Outros cursos além do curso básico de formação
- Programas visando diminuir o número de policiais mortos ou feridos em operações policiais

Estruturação e Modernização da Perícia

- Número de exames periciais realizados
- Condições materiais dos laboratórios de perícia
- Número de inquéritos solucionados a partir de prova material
- Organização da base de dados da perícia
- Presença de Cursos de Formação na Área de Perícia Técnica

Prevenção

- Pesquisas de vitimização – ocorrências criminais
- Programas de policiamento preventivo dentro das organizações policiais
- Percentual do efetivo dedicado a ações preventivas
- Percentual de recursos físicos dedicados a ações preventivas
- Presença de cursos de formação na área de polícia preventiva
- Alunos formados com a orientação de policiamento preventivo

Controle Externo e Participação Social

- Natureza, tipo e procedimentos de controle sobre o comportamento policial
- Presença de corregedoria própria
- Programas de incentivo ao uso de força não letal
- Programas de controle sobre o uso de munição e armamento
- Perfil das ouvidorias, fluxos e procedimentos
- Programas visando reduzir o risco da corrupção
- Programas visando reduzir a violência policial

Acesso Igualitário aos Serviços de Segurança Pública

- Número de ocorrências de racismo, homofobia e misogenia
- Programas voltados para a redução de atitudes racistas, homofóbicas e misóginas entre os agentes da lei
- Programas para facilitar acesso a deficientes físicos

Redução da Violência Doméstica e de Gênero

- Caracterização das vítimas por sexo e idade dos diversos tipos de crime
- Caracterização do local do crime
- Caracterização da relação entre vítima e agressor
- Percentual de efetivo feminino

Gerenciamento de Crises e Conflitos

- Presença de programas visando Administração de Conflitos
- Presença de cursos de formação na área de administração de conflitos

Administração Legal do Uso da Força

- Programas de administração legal do uso da força
- Vitimização de civis por policiais
- Vitimização de policiais por civis e por outros policiais
- Controle sobre o uso de munição e armamento

Redução dos Homicídios e Crime Organizado

- Caracterização das ocorrências de homicídio
- Cadastramento das ocorrências de crime organizado
- Controle do tráfico de armas
- Controle do tráfico de drogas ilícitas

Proteção e Apoio a Vítimas e Testemunhas

- Desenvolvimento de programa de proteção e apoio a vítimas e testemunhas
- Vítimas e testemunhas atendidas pelos programas

3.6. Unidades de Coleta e Análise

Existem pelo menos quatro unidades de coleta e análise de informações possíveis de serem trabalhadas pelo Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal:

- Espacial (Estado, Capital, Região Metropolitana, Municípios),
- Unidade policial (Delegacia, Batalhão, Secretaria de Segurança Pública),
- Incidente Criminal e
- Pessoa (Ofensor ou Vítima).

3.7. Fontes de Dados

O sistema deverá contar com informações originadas em diversas organizações do sistema de segurança pública e justiça criminal, outras organizações governamentais, organizações da sociedade civil e, até mesmo, informações coletadas diretamente das comunidades. Listaremos abaixo as informações que serão coletadas junto a cada uma destas organizações.

Polícia Civil

- Perfil organizacional
- Atividades desenvolvidas
- Ocorrências criminais
- Perfil das vítimas
- Perfil dos ofensores

Polícia Militar

- Perfil organizacional
- Atividades desenvolvidas
- Ocorrências policiais

Guardas Municipais

- Perfil organizacional
- Atividades desenvolvidas
- Ocorrências registradas

Polícia Técnica

- Perfil organizacional
- Atividades desenvolvidas

Ouvidorias e Corregedorias

- Perfil organizacional
- Atividades desenvolvidas
- Resultados das ações empreendidas

Ministério Público

- Ocorrências criminais
- Perfil das vítimas
- Perfil dos ofensores
- Encaminhamento dos inquéritos

Ministério da Saúde - DATASUS

- Ocorrências de homicídio
- Perfil das vítimas de homicídio

Ministério das Cidades

- Características da Infra-estrutura Urbana
- Características Populacionais
- Características Serviços Disponíveis nos Ambientes Urbanos

Sindicatos e Associações ligadas a Segurança Privada

- Perfil Organizacional
- Atividades Desenvolvidas

Comunidade - Vitimização

- Incidência da criminalidade
- Perfil das vítimas
- Perfil dos agressores
- Característica do delito
- Relacionamento entre polícia e comunidade
- Caracterização do ambiente urbano onde ocorrem os delitos

Organizações do Sistema Penitenciário

- População carcerária
- Presos mortos dentro das instituições do sistema penitenciário
- Policiais e agentes penitenciários mortos dentro das instituições do sistema penitenciário

3.8. Construção de uma Política de Tratamento da Informação

Em função das limitações técnicas, tecnológicas e de institucionalização dos sistemas nacional e regionais de coleta de dados estatísticos, o processo de coleta, sistematização e análise de dados estatísticos existente na SENASP foi profundamente marcado pela falta de uma perspectiva sistêmica, na qual as atividades executadas estivessem articuladas e planejadas dentro de um conjunto de rotinas pré-estabelecidas. Em última instância, podemos dizer que inexistia uma perspectiva de ação orientada para a valorização da informação como ferramenta de planejamento e execução de políticas públicas. Inexistia uma política de tratamento da informação. Os dados eram trabalhados sem a preocupação de se verificar a sua qualidade e consistência. As divulgações de informações eram efetuadas sem uma orientação que pudesse auxiliar a sua leitura e interpretação. Uma das conseqüências mais marcantes desta ausência de uma política de tratamento de informação foi a exposição permanente dos Estados perante a mídia e a sociedade, levando ao enfraquecimento das relações entre os estados e a SENASP.

Uma das iniciativas fundamentais para a implantação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal foi criar uma política clara de relação entre os estados e a SENASP, institucionalizando um sistema de comunicações que eliminasse as iniciativas informais que caracterizavam o antigo processo existente. O primeiro passo neste processo foi a criação de um modelo padrão de e-mail para que o operador do Estado pudesse identificar o funcionário da SENASP que o atende, elevando o grau de institucionalidade e aumentando o grau de responsabilização do diálogo usual entre as instituições estaduais e a SENASP. O segundo passo foi a identificação dos interlocutores estaduais que estariam legitimados pelos poderes regionais para efetivar o diálogo com a SENASP para incrementar o grau de responsabilização em relação às atividades realizadas. Buscamos, também, melhorar a qualidade dos textos dos ofícios, consolidando e reafirmando a institucionalidade e transparência das ações. Por fim,

instituímos a rotina de agradecer, através de ofício, o atendimento das solicitações, valorizando a cooperação das Secretarias estaduais e reforçando a postura da SENASP de construir uma relação pautada pelo diálogo, respeitando o pacto federativo. Estas ações trouxeram uma diferença de maturidade no diálogo e no relacionamento com as secretarias estaduais, resultando na melhor comunicação institucional e na melhoria na frequência de envio e recebimento dos dados e informações.

Pautados pelo estabelecimento de uma política de tratamento de informações transparente e regular, e pela busca em institucionalizar o sistema de intercâmbio de informações entre a SENASP e os Estados, criando uma forma de responsabilização sobre as atividades envolvidas, a equipe da SENASP atuou ativamente na mudança das cláusulas dos convênios de assinatura dos Planos Estaduais de Segurança Pública. Modificamos as cláusulas existentes nos modelos de assinatura de convênio com os estados para detalhar e especificar com mais clareza os compromissos de cada uma das partes – SENASP e estados.

A equipe da SENASP também promoveu uma reformulação no sistema de coleta de dados estatísticos da SENASP. Este processo passará a ser efetuado por meio da Internet, utilizando um sistema informatizado que será distribuído gratuitamente para todos os responsáveis pelo envio de informações estatísticas para a SENASP. Para tal, já estamos cadastrando os técnicos dos estados responsáveis pelas atividades de totalização de registros e manuseio desse sistema. Estes técnicos atuarão como interlocutores entre a SENASP e os estados e serão responsáveis pela solução de problemas relativos à coleta de informações e treinados no uso e aplicação de todas as regras e procedimentos previstos para o preenchimento dos instrumentos de coleta do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal.

3.9. Ações Prioritárias para Constituição do Sistema

Compreendemos que existem alguns aspectos que devem ser encarados como prioridades na criação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal. Cada um deles mereceu um tratamento especial por parte da equipe da SENASP, pois constituem os fundamentos da garantia de que o sistema ganhe legitimidade frente aos servidores públicos da área de segurança e à sociedade civil, e que se constitua realmente como uma ferramenta de trabalho para o desenvolvimento de diagnósticos, elaboração de planejamentos, execução de políticas de combate ao crime e avaliação dos resultados alcançados por estas políticas. Estas ações são as seguintes:

- Desenvolver um processo de padronização mínima dos códigos e procedimentos relacionados à constituição do sistema de estatística criminal dos estados (construção de um denominador comum entre as 54 linguagens policiais existentes);
- Realizar um diagnóstico amplo dos objetivos atribuídos pelo público à constituição do sistema nacional de estatística criminal;
- Promover uma política ampla de valorização dos mecanismos de gestão do conhecimento;
- Ganhar legitimidade frente aos responsáveis pela geração da informação;
- Garantir neutralidade política;
- Definir uma política clara de relação com o público interno e externo, e
- Garantir um equilíbrio entre o conteúdo da base e o esforço para geração da informação.

Desenvolver um processo de padronização mínima dos códigos e procedimentos relacionados à constituição do sistema de estatística criminal dos estados

A falta de um sistema classificatório nacional de delitos faz com que o mesmo crime seja classificado de forma diferente em organizações diferentes, dificultando o processo de contagem

de crimes e a constituição de um sistema nacional de estatística criminal. Por outro lado, a falta de precisão na determinação dos procedimentos de coleta de informações também leva à falta de padronização. Neste sentido, por exemplo, a definição clara das unidades de mensuração constitui um elemento chave no processo de padronização das informações a serem recebidas pela SENASP das diversas organizações policiais. Esta padronização constitui um condicionante básico para o desenvolvimento de análises comparativas. Cada instrumento de coleta deve possuir um manual de preenchimento dos dados de maneira a garantir que os profissionais responsáveis pelo preenchimento das planilhas não tenham nenhuma dúvida durante a realização desta atividade.

Uma das ações principais para a implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal foi construir um sistema de compatibilização das formas estaduais de classificação das ocorrências criminais e atividades de segurança pública. Cada estado possui duas organizações policiais que possuem cada uma seu sistema próprio de classificação de ocorrências criminais e também os corpos de bombeiros possuem seu próprio sistema de classificação. Totalizamos, assim, todas as linguagens diferentes de classificação das ocorrências criminais. A equipe da SENASP desenvolveu uma análise destes sistemas e propôs uma forma de sua compatibilização. Tratou-se, portanto, de construir uma espécie de denominador-comum entre as linguagens das Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, um tipo de tradutor que fosse capaz de incorporar a heterogeneidade classificatória e, ao mesmo tempo, possibilitar a uniformização dos conteúdos e a padronização das categorias previstas nos novos formulários da SENASP.

Outra iniciativa da SENASP que mostrou ser fundamental para a padronização mínima dos códigos e procedimentos relacionados à constituição do sistema de estatística criminal dos estados foi o projeto de construção de um conjunto mínimo de informações a serem coletadas nos boletins de registro de ocorrência das organizações de segurança pública de todo o Brasil. A equipe da SENASP está construindo uma proposta, elaborada a partir da identificação de um conjunto mínimo comum de informações coletadas pelos boletins de registro de ocorrência das organizações de todas as 27 unidades da federação, que está sendo submetida às críticas e sugestões dos operadores dos sistemas estaduais de estatística de segurança pública. Para tanto, a equipe da SENASP recebeu, das 54 polícias estaduais e dos 27 corpos de bombeiros militares, os seus formulários de registros de ocorrência. Os trabalhos de análise e compatibilização destes documentos já foram terminados para as polícias civis e militares e encontram-se em andamento para os corpos de bombeiros. Nosso objetivo principal, como já foi dito, não é propor um formulário único de notificação de ocorrências policiais para todo o Brasil; mas, inicialmente, propor um módulo mínimo de informações indispensáveis ao registro de qualquer crime que seja coletado por todas as organizações policiais.

Realizar um diagnóstico amplo dos objetivos atribuídos pelo público à constituição do Sistema Nacional de Estatística Criminal

A legitimidade do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal frente às organizações do sistema de segurança pública e do judiciário está relacionada à sua capacidade de suprir as necessidades destas organizações em relação à sistematização de informações que sejam fundamentais para a elaboração de diagnósticos, desenvolvimento de planejamentos e realização de avaliações e monitoramentos. Assim, devemos nos preocupar em coletar e disponibilizar informações que sejam fundamentais para as diversas organizações que constituem o público do sistema nacional de estatística criminal. Por esta razão, a definição do público alvo e a caracterização de suas demandas tem-se constituído em um esforço constante e adicional realizado pelos técnicos da SENASP.

Promover uma política ampla de valorização dos mecanismos de gestão do conhecimento e informação pelas organizações policiais

Uma das diretrizes fundamentais de ação da SENASP segundo o Plano Nacional de Segurança Pública é incentivar a difusão de mecanismos de gestão do conhecimento entre as organizações de segurança pública de todo o país. Diversas ações estão sendo implementadas para garantir a concretização deste objetivo: a introdução deste quesito como um elemento fundamental na avaliação dos planos estaduais e projetos municipais de segurança pública, a criação dos gabinetes de gestão integrada que atuarão ativamente incentivando, assessorando e acompanhando a implantação destes mecanismos, e o estabelecimento de mecanismos de gestão de resultados dentro da própria SENASP. Um dos pontos-chaves no desenho destas políticas de gestão do conhecimento é a promoção de uma integração entre as diversas organizações policiais e o Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal será uma ferramenta essencial neste processo.

Um exemplo do esforço que a equipe da SENASP vem desenvolvendo neste sentido é a criação e implantação de um instrumento informatizado para o acompanhamento e controle da criminalidade no ambiente urbano. Este instrumento faz uso de técnicas estatísticas de análise espacial da distribuição da criminalidade para detectar “zonas quentes” de concentração de crimes e permitir o aprimoramento da eficiência nas estratégias de distribuição dos efetivos das organizações policiais. O projeto do software LIVRE de georreferenciamento Terra Crime resulta de uma parceria da SENASP com o Laboratório de Estatísticas Espaciais (LESTE) da UFMG e com o INPE. O Software já foi desenvolvido e seu teste de implantação ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 2004. Para implantação em âmbito nacional do uso de sistemas de georreferenciamento, a SENASP promoverá a divulgação do TERRAVIEW, versão aprimorada do TERRACRIME, por meio da realização de cursos presenciais e do uso do sistema de ensino à distância da SENASP.

Ganhar legitimidade frente aos responsáveis pela geração da informação

O sucesso do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal depende fundamentalmente da sua legitimidade frente aos servidores da área de segurança pública, principalmente aqueles que produzem os dados. Informações de má qualidade na sua origem implicam necessariamente na diminuição da consistência interna da base de dados do sistema. Ou seja, pouco se poderá fazer com as informações armazenadas se não contarmos com informações que reflitam a realidade da área de segurança pública vivida pelos estados. Para tal, pretendemos tomar algumas iniciativas no sentido de implementar sistemas de controle da qualidade das bases de dados das organizações policiais:

- Implantar mecanismos de valorização dos profissionais da área de segurança pública que atuam na área de estatística. Entre 2003 e 2005, diversos integrantes da equipe técnica da SENASP passaram por diversos processos de treinamento em análise estatística de dados, construção de bases de dados, direitos humanos e outros cursos.
- Fomentar a criação de núcleos regionais de gestão integrada da informação, compostos por profissionais da área de segurança pública responsáveis pelo desenvolvimento de avaliações da qualidade dos sistemas de informação das organizações policiais, e capazes de propor soluções que incrementem a qualidade destes sistemas. Exemplos práticos deste esforço, que está sendo executado pela equipe da SENASP, foram as atividades realizadas no Consórcio da Região Metropolitana de Recife.
- Criar mecanismos de retorno para garantir que os responsáveis pela geração das informações vejam os resultados práticos alcançados a partir da utilização das informações geradas por eles.

- Constituir um comitê de excelência da qualidade e fluxo da informação composto por representantes das 27 unidades da federação para desenvolver mecanismos e políticas de aprimoramento da qualidade das informações registradas pelas organizações policiais. Desenvolver instrumentos normativos que institucionalizem o fluxo das informações estatísticas (portarias ministeriais, etc.).

Garantir credibilidade das informações

A neutralidade política desta iniciativa constitui um dos fatores básicos para garantir sua sobrevivência, a longo prazo. Por isso, é preciso deixar claro que a criação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal não constitui uma questão de orientação política, mas um condicionante fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de controle da criminalidade. Sem o desenvolvimento de diagnósticos precisos a respeito do fenômeno da criminalidade, é impossível alcançar sucesso em tomar qualquer iniciativa na área de segurança pública e estes diagnósticos dependem fundamentalmente de informações de boa qualidade.

Definir uma política clara de relação com o público interno e externo

Contamos com pelo menos cinco públicos específicos de usuários das informações do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal que poderão utilizar as informações da base de dados do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal com objetivos bastante específicos. Em relação às organizações policiais e secretarias estaduais, pretendemos criar um acesso livre à base de dados do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal através da Internet, onde estas organizações poderão acompanhar a evolução da sua situação comparando com a situação vivida por outros estados. Em relação ao público externo, aos pesquisadores e sociedade civil, o acesso estará garantido de forma seletiva, isto é, o público externo terá acesso apenas àquelas informações que não sejam “classificadas”, que não violem a privacidade dos cidadãos ou que sejam de uso estratégico dos órgãos de segurança pública e justiça criminal. Algumas exceções poderão ser abertas, após avaliação desenvolvida pela equipe responsável.

Um produto que está sendo concebido pela equipe SENASP é o ANUÁRIO ESTATÍSTICO. Trata-se de uma ação fundamental para garantir a transparência e o acesso público às informações. Tal como ocorre em diversos países democráticos (EUA, Inglaterra, Canadá, etc.), a publicação de um Anuário Estatístico que cobre desde os chamados “números da violência” até custos dos órgãos do sistema de segurança pública e Justiça Criminal atua, entre outras finalidades, como um instrumento de prestação pública de contas (accountability).

Dentro deste quadro de definição de políticas de relação com o público interno das organizações policiais, devemos enfatizar o papel integrador que estas ferramentas poderão vir a exercer. O estabelecimento desta política de divulgação de informações favorecerá o processo de intercâmbio de informações entre as diversas agências do sistema de segurança pública e justiça criminal, e permitirá às organizações policiais conhecer mais profundamente a situação vivida por outras organizações e, assim, planejar e executar com mais eficácia as suas ações.

Garantir um equilíbrio entre conteúdo da base e o esforço necessário para geração da informação

Cada informação solicitada às organizações possui um custo específico para coleta. A definição do escopo de informações a ser coletado deve levar em consideração os objetivos propostos para o Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal, mas não pode deixar de levar em conta os custos envolvidos. Análises qualitativas rigorosas devem ser desenvolvidas para avaliar os processos de coleta de dados e fornecer parâmetros para que se estabeleça este equilíbrio.

3.10. Sistema de Compatibilização das Formas de Classificação das Ocorrências

Um dos grandes problemas para a integração das organizações policiais é a existência de 54 línguas diferentes para a classificação das ocorrências entre as organizações policiais estaduais e 27 línguas diferentes entre os corpos de bombeiros militares. Uma das ações principais tomadas pela equipe da SENASP que fundamentou a construção do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal foi a construção do sistema de compatibilização das formas de classificação de ocorrências. Em uma etapa inicial, restringimos a nossa análise apenas aos sistemas de classificação de delitos da polícia civil e às categorias relacionadas às informações que seriam coletadas pelo novo formulário da base de Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública (Polícia Civil). Já desenvolvemos também o mesmo trabalho para os sistemas de classificação de ocorrências das Polícias Militares. Estamos trabalhando atualmente nos sistemas de classificação de ocorrências dos corpos de bombeiros militares.

Uma das orientações deste trabalho foi a busca pela identificação dos pontos comuns entre os diversos sistemas estaduais de classificação de ocorrências. Esta análise evidenciou que a construção destes sistemas está orientada, de um modo geral, pelo molde estabelecido pelo Código Penal Brasileiro. No entanto, existem variações regionais nos sistemas que seguem duas direções básicas: um detalhamento maior das ocorrências mais frequentes em cada estado e a inserção de tipificações no rótulo da categoria relativas ao modo de ação, instrumento utilizado, local, etc. Esta segunda opção no desenho dos sistemas de classificação de ocorrências resulta, de um modo geral, da iniciativa dos estados de facilitarem a análise das informações eliminando processos de seleção que teriam que ser efetuados se estas informações fossem inseridas em outros campos da base de dados.

Esta atividade resulta na criação dos Índices Remissivos, específicos para cada organização de segurança pública (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militares). Este índice constitui uma espécie de tradutor ou denominador comum, que evidencia os pontos comuns dos sistemas estaduais de classificação de ocorrências. O objetivo da construção deste índice foi detalhar e evidenciar as características de cada um destes sistemas para que pudéssemos, então, desenhar uma estratégia de coleta de dados baseada em um conhecimento mais claro a respeito dos conteúdos associados a cada uma das informações coletadas. O índice remissivo para os sistemas de classificação de ocorrências das Polícias Cíveis foi elaborado em 2003. O índice remissivo para a Polícia Militar foi elaborado em 2005. Atualmente, estamos elaborando o índice remissivo para os sistemas de classificação de ocorrências dos corpos de bombeiros militares.

3.11. Controle da Cobertura dos Dados Coletados

Um dos problemas mais graves do antigo sistema de coleta de dados estatísticos da SENASP era a falta de controle sobre a cobertura dos dados enviados pelos estados. Os diagnósticos elaborados evidenciaram que a cobertura dos dados enviados não é de 100%. Alguns estados enviavam apenas parte das ocorrências registradas, por exemplo, apenas os dados relativos à capital do estado. Para resolver isto, foi necessário elaborar um cadastro de todas as unidades operacionais das organizações policiais e passar a verificar a cobertura dos dados em função das unidades operacionais que estavam incluídas na totalização de dados enviada para a SENASP.

Os mapas circunscricionais enviados pelas diversas organizações de segurança pública foram reunidos em uma base de dados que passou, então, a servir como ferramenta para o controle da cobertura dos dados estatísticos enviados para a SENASP. Esta atividade ocorreu paralelamente ao desenvolvimento do sistema de compatibilização das formas estaduais de

classificação das ocorrências. Cabe ressaltar que este esforço possibilitará em um futuro próximo, desenvolver análises espaciais da distribuição da criminalidade em todo território nacional com um detalhamento bastante aprofundado. Isto permitirá identificar com rigor e precisão quais devem ser os focos principais para a distribuição dos recursos de segurança pública para o controle da criminalidade.

É importante enfatizar que a nova política de comunicação da SENASP junto aos Estados, conforme já mencionado, foi e tem sido decisiva para a concretização das atividades de implantação do sistema nacional de estatísticas, tal como evidencia a disposição cooperativa dos estados em responder às demandas efetuadas pela SENASP.

3.12. Análise do Conteúdo dos Boletins e Registros de Ocorrências

Uma das dificuldades principais em relação à criação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal era o fato de não conhecermos as informações coletadas pelos boletins de registro de ocorrências criminais das organizações policiais de todo o país. Assim, não era possível elaborar uma planilha de coleta tendo como parâmetro as informações já coletadas e registradas pelas diversas organizações.

Sintetizamos em uma planilha todo as informações coletadas nos formulários de registro de ocorrências. A partir desta síntese, identificamos a variabilidade nos conteúdos dos boletins existentes de registro de ocorrências. Assim, em um primeiro esforço de sistematização e crítica dos conteúdos, restringimos as informações a serem coletadas a alguns campos que identificamos como sendo comuns a todos os estados (número de ocorrências, número de vítimas, número de ofensores, sexo e idade dos agressores e vítimas e a presença da arma de fogo na execução do delito). Apenas o caso da informação raça das vítimas e agressores é que foi necessário solicitar para alguns estados para que passassem a coletar esta informação. Foram enviados ofícios agradecendo as organizações de segurança pública pelo envio das informações solicitadas em relação aos sistemas estaduais de classificação de ocorrências, mapas circunscricionais das unidades operacionais das organizações de segurança pública e formulários dos boletins de registro de ocorrência.

A equipe da SENASP tem como objetivo sofisticar este diagnóstico e produzir uma proposta de conteúdos mínimos dos boletins de registro de ocorrência a serem coletados por todas as organizações policiais das 27 unidades da federação. Esta proposta não se restringirá apenas à sugestão de um conjunto mínimo de informações a serem coletadas, mas também estaremos sugerindo um conjunto de regras e procedimentos para o registro das informações como, por exemplo, formas de categorização dos dados. Este processo de padronização de conteúdos e procedimentos constitui um passo significativo na direção da viabilização da integração das bases de dados das organizações de segurança pública de todo o país. Cabe destacar que a idéia não é propor um boletim de ocorrências único, mas definir um módulo comum para padronizar um repertório mínimo comum de informações que devem ser coletadas por todas as organizações de segurança pública. A equipe da SENASP acredita que estas organizações estarão ampliando as informações a serem coletadas em função das especificidades do contexto da segurança pública relativo às suas áreas de operação.

3.13. Atividades de Implantação dos Módulos de Estatística

3.13.1. Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública

3.13.1.1. Polícia Civil

Cronograma de Atividades

O trabalho de implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal iniciou em março de 2003 quando começamos a elaborar um diagnóstico detalhado dos problemas encontrados no sistema antigo de coleta de dados da SENASP. Após um extenso diagnóstico a respeito da qualidade e consistência da base de dados e do sistema de coleta de dados que esteve em operação na SENASP entre os anos de 2000 e 2003, que identificou basicamente uma falta de padronização dos procedimentos adotados pela SENASP e pelas organizações policiais dos 27 estados para a coleta e análise de dados, iniciamos o planejamento e a execução das ações para formatação e implantação do novo sistema. Nossa primeira ação foi elaborar, então, um cronograma para o encaminhamento das atividades.

ATIVIDADE	2003											
	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Diagnóstico do Sistema Atual de Coleta de Dados Estatísticos da SENASP												
Checagem dos Dados Digitados de 2001 e 2002 nas Bases de Dados da SENASP												
Compatibilização das Formas de Classificação de Ocorrências Criminais (Polícia Civil)												
Criação de um Mapa Nacional de Circunscrição das Delegacias da Polícia Civil												
Análise dos Conteúdos dos Formulários dos Boletins e Registros de Ocorrências Policiais												
Elaboração do Novo Formulário de Coleta de Dados da Base - Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil)												
Elaboração do Manual de Preenchimento do Formulário de Coleta de Dados												
Elaboração do Sistema de Coleta de Dados Informatizado via WEB												
Visitas para a Implantação do Sistema												

Em março de 2004 distribuimos para todas as Polícias Cíveis o material de instalação do Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil). Este material incluiu um CD para a instalação do software de envio de informações para a SENASP, um manual com a definição de todas as regras de preenchimento do módulo e dos delitos a serem coletados e uma versão do índice remissivo para orientar o operador de estatística da Polícia Civil em relação às categorias criminais do seu sistema de classificação que deveriam ser utilizadas para elaborar as estatísticas a serem enviadas para a SENASP. Garantimos, deste modo, uma padronização completa dos procedimentos e informações a serem coletadas pelo Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal.

Cabe salientar que, anterior à implantação da base de dados de Ocorrências Criminais e Atividade de Polícia (Polícia Civil), foi necessário empreender outras três ações fundamentais para construir a estrutura sobre a qual o novo sistema nacional de estatística estaria funcionando: a compatibilização das formas estaduais de classificação das ocorrências, a criação de um mapa nacional de circunscrição das delegacias da polícia civil e uma análise do conteúdo dos formulários de coleta de informações das Polícias Cíveis.

Construção do Novo Formulário de Coleta de Dados

Primeira Reunião – Primeira Sistematização das Idéias

As atividades de reformulação do Formulário de Coletas – Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil) iniciaram-se no dia 9 de maio de 2003, com uma reunião que envolveu alguns especialistas e profissionais da área de segurança pública. Nesta primeira reunião, discutimos uma proposta inicial de conteúdo do formulário e as formas de padronização dos procedimentos de registro, sistematização e envio dos dados para a SENASP. Fizeram parte desta reunião 4 especialistas, 11 profissionais da área de segurança pública e toda a equipe de estatística e análise criminal da SENASP.

Elaboração da Proposta de Novo Formulário de Coleta de Dados

Entre os meses de maio e agosto de 2003, desenvolvemos a primeira proposta para o novo formulário de coleta de dados – Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública (Polícia Civil). Esta proposta envolveu o desenho do novo formulário em termos de conteúdo e

“layout”, a construção do manual para instrução em relação ao preenchimento deste formulário e a primeira versão do “software” para envio dos dados estatísticos para a SENASP via Internet. Contratamos consultores para desenvolver junto com os profissionais da SENASP o novo formulário de coleta de dados e o manual respectivo com as instruções para preenchimento deste formulário.

Primeira Reunião de Trabalho

Esta primeira reunião de trabalho teve como objetivo apresentar a primeira proposta do Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública (Polícia Civil) para operadores de estatística de organizações de segurança pública de algumas Unidades da Federação. O objetivo desta reunião era colocar em discussão esta proposta, de modo a garantir sua adaptação futura à realidade vivida pelos estados em relação à coleta, sistematização e registro de ocorrências criminais. Esta proposta incluía novo formulário de coleta de dados, manual para preenchimento do formulário, proposta de sistema de compatibilização dos sistemas estaduais de classificação de ocorrências criminais das Polícias Cíveis, o mapa circunscricional das áreas das delegacias e o novo sistema de envio de dados para a SENASP via INFOSEG.

A seleção das Unidades da Federação para participarem deste encontro obedeceu dois critérios: o alto investimento destes estados na estruturação de bancos de dados e elaboração de análises estatísticas e a alta representatividade percentual em termos de volume de ocorrências criminais no contexto nacional. Convocamos os operadores dos sistemas de estatística criminal das seguintes Unidades da Federação: Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Ceará.

No primeiro dia de reunião pela manhã, a equipe de trabalho da SENASP apresentou um diagnóstico sucinto a respeito da coleta nacional de estatísticas criminais, abordando os problemas nacionais e regionais condicionantes deste processo, e a proposta do novo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal. A partir daí, as atividades envolveram a constituição de grupos de trabalho formados pelos profissionais convidados para a discussão da proposta. Cada um destes grupos discutiu de forma prática as reformulações e encaminhamentos para a implantação do sistema. No último dia de atividades, reunimos as sugestões de cada um dos grupos para que fossem sistematizadas pelos nossos técnicos e incorporadas na nova proposta. Em setembro de 2003, enviamos ofício agradecendo a participação dos convidados de todas as Unidades da Federação e apontando os sucessos alcançados neste primeiro encontro.

Segunda Reunião de Trabalho

Já incorporando as alterações propostas pela primeira reunião de trabalho, desenvolvemos uma segunda reunião com a participação das Unidades da Federação que não haviam participado da primeira. Os representantes foram convidados através do ofício em setembro de 2003. Os estados convidados foram: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

O objetivo desta segunda reunião de trabalho foi o mesmo da primeira, discutir de maneira prática o conteúdo da proposta do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, especialmente a nova base de dados – Ocorrências Criminais e Atividades de Polícias (Polícia Civil). A dinâmica da reunião seguiu a mesma proposta com a reunião e aproveitamento das sugestões de adaptação do sistema elaboradas durante o evento. Na primeira quinzena de outubro, trabalhamos na formatação da proposta final do formulário de coleta de dados e também na formatação da proposta final do manual. Contratamos, através de Termo de Referência, os serviços de um consultor para desenvolver o “software” de envio de dados dos

estados para a SENASP através da INFOSEG. No dia 20 de outubro de 2003, enviamos o ofício agradecendo a participação dos operadores convidados neste segundo workshop.

Visitas para Implantação do Sistema

Todo o esforço despendido até agora seria inútil se não houver uma dedicação com afinco a esta última etapa do processo de implantação. Nosso objetivo é criar um sistema que seja adequado, não apenas às necessidades do desenho de uma política nacional de segurança pública, mas também às especificidades regionais que marcam a violência e criminalidade.

Planejamos a implantação da base de dados - Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil) - em duas etapas, que ocorrerão entre dezembro de 2003 e março de 2004. Estas etapas são:

- Visitas técnicas para desenvolver um diagnóstico que oriente a formatação final do sistema em 9 unidades da federação, e
- Implantação do sistema nas 27 unidades da federação.

Para garantir que a implantação do sistema ocorra da forma mais adequada possível e consoante com a realidade dos sistemas estaduais de produção de dados criminais, será preciso desenvolver um diagnóstico da situação vivida individualmente pelos estados. Os estados foram visitados para que se pudesse desenvolver um diagnóstico detalhado do sistema de produção de informações estatísticas em cada um deles. Estas visitas técnicas obedeceram ao seguinte roteiro de entrevista:

1. Fontes de informação;
2. Descrição detalhada do fluxo de informações;
3. Tipos de formulários de coleta de informações – quais informações são coletadas;
4. Informações realmente coletadas – preenchimento dos campos nos formulários;
5. Formas de encaminhamentos para órgãos que sistematizam e centralizam as informações;
6. Organização das informações em bases de dados;
7. Informações existentes nas bases de dados – quais informações estão disponíveis em forma digital;
8. Informações realmente disponíveis – preenchimento dos campos nas bases de dados;
9. Cobertura da base de dados – os dados reunidos nas bases de dados correspondem a quais regiões no estado;
10. Os dados organizados nas bases de dados correspondem a que período de tempo;
11. Existem leis estaduais que regulamentam a produção e divulgação de informações criminais;
12. Existência de recursos tecnológicos para o desenvolvimento de análises geográficas de informações criminais:
 - tecnologia (quais cidades possuem mapa digital? Existem bases georeferenciadas de endereços? Quais os softwares de análise de estatística espacial estão disponíveis?)
 - institucional (existem procedimentos organizacionais para o uso de mapas de concentração criminal como ferramenta para a gestão? Os policiais já foram treinados ou capacitados em algum curso orientado para a análise geográfica de informações criminais?)
13. Fora as organizações policiais, existe alguma outra instituição no estado que sistematize e produza informações que possam contribuir para o desenvolvimento de diagnósticos do fenômeno da criminalidade? Quais são elas? Identificar formas de contato

Implantação Nacional do Módulo

Nos dias 18 e 19 de dezembro de 2003, fizemos o lançamento do primeiro módulo do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil) – em um evento que ocorreu em Brasília com a presença de representantes das polícias civis de todas as Unidades da Federação. Após três reuniões que envolveram operadores dos sistemas de informação estatística de todas as unidades da federação, visitas técnicas em 9 unidades da federação e o trabalho intenso da equipe da SENASP assessorada por consultores, concluímos em 9 meses a elaboração deste primeiro módulo do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal.

Concluímos a implantação em março de 2004, quando distribuímos para todas as Polícias Civis o material de instalação do Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil). Este material incluiu um CD para a instalação do software de envio de informações para a SENASP, um manual com a definição de todas as regras de preenchimento do módulo e dos delitos a serem coletados e uma versão do índice remissivo para orientar o operador de estatística da Polícia Civil em relação às categorias criminais do seu sistema de classificação que deveriam ser utilizadas para sistematizar as estatísticas a serem enviadas para a SENASP.

Acompanhamento dos Primeiros Resultados Alcançados pelo Módulo

Nossas ações, após o período da implantação, estão envolvendo o monitoramento da qualidade das informações enviadas, tanto em relação a sua cobertura quanto em relação à consistência. Este monitoramento nos orientará quanto às ações que devem ser empreendidas no futuro para melhorar cada vez mais a qualidade da informação que estamos coletando. Já no sentido de incrementar a qualidade destas informações, organizamos diversos cursos de gestão da informação objetivando difundir a valorização do uso da informação pelas organizações policiais. Esperamos que estes cursos orientem os operadores de segurança pública no sentido de melhorar a qualidade do processo de coleta e registro de informações nos Boletins de Registro de Ocorrências e Inquéritos.

Dois anos após a implantação do módulo, temos informações sendo disponibilizadas mensalmente por todas as Unidades da Federação. Algumas organizações nos enviam informações completas sobre tudo o que é argüido e outras nos informam apenas parte do que é solicitado. Outro ponto importante de ser destacado é que possuímos informações com altas taxas de cobertura em relação à maior parte das Unidades da Federação.

3.13.1.2. Polícia Militar

Cronograma de Atividades

As atividades executadas, em 2003 e 2004, relativas à implantação do Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública (Polícia Civil) nos forneceram a experiência necessária para desenharmos o seguinte cronograma de atividades a serem executadas no ano de 2005.

ATIVIDADE	Maio	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Compatibilização das Formas de Classificação de Ocorrências Criminais (Polícia Militar)							
Criação de um Mapa Nacional de Circunscrição das Delegacias da Polícia Militar							
Elaboração do Novo Formulário de Coleta de Dados da Base - Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Militar)							
Elaboração do Manual de Preenchimento do Formulário de Coleta de Dados							
Elaboração do Sistema de Coleta de Dados Informatizado via WEB							
Implantação do Sistema							

Em maio de 2005, iniciamos a coleta das informações junto das Polícias Militares de todo o país e, após 3 meses sistematizando as informações, iniciamos o trabalho de compatibilização das formas estaduais de classificação das ocorrências, a criação de um mapa nacional de circunscrição das delegacias dos batalhões da polícia militar e uma análise do conteúdo dos formulários de coleta de informações das Polícias Militares.

Construção do Novo Formulário de Coleta de Dados

Primeira Reunião – Primeira Sistematização das Idéias

As atividades de elaboração do Formulário de Coletas – Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública (Polícia Militar) iniciaram, em maio de 2005, com uma reunião que envolveu alguns especialistas e profissionais da área de segurança pública. Nesta primeira reunião discutimos uma proposta inicial de conteúdo do formulário e as formas de padronização dos procedimentos de registro, sistematização e envio dos dados para a SENASP. Fizeram parte desta reunião 2 especialistas, representantes das Polícias Militares de todas as Unidades da Federação e toda a equipe de estatística e análise criminal da SENASP.

Elaboração da Proposta de Novo Formulário de Coleta de Dados

Entre os meses de maio e julho de 2005, desenvolvemos a primeira proposta para o novo formulário de coleta de dados – Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública (Polícia Militar). Esta proposta envolveu o desenho do formulário em termos de conteúdo e “layout”. Contratamos consultores para desenvolver, junto com os profissionais da SENASP, o formulário de coleta de dados e o manual respectivo com as instruções para preenchimento deste formulário.

Segunda Reunião de Trabalho

Esta segunda reunião de trabalho ocorreu em julho de 2006 e teve como objetivo apresentar a primeira proposta do Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública (Polícia Militar) para operadores de estatística de organizações de segurança pública de algumas Unidades da Federação. Colocamos a proposta em discussão, de modo a garantir sua adaptação futura à realidade vivida pelos estados em relação à coleta, sistematização e registro de ocorrências criminais. Esta proposta incluía o novo formulário de coleta de dados.

A seleção das Unidades da Federação para participarem deste encontro obedeceu dois critérios: o alto investimento destes estados na estruturação de bancos de dados e elaboração de análises estatísticas e a alta representatividade percentual em termos de volume de ocorrências criminais no contexto nacional. Convocamos os operadores dos sistemas de estatística criminal das seguintes Unidades da Federação: Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Estes representantes discutiram de forma prática os encaminhamentos para a implantação do sistema.

Avaliação Final da Proposta

Já incorporando as alterações propostas pela segunda reunião de trabalho, encaminhamos, em outubro de 2006, o novo formulário de coleta de informações e o índice remissivo das categorias de classificação de ocorrências para as Polícias Militares de todas as Unidades da Federação. Solicitamos que este material fosse analisado e que sugestões e críticas fossem encaminhadas para realizarmos alterações finais em seu conteúdo.

Elaboração da Versão Final do Módulo

Com toda a atenção às sugestões e críticas recebidas durante todo o tempo de trabalho da elaboração do Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública (Polícia Militar), terminamos as atividades em dezembro de 2005. Após 8 meses de atividade, envolvendo 2 reuniões com representantes das Polícias Militares de todas as Unidades da Federação e consultas seguidas quanto às críticas e sugestões do trabalho realizado, construímos um módulo fácil de ser implantado, de baixo custo e adaptável à heterogeneidade da situação de registro de informações pelas Polícias Militares nas Unidades da Federação.

Implantação Nacional do Módulo

Em fevereiro de 2006, por meio de ofício, encaminhamos os instrumentos de implantação do módulo para todos os Estados. Este material incluiu um CD para a instalação do software de envio de informações para a SENASP, um manual com a definição de todas as regras de preenchimento do módulo e dos delitos a serem coletados e uma versão do índice remissivo para orientar o operador de estatística da Polícia Militar em relação às categorias do seu sistema de classificação que deveriam ser utilizadas para sistematizar as estatísticas a serem enviadas para a SENASP.

Acompanhamento dos Primeiros Resultados Alcançados pelo Módulo

Nestes primeiros meses de implantação do módulo, temos acompanhado continuamente as atividades executadas nos Estados. As policias militares de todas as Unidades da Federação vêm trabalhando, algumas já nos encaminhando informações e outras ainda na fase inicial de planejamento das atividades para encaminhamento das informações. Atualmente, temos informações encaminhadas por 8 Unidades da Federação.

3.13.1.3. Corpos de Bombeiros Militares

Diagnóstico e Elaboração do Cronograma

A implantação do Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública (Corpos de Bombeiros Militares) foi a primeira iniciativa da SENASP de coletar com regularidade informações dos Corpos de Bombeiros Militares. Sabendo do desafio que isto nos impõe, em razão de estarmos atuando em uma nova frente de coleta de informações e amparados pela experiência que acumulamos nos anos anteriores, quando implantamos o mesmo módulo para as Polícias Cíveis e Polícias Militares, acreditamos que conseguiremos implantar este módulo seguindo o cronograma abaixo.

ATIVIDADE	2007				
	Janeiro	Julho	Setembro	Outubro	Novembro
Compatibilização das Formas de Classificação de Ocorrências Criminais (Corpos de Bombeiros Militares)					
Criação de um Mapa Nacional de Circunscrição das Unidades Operacionais					
Elaboração do Novo Formulário de Coleta de Dados da Base - Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Corpos de Bombeiros Militares)					
Elaboração do Manual de Preenchimento do Formulário de Coleta de Dados					
Elaboração do Sistema de Coleta de Dados Informatizado via WEB					
Implantação do Sistema					

Construção do Novo Formulário de Coleta de Dados

Estamos, atualmente, coletando as informações dos corpos de bombeiros para produzir o processo de compatibilização dos sistemas de classificação de ocorrências e os mapas de circunscrição das unidades operacionais. Já sistematizamos as informações enviadas por organizações de 21 Unidades da Federação.

3.13.2. Perfil das Organizações de Segurança Pública

Introdução

A escolha por iniciarmos a implantação do Módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública dando atenção às Delegacias de Atendimento à Mulher resulta de duas razões principais. O Plano Nacional de Segurança Pública atribuiu uma importância fundamental à questão de gênero no planejamento das políticas de segurança pública no país. Em função desta prioridade, vem sendo desenhada na SENASP uma ação que visa investir nas DEAMs em termos da sua infra-estrutura, equipamentos e capacitação. Neste sentido, surgiu a necessidade de realizarmos um censo de todas as DEAMs do país, detalhando seu funcionamento, recursos humanos, recursos físicos e sua estrutura. Uma outra razão para iniciarmos a pesquisa perfil com base nas DEAMs é o fato delas serem um número pequeno de unidades e poderem, deste modo, constituir um projeto piloto para aperfeiçoamento do questionário, que foi posteriormente aplicado em todas as organizações de segurança pública do país.

Em função de uma solicitação da Coordenação Geral de Prevenção, o segundo módulo da pesquisa Perfil das Organizações de Segurança Pública foi elaborado para as Guardas Municipais. O objetivo foi detalhar a estrutura de funcionamento das guardas municipais de todo o país e as atividades desenvolvidas para subsidiar uma ação pró-ativa da SENASP em relação às Guardas Municipais. Atualmente, já realizamos pesquisas de Perfil Organizacional de outras 7 instituições: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpos de Bombeiros Militares, Institutos de Medicina Legal, Delegacias de Proteção a Criança e Adolescente, Organizações de Aviação em Segurança Pública e Academias de Polícia Civil e Polícia Militar.

Etapas de Elaboração da Pesquisa

Elaboração do Questionário

Com base em um questionário que já havia sido aplicado nas DEAMs, em 2000, em uma pesquisa organizada pela Secretaria Especial da Mulher e com base no questionário de uma pesquisa sobre recursos das organizações de segurança pública que havia sido aplicado nas Polícias Cíveis, Polícias Militares, Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Polícia Técnica pela SENASP, em 2001, construímos a primeira versão do questionário para ser utilizado na pesquisa Perfil das Organizações de Segurança Pública (Delegacias de Atendimento à Mulher).

O questionário da pesquisa Perfil das Organizações de Segurança Pública (Guardas Municipais) foi elaborado pela equipe técnica da SENASP aproveitando o questionário da pesquisa aplicada nas Delegacias de Atendimento à Mulher, o questionário aplicado anteriormente em pesquisa realizada pela Associação Nacional das Guardas Municipais e o formulário de cadastro das Guardas Municipais existente no site do Ministério da Justiça. Cabe destacar que também foram incluídos no questionário alguns temas específicos levantados pela Coordenação Geral de Prevenção/SENASP.

A partir da evolução de concepção destas duas pesquisas, elaborou-se um questionário padrão em termos de estrutura que passou a ser aplicado em todas as outras 7 organizações já pesquisadas. Importante destacar que todos os questionários foram submetidos a processo de pré-teste para obtermos sugestões e críticas que nos permitissem aperfeiçoá-los o

mais possível e garantir a consistência das informações coletadas. Os principais temas abordados neste questionário foram:

1. **ORÇAMENTO:** recursos financeiros segundo tipo de gasto e fonte dos recursos
2. **CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO:** Horário de atendimento, escalas de trabalho, plantão, competência territorial, procedimentos de atendimento, existência de postos de atendimento, prioridades para melhorar o atendimento e verbas de manutenção
3. **RECURSOS HUMANOS E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL:** Caracterização do efetivo segundo grau de instrução, raça, idade e tempo de serviço, cursos de capacitação e assistência psicológica
4. **RECURSOS MATERIAIS CONVENCIONAIS:** Veículos, equipamentos de proteção, armamento, equipamentos de comunicação, equipamentos de informática e redes de Internet e Intranet
5. **ESTRUTURA FÍSICA:** Cômodos, carceragem e salas de atendimento especializado
6. **ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E REDES DE ATENDIMENTO:** Instituições que compõem a rede de articulação
7. **TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO:** Caracterização do sistema de registro de ocorrências, informações coletadas, periodicidade de coleta, sistematização da informação e programas de aperfeiçoamento do preenchimento das informações
8. **AÇÕES E ATRIBUIÇÕES:** Normatização das atribuições, atividades desenvolvidas, ocorrências policiais registradas, procedimentos de encaminhamento
9. **AÇÕES DE PREVENÇÃO:** caracterização da equipe responsável pelas ações de prevenção e quantificação das ações executadas

Construção das Bases de Dados

Em todas as pesquisas realizadas, cada questionário foi checado minuciosamente para que tivéssemos controle dos problemas que ocorreram durante o preenchimento. A cada problema identificado, entramos em contato novamente com o profissional responsável por preencher o questionário e solicitamos esclarecimento e solução do problema identificado.

Análise dos Dados

A análise de dados envolveu dois conjuntos de atividades distintas: inicialmente, elaboramos um relatório sintético do conjunto das organizações, delineando como está a situação das organizações de segurança pública em todo o país de modo generalizado em relação a alguns pontos mais importantes, e elaboramos também um índice de precariedade de algumas organizações (DEAMs, DPCAs e Guardas Municipais) para fundamentarmos cientificamente ações e políticas executadas pela SENASP, garantindo o atendimento de organizações com situações mais precárias.

Continuidade de Coleta de Informações

Nosso planejamento é realizar uma nova versão destas pesquisas a cada ano, aproveitando uma versão mais simplificada do questionário. Desta forma, já estamos na realização da terceira pesquisa das DEAMs e na realização da segunda pesquisa das outras organizações (Polícia Civil, Polícia Militar, Guardas Municipais, Corpos de Bombeiros Militares, IMLs, DPCAs e Academias de Polícia). Assim, teremos como acompanhar no tempo quais foram os resultados alcançados por estas organizações e os resultados dos recursos investidos pela SENASP.

3.13.3. Pesquisa Nacional de Vitimização

Introdução

A realização regular e em âmbito nacional de pesquisas de vitimização constitui um instrumento fundamental no processo de institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública. Estas pesquisas são uma fonte indispensável de informações para o planejamento, monitoramento e avaliação de políticas de segurança pública implementadas em âmbito local e regional, em especial aquelas direcionadas para a prevenção da violência e criminalidade. Seu impacto sobre o desenho de políticas públicas está relacionado, por exemplo, à oportunidade da coleta continuada de informações sobre os eventos criminais não relatados às polícias e as percepções da população acerca da sua exposição ao risco e da sua interação com os órgãos de segurança pública. Estas informações complementam as estatísticas oficiais construídas a partir dos relatos dos cidadãos às polícias. Os aspectos metodológicos ligados à realização deste tipo de pesquisa fazem com que ela seja caracteristicamente complexa e, por isso, relativamente mais cara do que outras pesquisas realizadas na área de segurança pública, voltadas para a produção de bases de dados criminais. Pesquisas regulares de vitimização, acompanhadas de esforços de sistematização dos dados oficiais sobre a criminalidade, permitiriam estudos relativos aos temas referidos na listagem de produtos. Essas considerações, entretanto, focalizam exclusivamente as pesquisas de vitimização, dada sua centralidade no âmbito da presente proposta.

Contextualização

As pesquisas de vitimização surgiram nos Estados Unidos na década de 60 como uma tentativa de estimar a quantidade de crimes sofridos pela população e não comunicados aos órgãos governamentais. Atualmente, em diversos países do mundo, governos ou institutos independentes realizam, com intervalos regulares de tempo, “pesquisas de vitimização” com amostras da população. Aparentemente, seria mais simples e econômico consultar as estatísticas oficiais para conhecer a quantidade de crimes a que está sujeita a sociedade. No entanto, os dados oficiais nem sempre refletem com fidedignidade a magnitude da violência e da criminalidade – e suas características. Isto porque as estatísticas oficiais, tanto nos países com sistemas de segurança pública mais avançados quanto nos menos avançados, refletem apenas os fatos criminosos e violentos que os cidadãos decidem relatar às autoridades policiais. A propensão por parte das vítimas de notificar os crimes sofridos à polícia depende de uma série de fatores relacionados, por exemplo, com o estigma social associado a determinados tipos de crime, características do incidente e até mesmo a percepção da vítima sobre a eficiência do sistema policial.

A primeira pesquisa de vitimização norte-americana, de 1966, descobriu que o volume de vitimizações era quase o triplo da quantidade de eventos criminais relatados à polícia (Paixão, p.47). O British Crime Survey calculou, no começo dos anos 90, que ocorrem, na Inglaterra, 4 vezes mais crimes do que são registrados pela polícia. Ainda que o volume do subregistro varie de crime para crime e de país para país, este é um fenômeno generalizado. Entre os 20 países pesquisados pelo UNICRI (Instituto Europeu de Criminologia da ONU), no período de 1988 e 1992, foi identificada uma taxa de subnotificação da ordem de 51% para um conjunto de 10 crimes diferentes. No caso brasileiro, recente pesquisa desenvolvida pelo PIAPS (Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais/MJ), em 2001, mostrou que apenas 10% das vítimas de furto ou agressão sexual e 25% das vítimas de agressão física ou roubo registraram os delitos na polícia.

É preciso deixar claro que as pesquisas de vitimização não substituem os levantamentos oficiais. Elas constituem um instrumento complementar de coleta de dados que têm como

objetivo dar conta de uma realidade que não está presente nas estatísticas oficiais. Seu objetivo principal é mensurar os crimes não registrados à polícia e as motivações que produzem o subregistro. Estas pesquisas podem, ainda, nos fornecer um conjunto detalhado de informações essenciais para o desenho de políticas de segurança pública: a) o perfil das vítimas dos delitos, b) o perfil dos agressores, c) o relacionamento entre vítimas e agressores, d) as circunstâncias nas quais os incidentes ocorreram, e) a experiência das vítimas com os agentes do sistema de segurança pública e justiça criminal, f) as medidas tomadas pelos indivíduos objetivando a prevenção de delitos, g) os custos diretos e indiretos do crime para suas vítimas, em particular, e para a sociedade de um modo geral, h) os níveis de eficácia das organizações policiais no controle da criminalidade, i) o grau de exposição de diferentes grupos sociais à criminalidade, j) as percepções coletivas sobre o crime, e k) a percepção do público a respeito da atuação do Estado na área de segurança pública.

No Brasil, a primeira pesquisa de vitimização de que temos notícia foi o suplemento incluído na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 1988. A maior parte das pesquisas de vitimização que foram realizadas no Brasil ocorreu na década de noventa e, em razão do seu custo, limitaram-se a algumas capitais, em particular na região sudeste do país.¹

As pesquisas de vitimização são caracteristicamente complexas, envolvendo o desenho de amostras de residências em contextos urbanos marcados pela heterogeneidade da população e mutabilidade do ambiente físico, a estruturação de sistemas de coleta de informações através de questionários aplicados em entrevistas pessoais em milhares de residências pré-selecionadas e a abordagem de um tema marcado pelo estigma social.

Disso resulta a necessidade de estruturação de projetos de pesquisa que envolvam preparação específica bastante distinta daquela necessária para o desenvolvimento de pesquisas em outras áreas como educação, saúde, etc. O desenho do trabalho de campo da pesquisa exige o treinamento dos profissionais para a superação dos constrangimentos relacionados à abordagem do tema, impondo alterações, portanto, não apenas no desenho do questionário, mas no comportamento dos entrevistadores em campo e também no ponto de partida conceitual e analítico para o desenvolvimento das análises dos dados coletados.

Outro fato que cabe salientar e que também introduz mais uma complicação no desenho das pesquisas de vitimização é que seu impacto no desenho de políticas de segurança pública se potencializa à medida que conseguimos acumular uma série histórica de informações. Assim, podem-se desenvolver pesquisas do tipo painel, onde é possível não apenas analisar a situação da criminalidade, em termos do que existe hoje, mas também monitorar o impacto de políticas públicas e mudanças sociais no comportamento da criminalidade.

Como observamos, ainda não se desenvolveu no país uma pesquisa de vitimização nacional. A falta de uniformidade no desenho dos processos de coleta de informação das pesquisas que até então ocorreram impede a elaboração de análises comparativas com a consistência necessária. Além disso, a maior parte destas pesquisas se limitou ao estudo do tema em cidades (capitais de unidades federativas) da região sudeste do Brasil. Carecemos, portanto, de pesquisas nacionais de vitimização que nos permitam desenvolver diagnósticos comparativos e regulares do fenômeno da criminalidade nas diversas regiões do território nacional, capazes de

¹ Como exemplos de pesquisas de vitimização realizadas nos anos 90 podemos citar os estudos do Banco Mundial realizados entre os anos de 1988 e 1999 nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo; a Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte 2002 realizada pelo Crisp/UFMG (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública); a Pesquisa de Vitimização realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1996 pelo ISER – Instituto de Estudos da Religião - em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e, mais recentemente, a Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do PIAPS, realizada simultaneamente em quatro grandes cidades brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória – pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em parceria com o Ilanud e a FIA-USP.

subsidiar as políticas de segurança pública que incorporem as especificidades vividas por estas regiões.

Objetivos Gerais

A realização da Pesquisa Nacional de Vitimização tem os seguintes objetivos gerais:

1. Produzir subsídios para o processo de tomada de decisões na área de segurança pública, focando os seguintes aspectos: prevenção da violência e criminalidade, eficiência da atuação policial, relacionamento entre polícia e comunidade e os impactos econômicos e na área de saúde resultantes da situação da segurança pública no Brasil;
2. Produzir, com base em informações alternativas às estatísticas oficiais, diretrizes para qualificação das informações produzidas pelas organizações do sistema de justiça criminal;
3. Difundir a consciência quanto à importância do uso da informação como ferramenta fundamental na proposição de estratégias de intervenção sobre os fenômenos da criminalidade; e
4. Difundir a importância de realização de pesquisas de vitimização como instrumento de gestão das organizações de segurança pública nas esferas federal, estadual e municipal.

Universo Amostral

Dada a complexidade e o alto custo da realização de uma pesquisa de vitimização em todo o território nacional, principalmente com a regularidade temporal necessária, sugerimos que se desenvolva uma seleção das regiões a serem pesquisadas em função de dois critérios principais: Unidade da Federação e a distinção entre municípios pelo corte de tamanho da população de 100 mil habitantes.

Um dos critérios possíveis de seleção deriva da concentração espacial da incidência de crime nas cidades mais populosas, principalmente nas regiões metropolitanas. Diagnóstico desenvolvido pela SENASP mostrou que, entre os 5507 municípios existentes no Brasil, em 2000, os 224 municípios com população acima de 100 mil habitantes foram responsáveis por concentrar 91% dos roubos ocorridos em todo o território nacional, 83% dos furtos de veículos, 67% dos outros furtos, 74% dos homicídios e 52% das lesões corporais. Estes municípios concentravam também 51% da população nacional. Consideramos importantíssimo averiguar as distinções do perfil de vitimização, separando o contexto dos municípios segundo o tamanho da população: acima e abaixo de 100 mil habitantes. Existem algumas questões que precisam ser esclarecidas antes de termos certeza sobre este argumento quanto à concentração espacial da criminalidade nos municípios maiores. O sistema de registro de ocorrências criminais é mais eficiente nas cidades maiores do que no interior do Brasil? O sistema de registro de ocorrências criminais atualmente existente atribui mais importância a fenômenos típicos de ambientes urbanos do que ambientes rurais? O fenômeno do sub-registro é maior no ambiente rural do que no ambiente urbano?

Dado a especificidade de cada região brasileira quanto ao comportamento da incidência criminal, às ações empreendidas pelas organizações de segurança pública e às características sócio-econômicas e urbanas, consideramos fundamental também termos a capacidade de realizar um perfil de vitimização separando os contextos de cada Unidade da Federação. Assim, mais do que termos inferências sobre os determinantes da incidência da criminalidade e resultados das

políticas de segurança pública em termos nacionais, conseguiremos também avaliar a realidade de cada Unidade da Federação.

Desta forma, propomos que a pesquisa seja representativa do contexto nacional e dos contextos de cada uma das 27 Unidades da Federação. Por outro lado, apenas em contexto nacional, esperamos que a pesquisa seja representativa também do conjunto dos municípios com população acima de 100 mil habitantes e dos municípios com população abaixo de 100 mil habitantes.

Cronograma de Atividades

Nosso objetivo é que estejamos realizando a primeira pesquisa de um conjunto de pesquisas que serão realizadas anualmente. Esta primeira versão da pesquisa tomará o Brasil de forma completa. Existem diversas propostas metodológicas para passarmos a realizar estas pesquisas anualmente. Por exemplo, os EUA dividiram o seu território em 5 partes e a cada ano pesquisam uma parte, fechando todo o território a cada 5 anos. O início da organização da pesquisa começou no primeiro semestre de 2006 e a pesquisa será realizada no ano de 2007.

Estamos estabelecendo um termo de cooperação técnica entre IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos) e ISP (Instituto de Segurança Pública da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro) para realizarmos a aplicação nacional da pesquisa. Nossa proposta de trabalho é que o ISP, financiado pela SEDH, irá realizar um pré-teste da pesquisa nacional de vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Aproveitando as experiências fornecidas por este pré-teste, o IBGE, financiado pela SENASP, irá realizar a pesquisa nacional de vitimização.

3.13.4. Fluxo do Sistema de Justiça Criminal

Com o objetivo de identificar o fluxo do sistema de justiça criminal no Brasil, detalhado pelas Unidades da Federação, iniciamos, em 2005, a elaboração do instrumento de coleta de informações para ser aplicado nas polícias militares, polícias civis, ministério público e no sistema de justiça. Esta pesquisa tem o objetivo de verificar o formato do funil para um conjunto de 5 crimes diferentes (homicídios dolosos, roubos, extorsões mediante seqüestro, crimes relativos a drogas e estupros) e os pontos de gargalo do processo, criando subsídios para políticas que visem aperfeiçoar seus resultados.

Nos anos de 2004 e 2005, investimentos na realização de alguns projetos piloto da pesquisa. Financiamos alguns pesquisadores que realizaram avaliações do fluxo do sistema de justiça criminal para homicídios dolosos no Rio de Janeiro e São Paulo. Para enfatizar a importância da implantação deste módulo, trazemos de forma sintética os resultados destas pesquisas: em termos internacionais (Europa e América do Norte) de cada 100 homicídios temos 45 que chegam a julgamento, em São Paulo este número de ocorrências que chegam a julgamento cai para 20 e no Rio de Janeiro este número cai para 10.

Como 2006 constitui um ano de eleição presidencial, decidimos iniciar a implantação deste módulo do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal em 2007. A questão política constitui um dos obstáculos para consolidarmos um módulo que dependerá da articulação de uma parceria entre organizações da segurança pública e justiça criminal.

3.13.5. Controle da Ação Policial

Em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, estamos elaborando um Sistema Nacional de Gestão das Ouvidorias de Polícia, que envolverá a implantação de um

software de gestão em todas as ouvidorias de polícia do Brasil construindo um ambiente de rede entre todas essas organizações. Este sistema tem como objetivo viabilizar uma maior integração entre as ouvidorias, subsidiar as ouvidorias em suas atividades de planejamento das ações a serem executadas e permitir que se estabeleça um sistema de acompanhamento do desempenho das ouvidorias em todo o Brasil.

No ano de 2005, contratou-se uma consultoria que, após uma visita a todas as ouvidorias do Brasil, elaborou um projeto detalhado para criação do software e sua implantação, envolvendo as áreas de capacitação dos profissionais e levantamento da infra-estrutura básica para funcionamento do sistema. Este modelo do Sistema Nacional de Gestão das Ouvidorias foi apresentado a todos os ouvidores do Brasil. Atualmente, após atender a todas as críticas e sugestões encaminhadas por esses ouvidores, estamos finalizando a elaboração do Termo de Referência para contratação dos responsáveis pela elaboração do software.

4. Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal

As pesquisas aplicadas se destacam por possuírem resultados que podem ser aplicados diretamente pelas organizações e operadores de segurança pública. As pesquisas aplicadas que têm sido desenvolvidas no Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública tem resultados que envolvem a produção de softwares, que podem ser distribuídos gratuitamente para todas as organizações de segurança pública, a produção de um sistema de indicadores para determinar a distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública entre as Unidades da Federação e levantamentos de textos, relatórios e práticas de segurança pública que podem ser posteriormente sistematizados e divulgados para todo o país. Cabe destacar que estas pesquisas são realizadas, principalmente, em função de demandas ou dos órgãos estaduais de segurança pública ou de departamentos da própria SENASP.

Entre as diversas pesquisas elaboradas destacamos cinco que já foram executadas ou estão em andamento. Em 2003, iniciamos a produção de um software de análise espaciais: Sistema de Monitoramento Espacial da Criminalidade em Ambiente Urbano (TERRA CRIME). Existem dois levantamentos que estão sendo realizados: levantamento nacional de monografias dos cursos de formação de policiais e levantamento nacional de práticas de segurança pública. Executamos desde 2004 a construção do índice para distribuição dos recursos do FNPS, tanto para os Estados quanto para os municípios. Por fim, realizamos o primeiro Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal.

4.1. Sistema de Monitoramento Espacial da Criminalidade em Ambiente Urbano

Introdução

A dinâmica itinerante da criminalidade nas grandes cidades impõe a necessidade de uma crescente ampliação da capacidade de produção de diagnósticos e análises que permitam as instituições de segurança pública planejar as suas ações e a distribuição dos seus recursos de forma mais eficaz e eficiente. A variável espacial se constitui em uma peça fundamental no processo de análise dos dados e produção de informações para contribuir de forma prática e objetiva, na elaboração de ações de intervenção direta na dinâmica da criminalidade, pois empresta visualização interativa, foco e efetividade às ações. Em muitos casos, durante as atividades de análise criminal, o volume de dados que se dispõe inviabiliza ou dificulta a elaboração de análises mais refinadas. Apenas a produção de tabelas e gráficos percentuais e

estatísticos, ainda que oportuna, não esgota as possibilidades de análise. O desenvolvimento de análises espaciais, por exemplo, permite agregar novas oportunidades de compreensão da dinâmica criminal e violenta, sobretudo pela sua oportunidade de gerar animação com recortes temáticos fazendo uso de variáveis espaciais e temporais.

O principal aspecto dos Sistemas de Informação Geográfica (geoprocessamento) é o de ser uma ferramenta que permite sistematizar os dados, associando a eles as informações sobre o seu local de ocorrência. Todavia, apesar da grande contribuição que os softwares de geoprocessamento emprestam para as instituições de segurança pública, seu uso é ainda muito restrito em razão dos altos custos que inviabilizam sua utilização pela maioria das instituições públicas.

A SENASP entendendo que este é um instrumento que possibilita a implementação de políticas focalizadas, que evitam a dispersão de recursos humanos e financeiros, racionalizando a distribuição destes e auxiliando o monitoramento dos resultados obtidos, investiu no desenvolvimento do primeiro software gratuito de análise espacial voltado para a análise criminal, denominado TERRACRIME. Esta ação da SENASP soma-se à política adotada pelo governo federal de incentivar a construção e a disseminação de softwares livres, em detrimento aos altos custos dos softwares comerciais que impõe, sobretudo, um aprisionamento tecnológico do seu usuário no intercâmbio de dados e informações com plataformas de dados concorrentes, dificultando a integração de dados e informações que são decisivas para o sucesso de políticas e programas intersetoriais tão comuns na área de segurança pública.

Desenvolvimento

A concepção, desenvolvimento e implantação do TERRACRIME se deram como consequência de um conjunto de ações adotadas no âmbito do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. Quando assumimos a gestão da SENASP, não encontramos qualquer atividade sendo desenvolvida para realizar análises espaciais (geoanálise) com os dados disponíveis e, até mesmo, de incentivar as instituições de segurança pública estaduais a incorporar a variável espacial em seus diagnósticos e planejamentos operacionais. Esta situação se dava apesar do departamento possuir 2 licenças do software MapInfo e de grande parte da equipe ter recebido treinamento na utilização do software. Este fato encontrava explicação em dois pontos: baixa qualificação na capacidade de interpretar os fenômenos da criminalidade e, sobretudo, em relação ao seu aspecto espacial; e a maior parte dos softwares possuem uma interface voltada para o usuário com qualificação técnica em geoprocessamento.

Estes fatores aliados a outros como, altos custos de aquisição e implantação do sistema, a necessidade de bases de dados sistematizadas e existência de base cartográfica, justificam o pouco uso das ferramentas de análise espacial nas instituições policiais. Através da observação destes fatos, a equipe da SENASP procurou experiências já existentes no desenvolvimento de softwares livres como forma de redução máxima dos custos de aquisição e implantação do sistema. Com base nesta decisão estratégica, buscou-se um primeiro contato com o Prof.º Doutor Renato Assunção, do Laboratório de Estatística espacial (LESTE) da UFMG, que já possuía experiências de sucesso em trabalhos científicos que associam estudos de violência com o uso de Sistemas de Informação Geográfica, em particular os desenvolvidos junto com a Polícia Militar de Minas Gerais. Nesta ocasião, a direção do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública tomou conhecimento do projeto SAUDÁVEL, iniciado em 1998, pela Divisão de Processamento de Imagens-DPI, responsável, no Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais-INPE, pelo programa institucional denominado Geoinformação à Serviço da Cidadania.

O projeto SAUDÁVEL reúne uma rede de parcerias formada pelas seguintes instituições: INPE, FIOCRUZ, UFMG, UFPR e PRODABEL. A materialização da Rede SAUDAVEL tem permitido a criação de um espaço institucional para cada Nó da Rede, reunindo esforços em torno de uma meta comum: a consolidação de uma plataforma computacional aberta e operacional que facilite o processo de transferência de tecnologia e, com isso, propicie, em função de sua agenda científica e tecnológica, a democratização dos recursos tecnológicos e sua livre utilização interdisciplinar e interinstitucional. O objetivo principal do projeto SAUDAVEL é desenvolver métodos, algoritmos e produtos de software para produzir os instrumentos tecnológicos necessários à construção de sistemas de vigilância epidemiológica e de controle de endemias de capacidade pró-ativa, a partir da possibilidade de tratar grandes bases de dados espaço-temporais com dados de notificação do sistema de saúde, e com dados caracterizadores da população e de seu lugar.

Tão logo a equipe da SENASP tomou conhecimento do projeto Saudável, cujos parceiros já estabelecidos são o INPE e o LESTE (UFMG) no desenvolvimento do TERRALIB patrocinado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, propôs ingressar na parceria com a seguinte demanda: desenvolver, junto com os parceiros acima mencionados, um software livre para elaboração de análises estatísticas espaciais voltadas para a segurança pública. Desta maneira, nasceu o projeto TERRA-CRIME, um aplicativo livre que, customizado para análise criminal, além de trazer todas as virtudes dos softwares de análise espacial existentes no mercado, possibilita um maior rendimento dos profissionais de segurança pública, devido à sua adequação às realidades dos sistemas estaduais de informação criminal e às necessidades operacionais das organizações policiais.

Desta forma foi realizada uma parceria entre a SENASP, o INPE e o LESTE/UFMG para o desenvolvimento de um software gratuito de geoprocessamento, com toda a sua interface de fácil utilização e modelos de análises estatísticas embutidos, voltados para os operadores dos sistemas de estatística criminal. Esta parceria foi firmada institucionalmente em julho de 2003, por meio de termo de referência.

Cumprir destacar que o software já foi desenvolvido e, conforme definido pelo cronograma da SENASP, já foi implantado em caráter piloto no Estado do Rio Grande do Sul, mais propriamente na cidade de Porto Alegre, que possui mapas cartográficos digitais e bases de dados adequadas para o georreferenciamento. Esta avaliação piloto ocorreu entre outubro de 2003 e maio de 2004, caracterizando-se como uma experiência que, avaliada e aperfeiçoada, deverá ser gradualmente estendida a todos os estados. O processo de implantação inaugural do TERRA-CRIME contou com sucessivas visitas técnicas ao RS e com a realização de um curso de análise criminal e uso do Software para os operadores do Estado. Em conformidade com as ações de construção do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, os estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso foram convidados a participar, na condição de observadores, do processo de implantação do TERRA-CRIME. Tratava-se aqui de incorporar recomendações técnicas visando não só ao aprimoramento da ferramenta, como também à garantia dos próximos passos da implantação do TERRA-CRIME em todo país.

Proposta de Implantação Nacional

Apesar de termos avançado muito nas atividades de desenvolvimento do software, desde o início de 2004 não conseguimos recursos financeiros para iniciar as atividades de implantação nacional. Atualmente, o software encontra-se à disposição na página do Laboratório de Estatística Espacial da UFMG e vem sendo aprimorado continuamente, sem recursos da SENASP, passando a ser denominado de TERRA-VIEW. O software continua com o mesmo caráter de ser gratuito e de código aberto.

Em 2006, conseguimos os recursos financeiros necessários para dar continuidade às atividades e estamos em etapa de contratação para realizar os seguintes produtos:

- Administração de curso de Gestão de Segurança Pública em seis Regiões Metropolitanas Brasileiras caracteristicamente violentas. O mesmo curso será ministrado em cada uma destas regiões para turmas com o tamanho de 30 pessoas, envolvendo profissionais de segurança pública e funcionários públicos da esfera municipal. Este curso terá carga horária de 40 horas (5 dias de 8 horas) envolvendo as seguintes áreas temáticas: Sistemas Geográficos de Informação, Banco de Dados – Importação e Exportação de Dados, Visualização de Dados Geográficos, Visualização e Apontamento de Dados Tabulares, Manipulação de Dados Tabulares e Técnicas Avançadas de Análise Espacial.
- Administração de curso de Gestão de Segurança Pública por meio do Sistema de Educação à Distância administrado pela SENASP.
- Elaboração do livro Gestão de Segurança Pública, que será disponibilizado nos cursos e também na página da SENASP.

Cabe destacar que, no ano de 2006, também realizamos cursos no Espírito Santo e Tocantins, ensinando aos profissionais da Polícia Civil, Polícia Militar e das secretarias estaduais de segurança conhecimento básico sobre a utilização do TERRA-VIEW.

4.2. Observatório Nacional de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade

Introdução

A partir de 2003, o Governo Federal propõe uma nova Política Nacional de Segurança Pública, cuja agenda prevê e evidencia a prevenção da violência e criminalidade como uma de suas áreas temáticas de atuação. Desde então, o tema passou a ser trabalhado de forma mais sistemática, levando à necessidade de levantar, sistematizar e disseminar as experiências de programas de prevenção já implementados no país.

Com o objetivo de estruturar um sistema de difusão de conhecimento em segurança pública, iniciamos, no primeiro semestre de 2004, um levantamento nacional de práticas de prevenção da violência e criminalidade, junto a órgãos de segurança pública, organizações não-governamentais e centros acadêmicos relacionados com a área de segurança pública. Em um primeiro momento, com o intuito de realizarmos uma atividade piloto e analisarmos as condições necessárias e o impacto deste tipo de ação, nos limitamos a coletar práticas da área de prevenção. A atividade do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública se orientou no sentido de sistematizar estas informações em um banco de dados e torná-las disponíveis através da Internet para todos os operadores de segurança pública e sociedade civil.

Coleta de Informações

Iniciamos, em julho de 2004, a realização dos levantamentos. Foram enviados ofícios solicitando estas informações, que deverão ser encaminhadas no seu formato completo (texto) e também no formato de um resumo para que seja mais fácil para a equipe da SENASP cadastrar as informações no banco de dados. Atualmente, temos mais de 200 práticas de prevenção cadastradas em nossa base de dados. Parte do acervo exposto foi coletada a partir do levantamento de práticas de prevenção desenvolvido em 2004 no projeto Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública. A continuidade da coleta das informações

utilizou o questionário elaborado para esta primeira iniciativa desenvolvida no âmbito da arquitetura do SUSP.

Disponibilização das Informações

A SENASP/MJ disponibilizou, em março de 2004, no site do Ministério da Justiça, a documentação de 188 práticas de prevenção à violência e criminalidade já implantadas no Brasil, constituindo o Observatório de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade. Entendemos ser relevante esta divulgação, mesmo antes da sua avaliação, objetivando a transferência de conhecimento útil e o fomento à construção de um conhecimento coletivo sobre políticas e programas de prevenção da violência e criminalidade, multiplicando marcos referenciais para serem incorporados no desenvolvimento de políticas públicas de segurança. Entre as informações disponibilizadas, estão as parcerias efetivadas, as dificuldades e soluções encontradas, o público atendido, as ações implementadas, os resultados alcançados e tantas outras informações úteis para uma troca de experiências e construção do conhecimento coletivo proposto. Atualmente, possuímos mais de 205 práticas disponíveis nesta base de dados. (www.mj.gov.br/senasp)

Continuidade das Atividades

Além de continuar coletando e disponibilizando novas práticas, a SENASP iniciará uma nova etapa deste projeto com o objetivo de difundir princípios padronizados de avaliação de resultado entre os gestores destas práticas divulgadas. Estamos, também, iniciando atividades para inserção de novos conteúdos (relatórios de resultados das práticas e fotos) em nossa base de dados.

4.3. Biblioteca Digital de Monografias de Segurança Pública

Introdução

Com o objetivo de estruturar um sistema de difusão de conhecimento em segurança pública, iniciamos, no primeiro semestre de 2004, um levantamento nacional de monografias produzidas por operadores de segurança pública em seus cursos de formação, junto a todas as academias e centros de formação de policiais no Brasil.

Coleta de Informações

Infelizmente, apesar de termos encaminhado ofícios para todas estas instituições, recebemos um número de monografias muito pequeno, principalmente devido à falta de monografias em formato digital. Atualmente, estamos desenvolvendo um novo processo de coleta de monografias que se efetivará por meio de RENAESP (Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública). A SENASP está financiando a realização de cursos de especialização para mais de 1.500 policiais e uma das condições para este financiamento é que suas monografias de conclusão de curso sejam disponibilizadas para o acervo da Biblioteca Digital de Monografias de Segurança Pública.

Disponibilização das Informações

Desde a criação do Portal de Segurança Cidadã, em dezembro de 2004, a SENASP vem disponibilizando todas as monografias a que teve acesso por meio deste portal. Continuamente, novas monografias vem sendo inseridas no portal. (www.seguranacacidade.org.br)

4.4. Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP

Introdução

Com o objetivo de monitorar o processo de implantação do Sistema Único de Segurança Pública pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e subsidiar a Secretaria Nacional de Segurança Pública quanto ao conhecimento necessário para garantir o êxito deste processo, lançamos, em dezembro de 2005, o Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP.

Metodologia de Trabalho

O monitoramento da implantação do SUSP é realizado por meio da coleta de informações relativas a 27 questões de caráter qualitativo que foram elaboradas a partir de uma análise minuciosa do Plano Nacional de Segurança Pública do governo Lula e também das ações que vêm sendo empreendidas na Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Todos os itens são estruturados da mesma forma: a situação caracterizada pela resposta (a) determina que a ação não vem sendo executada e a situação caracterizada pela resposta (b) é aquela determinada pela política traçada pelo Plano Nacional de Segurança Pública e pelas ações empreendidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e, por isso, é a resposta a ser valorizada pela SENASP. Cada resposta na opção (b) significa um ponto a mais para o Índice de Implantação do SUSP. Cada resposta na opção (a) ou a ausência de resposta configura uma situação fora do proposto pela política traçada pelo PNSP e pela SENASP. Todos os 27 itens possuem a mesma importância no processo de avaliação. O Índice de Implantação do SUSP é composto pelo somatório de pontos adquiridos no final da avaliação dos 27 itens.

Itens Avaliados

Para o ano de 2004, foram avaliados 27 itens, distribuídos em seis áreas distintas da seguinte forma: Gestão do Conhecimento (4 questões), Reorganização Institucional (5 questões), Formação e Valorização Profissional (4 questões), Prevenção (8 questões), Estruturação da Perícia (3 questões) e Controle Externo e Participação Social (3 questões). A seguir, expomos os itens avaliados e as possíveis respostas existentes.

1 – Gestão do Conhecimento

1. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal:

- a) Não informa dados ao sistema ou cobertura baixa das informações enviadas (menos de 50% das unidades espaciais de análise informadas ou média do percentual de cobertura abaixo de 50%)
- b) Fornece informações com índice alto de cobertura (mais de 50% das unidades espaciais de análise ou média do percentual de cobertura acima de 50%)

2. Situação de alimentação do INFOSEG:

- a) Não atualiza as informações no sistema ou informações atualizadas de forma precária - não alimenta todos os quatro índices (mandado de prisão, inquérito, processo e narcotráfico) ou informações não alimentadas de forma "online"
- b) Informações atualizadas continuamente de forma "online" - alimentam todos os quatro índices (mandado de prisão, inquérito, processo e narcotráfico) de forma "online"

3. Situação de implantação de programa visando integrar o sistema de informações das Polícias Civis e Polícias Militares (integração dos processos de coleta e registro de informações em apenas uma base de dados):

a) Não existe integração ou existe projeto visando à integração do sistema de informações não implantado

b) Programa de integração do sistema de informações implantado parcialmente ou em todo o Estado

4. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de gestão do conhecimento (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação):

a) Não existem projetos

b) Existem projetos financiados pelos estados

2 – Reorganização Institucional

5. Situação do processo de integração das organizações policiais estaduais no planejamento tático e estratégico das ações de segurança pública empreendidas por estas organizações:

a) Não existe integração ou existe projeto de integração das áreas não implantado

b) Integração parcial ou total das áreas de atuação das organizações estaduais de segurança pública

6. Situação da execução dos recursos repassados pela SENASP para as organizações de segurança pública da UF:

a) Nível baixo de execução financeira (execução menor que 70% dos recursos dentro do cronograma estabelecido no convênio ou termo aditivo)

b) Nível alto de execução financeira (execução acima de 70% dos recursos dentro do cronograma estabelecido no convênio ou termo aditivo)

7. Situação do processo de implantação do Gabinete de Gestão Integrada ou órgão correspondente na UF:

a) Órgão não implantado (não existe ou existe o órgão, mas não ocorrem reuniões sistemáticas entre seus membros para o debate de questões sobre segurança pública e proposição de ações integradas)

b) Órgão implantado (ocorrem reuniões sistemáticas entre os membros do órgão para a proposição de ações integradas entre as organizações de segurança pública)

8. Situação do processo de implantação do projeto de integração das corregedorias de polícia na UF:

a) Não existe integração ou existe projeto visando à integração das corregedorias não implantado

b) Programa de integração das corregedorias implantado parcialmente ou em todo o Estado

9. Situação dos gastos estaduais em segurança pública relacionados a investimento e custeio nos últimos 3 anos (2001 a 2003) na UF:

a) Diminuição da participação percentual dos recursos gastos em custeio e investimento em relação ao total do recurso gasto pelo Estado em segurança pública nos últimos 3 anos (2001 a 2003)

b) Estabilidade ou aumento da participação percentual dos recursos gastos em custeio e investimento em relação ao total do recurso gasto pelo Estado em segurança pública nos últimos 3 anos (2001 a 2003)

3 – Formação e Valorização Profissional

10. Situação do processo de implantação da Matriz Curricular Nacional nas Academias de Polícia e centros de formação:

a) Matriz não implantada

- b)Matriz implantada parcialmente ou plenamente (matriz definindo apenas alguns conteúdos, metodologias de disciplinas ou cursos isolados dentro do processo de formação ou definindo todo o conteúdo e metodologia)
11. Situação do processo de integração das instituições de ensino policial:
- a)Não existe integração ou existe projeto de integração das instituições de ensino policial não implantado
 - b)Integração parcial ou total das instituições de ensino policial
12. Situação de implantação de projeto de atendimento integral à saúde (médico, odontológico e psico-social) com abrangência institucional, ou seja, disponibilizado para toda a corporação:
- a)Não existe programa de atendimento integral à saúde ou existe projeto não implantado
 - b)Projeto de atendimento à saúde implantado de modo total ou parcial
13. Situação da educação para Direitos Humanos no processo formativo dos policiais das organizações estaduais de segurança pública:
- a)Não há presença do tema de direitos humanos como tema gerador e nem disciplina de Direitos Humanos nas academias ou escolas
 - b)Presença do tema de D.H. na formação dos policiais

4 - Prevenção

14. Situação de implantação de programas estaduais de prevenção à violência implantados com abrangência estadual:
- a)Não existem programas ou existe projeto não implantado
 - b)Programas estaduais de prevenção à violência implantados parcialmente ou em todo o Estado
15. Situação de implantação da política pública de Polícia Comunitária com abrangência sistêmica:
- a)Não existe política ou existe projeto não implantado
 - b)Política pública de Polícia Comunitária implantada parcialmente ou em todo o Estado
16. Situação da rede multisetorial de programas de prevenção primária e secundária nas instituições públicas:
- a)Não existe a rede ou inexistem ações promovidas pela rede
 - b)Existem ações executadas pela rede
17. Situação de implantação de programa visando modernização das DEAMs:
- a)Não existe programa ou existe projeto não implantado
 - b)Programa de modernização das DEAMs implantado parcialmente ou em todo Estado
18. Situação de apoio à implantação do Estatuto do Desarmamento:
- a)Não existe apoio à implantação do Estatuto
 - b)Apoio à implantação do Estatuto
19. Situação da política de implantação das Delegacias de Proteção à Criança e o Adolescente e Delegacias de Investigação de Ato Infracional:
- a)Não existe política ou existe projeto não implantado
 - b)Política de implantação das delegacias implantada parcialmente ou em todo o Estado
20. Situação de implantação de programa visando prevenção de danos letais provocado pelo efetivo das organizações de segurança pública:
- a)Não existe programa ou existe projeto não implantado
 - b)Programa de prevenção de danos letais implantado parcialmente ou em todo o Estado
21. Situação de implantação das Comissões Permanentes de Direitos Humanos nas estruturas organizacionais da Secretaria Estadual de Segurança Pública:
- a)Não existe programa ou existe projeto não implantado

b) Programa de implantação das Comissões Permanentes de D.H. implantado parcialmente ou em todo o Estado

5 – Estruturação da Perícia

22. Situação da adesão ao acordo de cooperação para implantação dos Laboratórios de DNA Forense:

- a) Não adesão ao acordo
- b) Adesão ao acordo

23. Situação do processo de descentralização (interiorização) das Estruturas dos IMLs, IIs e ICs:

- a) Não existe processo de descentralização ou processo em planejamento e não implantado
- b) Processo de descentralização implantado parcialmente ou plenamente

24. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de perícia (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação):

- a) Não existem projetos
- b) Existem projetos financiados pelos Estados

6 – Controle Externo e Participação Social

25. Situação do processo de implantação das Ouvidorias de polícia:

- a) Não existe Ouvidoria ou Ouvidoria sem apoio efetivo (logístico) do Estado
- b) Ouvidoria implantada e com apoio efetivo do Estado

26. Situação de apuração e encaminhamento administrativo e legal das denúncias de violação de direitos humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública:

- a) Procedimentos legais não instaurados
- b) Procedimentos legais instaurados

27. Situação da participação dos Conselhos Comunitários no Sistema Estadual de Segurança Pública:

- a) Não existem conselhos funcionando regularmente
- b) Conselhos funcionando regularmente

O novo questionário de avaliação, construído para o ano de 2005, levou à inserção de 6 novas questões, além destas 27 presentes no questionário (2004):

(1) Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública:

- a) Não respondeu um ou mais questionários encaminhados para a Pesquisa do Perfil Organizacional (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros)
- b) Respondeu todos os questionários encaminhados para a Pesquisa do Perfil Organizacional (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros)

(2) Situação da equipe disponível para atendimento das funções de Tecnologia da Informação no âmbito da segurança pública

- a) A equipe responsável pelo atendimento das funções de tecnologia da informação no âmbito das polícias civis e militares não possui nenhum profissional pertencente ao quadro da segurança pública estadual qualificado diretamente para atuar na área de tecnologia da informação.

b)A equipe responsável pelo atendimento das funções de tecnologia da informação no âmbito das polícias civis e militares possui profissionais pertencentes ao quadro da segurança pública estadual qualificados diretamente para atuar na área de tecnologia da informação.

(3)Situação da integração à rede INFOSEG - consulta às informações detalhadas em "tempo real":

a)Não disponibiliza o detalhamento de um ou mais parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, alvará, condenações, informações penitenciárias, movimentações penitenciárias, foragidos, veículos, condutores de veículos e imagens dos condutores) para consulta em "tempo real".

b)Disponibiliza o detalhamento de um ou mais parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, alvará, condenações, informações penitenciárias, movimentações penitenciárias, foragidos, veículos, condutores de veículos e imagens dos condutores) para consulta em "tempo real".

(4)Situação da conclusão de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil na UF:

a)No ano de 2005, o percentual de inquéritos policiais concluídos, com ou sem autoria definida, no total de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil foi inferior à 30%

b)No ano de 2005, o percentual de inquéritos policiais concluídos, com ou sem autoria definida, no total de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil foi superior à 30%

(5)Situação da conclusão de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros Militar na UF:

a)No ano de 2005, o percentual de laudos concluídos, com ou sem identificação de causa, no total de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros foi inferior à 30%.

b)No ano de 2005, o percentual de laudos concluídos, com ou sem identificação de causa, no total de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros foi superior à 30%.

(6)Foram adotadas ações (normas, procedimentos) para garantir e promover o acesso dos profissionais de segurança pública à Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública?

a)Não existe ação ou existe projeto de ação não implantado

b)Ações para promover o acesso dos profissionais à Rede Nacional de Educação à Distância implantadas parcialmente ou na sua totalidade.

Cronograma de Atividades

As atividades de coleta e análise das informações sobre as atividades de implantação do SUSP levam 12 meses de atividade. Durante 9 meses recebemos as informações encaminhadas pelos Estados e desde que as informações chegam a SENASP realizamos viagens para verificar presencialmente as respostas fornecidas.

No ano de 2005, recebemos relatórios provenientes de apenas 19 Estados.

Estados que enviaram relatórios: **Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Tocantins**

Estados que não enviaram relatórios: **Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Sergipe, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina**

No ano de 2006, recebemos relatórios provenientes de apenas 21 Estados.

Estados que enviaram relatórios: **Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo e Tocantins**

Estados que não enviaram relatórios: **Amazonas, Pará, Paraíba, Piauí e Santa Catarina.**

Já encaminhamos preparando o questionário para avaliação qualitativa da situação de 2007 e, atualmente, estamos finalizando a elaboração do relatório com as informações coletadas em 2006. O resultado das avaliações de implantação do SUSP realizadas a partir destas informações tem sido utilizado como mecanismo para determinação da distribuição dos recursos do FNSP para os Estados.

Considerações Finais

Destacamos que o primeiro processo de coleta de informações, realizado no ano de 2005, levou em conta a primeira consolidação dos dados coletados pelo Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP. Por esta razão, constituiu mais um teste do funcionamento deste sistema do que uma avaliação real da situação dos Estados quanto à implantação do SUSP. Neste contexto, é preciso levantar algumas considerações:

- Verificamos uma ausência, na maior parte dos Estados, de uma clareza a respeito da forma de documentar as respostas. Inúmeras vezes, tivemos tentativas de comprovar a execução das ações pelo envio dos seus projetos. Infelizmente, sabemos que é comum termos projetos de ação que não chegam à etapa de execução. Outras vezes, buscaram comprovar que uma ação existia simplesmente documentando a existência de um local para esta ação ser executada. Infelizmente, sabemos que a existência do local não implica necessariamente que a ação é executada.
- Verificamos uma ausência da compreensão detalhada dos itens avaliados, na maior parte dos Estados. Várias ações propostas como executadas em sua plenitude não atendiam de forma concreta todos os critérios estipulados. Por exemplo, foi estipulado valorizar ações de modernização da área de gestão do conhecimento, que visassem ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação. Os documentos enviados pelos Estados comprovaram que apenas parte destes critérios era atendida.
- Verificamos uma ausência de compreensão das 27 Secretarias Estaduais de Segurança Pública do papel fundamental de um instrumento de monitoramento da implantação do SUSP no Brasil. Apenas 19 UFs enviaram suas informações, mesmo depois do envio de vários ofícios pela SENASP, assinados pelo Secretário Luiz Fernando Corrêa, solicitando o seu envio.

4.5. Distribuição de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública

Com o objetivo de criar um sistema de distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) pautado na real necessidade de recursos por parte das Unidades da Federação, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) passou a elaborar, a partir de 2003, índices de distribuição dos recursos do FNSP. O uso destes índices determina qual o percentual dos recursos do Fundo devem ser direcionados para cada UF e seleciona os municípios que também devem receber recursos.

Distribuição dos Recursos para os Estados

Procedimentos de Distribuição dos Recursos (2004 e 2005)

Os recursos do FNSP de 2004 e 2005 foram distribuídos com base em um índice construído pela agregação de dez fatores quantitativos diferentes, sendo cinco específicos da área de segurança pública e cinco relativos à caracterização urbana e populacional das Unidades da Federação. Para cada um dos indicadores, foi dado um peso específico em função da importância atribuída pela SENASP a estes fatores para a execução da Política Nacional de Segurança Pública. Assim, por exemplo, os fatores relacionados mais diretamente à área de segurança pública receberam pesos mais significativos. O índice é resultado de uma média ponderada da situação apresentada pelos fatores no contexto nacional. Foram utilizados os seguintes indicadores e os seguintes pesos:

Fatores Componentes do Índice	
Peso 3	<ul style="list-style-type: none">• Homicídios Dolosos• Outros Crimes Letais e Intencionais
Peso 2	<ul style="list-style-type: none">• Efetivo das Polícias Civil e Militar• Outros Crimes Violentos
Peso 1	<ul style="list-style-type: none">• População• Área (Km²)• Concentração Populacional em Grandes Centros• Delitos de trânsito
Fatores de Correção	
Peso - 2	<ul style="list-style-type: none">• Produto Interno Bruto• Índice de Desenvolvimento Humano

Cabe destacar que incluímos alguns fatores de correção na composição do índice para evitarmos que UFs com grande população, número de registros de ocorrências e efetivo levassem a maior parte do recurso do FNSP. São justamente estas Unidades da Federação que possuem também uma maior arrecadação e podem, deste modo, investir recursos estaduais na área de segurança pública. Assim, inserimos o PIB como um indicador da capacidade da UF de investir em segurança pública e o IDH como um indicador das condições de vida da população. Diferentemente dos outros indicadores que possuem uma relação positiva com a distribuição de recursos, ou seja, a parcela do recurso do FNSP a ser recebida aumenta na medida em que aumenta o valor do fator, no caso do IDH e do PIB, a parcela do recurso do FNSP diminui na medida em que estes fatores aumentam.

Procedimentos de Distribuição dos Recursos (2006)

Empreendemos uma evolução na composição do índice que foi utilizado para a distribuição do FNSP em 2006. O índice utilizado para os anos de 2004 e 2005 privilegiou as Unidades da Federação que estavam com melhor capacidade de tratamento e sistematização da informação e que possuíam os maiores efetivos e alta incidência criminal. Assim, se continuássemos utilizando este mesmo índice, estávamos correndo o risco de premiar as Organizações de Segurança Pública que investiram no aperfeiçoamento dos seus sistemas de coleta e registro de informações e deixaram de lado ações efetivas no sentido de reduzir e prevenir a incidência da criminalidade.

A nova versão do índice de distribuição de recursos do FNSP, para 2006, lidou com uma nova realidade, na qual era necessário avaliar as ações que estavam sendo empreendidas pelas organizações de segurança pública no sentido de reduzir a violência e criminalidade. Este novo índice foi construído a partir da avaliação da execução de 28 ações específicas determinadas por uma análise minuciosa do Programa de Segurança Pública para o Brasil e também das ações que vêm sendo executadas pela SENASP. Cada Unidade da Federação teve uma pontuação neste processo de avaliação, que foi utilizada para determinar qual o percentual do recurso do FNSP a ser recebido. Mais do que um instrumento para distribuir os recursos do FNSP, este índice

também atua no monitoramento do processo de implantação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

O índice final para definição dos percentuais de recursos do FNSP (2006) destinados à cada UF foi construído pela agregação do índice quantitativo, utilizado nos anos de 2004 e 2005, e do índice qualitativo. Neste primeiro ano de construção do critério qualitativo, decidimos realizar esta agregação da seguinte forma: quem não respondeu o questionário de avaliação qualitativa teve 10% dos seus recursos retirados e o total retirado dos oito Estados, que não responderam a avaliação, foi repassado em igual montante para todos os 19 Estados que responderam ao questionário de avaliação. Cabe destacar que esse índice final foi utilizado não só para distribuir os recursos do FNSP reservados para a elaboração de convênios com os Estados, mas também serviu de base para determinar quantas viaturas serão entregues para cada Estado.

Para o cálculo do índice de 2006, além da avaliação das questões qualitativas, realizou-se também uma mudança no cálculo do índice quantitativo: trocamos o PIB pelo PIB per capita como um dos fatores de cálculo. Isto buscou equalizar o processo de correção, levando em conta o PIB segundo o tamanho da população do Estado.

Procedimentos de Distribuição dos Recursos (2007)

A distribuição dos recursos do FNSP (2007) será pautada na avaliação de fatores quantitativos e qualitativos. Trazendo uma evolução em relação ao ano anterior, pela primeira vez trabalharemos com os conteúdos das respostas trazidas nos questionários de avaliação qualitativa. Assim, do total de recursos do Fundo reservado para a execução de convênios com as Unidades da Federação, $\frac{3}{4}$ serão distribuídos com base nos indicadores quantitativos e $\frac{1}{4}$ através dos indicadores qualitativos.

Em maio de 2006, encaminhamos a nova versão do questionário de avaliação qualitativa para todas as Secretarias Estaduais de Segurança Pública para coletar os dados necessários à realização da distribuição dos recursos do FNSP (2007). Esperamos que, neste ano de 2006, tenhamos respostas mais qualificadas sobre as questões apresentadas e também que estas respostas sejam de todas as Unidades da Federação. Em relação ao ano de 2006, inserimos algumas novas questões para serem avaliadas, totalizando 31 questões, e estabelecemos algumas regras de documentação para a comprovação das ações.

Distribuição dos Recursos para os Municípios

Procedimentos de Seleção dos Municípios (2004)

No mês de setembro de 2003, tendo em vista o pequeno número de municípios que apresentaram projetos de acordo com o novo Plano Nacional de Segurança Pública, a SENASP decidiu ser pró-ativa e convidou aproximadamente 50 municípios a estarem em Brasília para um treinamento para elaboração de projetos. Os R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais) reservados para a aplicação em projetos municipais foram distribuídos da seguinte forma: 38% do recurso foi direcionado para os projetos enviados espontaneamente para a SENASP, 7% para a implantação do Consórcio Metropolitano de Recife e 55% para 50 municípios que foram selecionados e convidados a apresentar projetos.

Priorizamos os municípios com guarda municipal, maior população e maior taxa de homicídios. Estes 50 municípios foram escolhidos em função de três itens conjugados:

- Existência de guarda municipal (critério adotado anteriormente à alteração da Lei);
- Número de habitantes; e
- Taxa de homicídios.

Os convênios foram celebrados somente em 2004 em razão do contingenciamento dos recursos do FNSP, sendo que novos projetos não foram celebrados por determinação do Conselho Gestor do FNSP, em razão das eleições municipais.

Procedimentos de Seleção dos Municípios (2005)

Empreendemos uma evolução na composição dos critérios que foram utilizados para a seleção dos municípios em 2005. Verificamos a necessidade de inserir critérios específicos para a seleção dos municípios, relacionados com a continuidade das ações empreendidas pela SENASP nesta área e também com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Segurança Pública.

Em função desses critérios, sabíamos de antemão que as seguintes capitais poderiam ser atendidas: Rio Branco, Manaus, Salvador, Fortaleza, Vitória, Cuiabá, Campo Grande, João Pessoa, Porto Velho, Florianópolis, Palmas e Rio de Janeiro. Estas 12 capitais, juntamente com outros oito municípios selecionados pela SENASP, deveriam receber 10 milhões de reais. Outros 4,5 milhões de reais foram reservados para serem aplicados nos municípios que apresentaram projetos à SENASP espontaneamente, sendo também destinados 10,5 milhões de reais para a formação de Consórcios Municipais de Prevenção à Violência e Criminalidade – definidos pela própria Secretaria Nacional.

Assim, o novo processo de seleção dos municípios, apresentado nos meses de março e abril/2005, teve o seguinte formato:

>Critérios Excludentes - Só participarão do processo de seleção os municípios que:

- Possuindo Guarda Municipal, responderam à pesquisa “Perfil Organizacional das Guardas Municipais” organizada pelo Ministério da Justiça no ano de 2004;
- Não tinham firmado convênio com a SENASP durante o ano de 2004 ou estavam com outro projeto em aberto – não ter encaminhado a prestação de contas;
- Estavam desenvolvendo suas atividades de forma integrada aos órgãos estaduais de segurança pública;
- Estavam adimplentes com a SENASP.

>Critérios para Seleção de Municípios pela SENASP - A SENASP convidou 20 municípios para apresentar projetos em função dos seguintes critérios:

- Atender a todas as capitais das Unidades da Federação;
- Excetuando as capitais, selecionar os municípios com maior concentração de homicídios distribuídos de forma a atender um município em oito Unidades da Federação.

>Critérios para Seleção de Municípios que apresentaram Projetos Espontaneamente - A SENASP recebeu e analisou todos os projetos encaminhados espontaneamente pelos municípios, sendo que o critério de desempate, no caso dos projetos excederem os recursos disponíveis, foi:

- Estar em Região Metropolitana;
- Priorizar distribuição regionalizada uniforme pelas Unidades da Federação;
- Possuir Índice de Desenvolvimento Humano com valores mais baixos em comparação com outros municípios;
- Concentração percentual de homicídios em relação ao total ocorrido no Brasil; e
- Possuir diagnóstico da dinâmica da violência local.

Buscando criar um processo de distribuição dos recursos pautado na real necessidade dos municípios, desenvolvemos um índice para fazer a distribuição dos 10 milhões de reais entre os 20 municípios selecionados. Este índice foi elaborado buscando levar em consideração quatro fatores diferentes: a gravidade da situação em relação à incidência criminal, o tamanho do público-alvo das políticas e ações de segurança pública, a situação sócio-econômica vivida pela população dos municípios e a capacidade do município de, por sua própria conta, investir na área de segurança pública. Assim, construímos um índice a partir da agregação dos fatores

apresentados abaixo. Este mesmo índice foi também aplicado para calcular o recurso repassado para os municípios que apresentaram projetos espontaneamente.

ÍNDICE QUANTITATIVO:

PESO (+1): Número de homicídios; população.

PESO (-1): Produto Interno Bruto; Índice de Desenvolvimento Humano

A composição dos projetos deveria respeitar a seguinte proporcionalidade: 30% capacitação, 40% ações de prevenção e 30% material permanente, sendo que sugerimos que o município entre em contato com a Senasp para que os projetos estejam de acordo com as diretrizes da Secretaria Nacional, de implantação de ações voltadas à prevenção da violência e criminalidade.

Procedimentos de Seleção dos Municípios (2006)

Empreendemos mais uma evolução na composição dos critérios que foram utilizados para a seleção dos municípios em 2006. Continuamos com critérios específicos para a seleção dos municípios relacionados com a continuidade das ações empreendidas pela SENASP e inserimos algumas novas informações em relação à caracterização da incidência da violência e características urbanas e populacionais dos municípios.

Em função destes critérios, soubemos de ante mão que os seguintes municípios não podiam passar pelo processo de seleção, pois tinham convênios assinados com a SENASP em execução: Amparo (SP), Aparecida de Goiânia (GO), Barra Mansa (RJ), Cabreúva (SP), Cariacica (ES), Caxias do Sul (RS), Corumbá (MS), Cuiabá (MT), Embu Guaçu (SP), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Foz do Iguaçu (PR), Franco da Rocha (SP), Governador Valadares (MG), Hortolândia (SP), Ilha Solteira (SP), Iracemápolis (SP), Itabirito (MG), Itu (SP), Mairinque (SP), Manaus (AM), Matinhos (PR), Mesquita (RJ), Palmas (TO), Paragominas (PA), Paranaguá (PR), Paudalho (PE), Pesqueira (PE), Petrolina (PE), Pitangueiras (SP), Guarulhos (SP), Porto Feliz (SP), Quatis (RJ), Rio Branco (AC), Rio de Janeiro (RJ), Sabará (MG), São Carlos (SP), São João Del Rei (MG), São José (SC), São Pedro da Aldeia (RJ), São Roque (SP), São Sebastião (SP), Serra (ES), Sumaré (SP), Suzano (SP), Várzea Paulista (SP), Viana (ES), Vitória (ES) e Indaiatuba (SP). Por outro lado, realizamos a seleção apenas com os municípios com população acima de 100 mil habitantes, pois tínhamos informações qualificadas o suficiente apenas para estes municípios.

Assim, o novo processo de seleção dos municípios, que foram apresentados nos meses de março e abril/2006, teve o seguinte formato:

>Critérios Excludentes - Só participaram do processo de seleção, os municípios que:

- Possuindo Guarda Municipal, responderam a pesquisa “Perfil Organizacional das Guardas Municipais” organizada pelo Ministério da Justiça no ano de 2004;
- Não tenham firmado convênio com a SENASP durante o ano de 2005 ou estejam com outro projeto em aberto – não ter encaminhado a prestação de contas;
- Estejam desenvolvendo suas atividades de forma integrada aos órgãos estaduais de segurança pública;
- Estejam adimplentes com a SENASP;
- Tenham população residente acima de 100 mil habitantes.

>Critérios para Seleção - A SENASP convidou 100 municípios para apresentar projetos em função dos critérios designados a seguir. Buscando criar um processo de distribuição dos recursos pautada na real necessidade dos municípios, desenvolvemos um índice para selecionar os municípios. Este índice foi elaborado buscando levar em consideração uma série de fatores diferentes: a gravidade da situação em relação à incidência criminal, o tamanho do público alvo

das políticas e ações de segurança pública, o tamanho do município, a concentração da população em área urbana, a situação sócio-econômica vivida pela população dos municípios e a capacidade do município de, por sua própria conta, investir na área de segurança pública. Assim, o índice foi calculado por meio de uma média ponderada dos fatores com os seguintes pesos:

ÍNDICE QUANTITATIVO :

PESO (+1):

- População Residente no Município
- Área do Município (Km²)
- Concentração da População em Área Urbana
- Número de Delitos de Trânsito

PESO (+2):

- Número dos Crimes Violentos Não Letais contra Pessoa e Violentos contra o Patrimônio

PESO (+3):

- Número de homicídios
- Número de Outros Crimes Letais e Intencionais

PESO (-2):

- Produto Interno Bruto per Capita
- Índice de Desenvolvimento Humano

Este índice foi utilizado também para determinar o valor de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública a ser distribuído entre os municípios.

Considerações Finais

Como órgão de âmbito nacional, a SENASP, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: apoiar a modernização do aparelho policial do País; ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Sintetizando, apesar de não ter a função de executar ações operacionais no controle da violência e criminalidade, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas organizações de segurança pública de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

Pautada nestas diretrizes e em diagnósticos da situação da segurança pública brasileira, onde Túlio Kahn (2005) evidencia que “não é mais possível a continuidade de uma política reativa, pautada em um modelo tradicional de segurança pública que priorize unicamente o incremento de armamentos e efetivos policiais, visto que tais medidas apresentaram-se insuficientes para a redução da criminalidade em diversas localidades”, a SENASP tem se dedicado, desde 2003, à implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Este novo conceito de sistema de segurança pública traz consigo uma série de mudanças de paradigma expressos em três argumentos principais: (1) Sem Gestão Não Há Política de Segurança Pública, (2) Política de Segurança Implica a Articulação Sistêmica das Instituições e (3) Política de Segurança Pública deve Estar Pautada nos Direitos Humanos.

Neste contexto, a SENASP vem construindo, desde 2003, um sistema de distribuição de recursos do FNSP pautado em um olhar humanista da situação da segurança pública. Verificamos a necessidade de pautar a distribuição de recursos não apenas no tamanho do efetivo ou da população, pois isto seria pressupor que todos os operadores de segurança pública estão

igualmente qualificados e com os mesmos recursos para a ação e que toda a população brasileira estivesse exposta ao mesmo risco de vitimização. É inquestionável a heterogeneidade da situação de segurança pública no país, tanto em relação ao grau de incidência dos crimes quanto à qualificação dos recursos e ações das organizações de segurança pública. Por esta razão, cria um sistema de distribuição de recursos pautado em um diagnóstico da situação da segurança pública e em uma avaliação das ações executadas pelas organizações, tendo como pano de fundo a implantação do SUSP.

Um dos resultados principais da elaboração deste diagnóstico objetivo da situação da segurança pública no Brasil foi a verificação que, dos mais de 5.000 municípios brasileiros, apenas 224 municípios no Brasil concentravam mais de 90% dos roubos e 70% dos homicídios dolosos. Destacando a importância do papel dos municípios na segurança pública, Túlio Kahn (2005) aponta que vem-se reconhecendo atualmente que “o poder público estadual não pode sozinho atender a todas as necessidades específicas de segurança demandadas pela sociedade” e que os municípios “têm em suas mãos instrumentos extremamente importantes para colaborar com a questão da segurança”. Isto fez com que a SENASP passasse a ampliar, desde 2003, o repasse de recursos para os municípios. No entanto, estes repasses para municípios se restringiram sempre à perspectiva de construção de políticas de prevenção para completar e não substituir as ações de segurança pública promovidas pelas organizações estaduais de segurança pública.

Portanto, a SENASP iniciou, em 2003, um processo de investimento em segurança pública pautado em duas frentes - Estados e Municípios -, com processos de distribuição de recursos diferenciados. Atribuímos aos Estados uma quantidade fixa de recursos que é auferida por meio da assinatura de convênios. O sistema de distribuição de recursos para os municípios é um pouco mais complexo, pois são atendidos municípios que espontaneamente encaminham projetos e também alguns convidados pela SENASP em função da situação de segurança pública precária. Deste modo, o perfil dos municípios atendidos depende principalmente da sua perspicácia na elaboração dos projetos. Estes dois fatores levaram a um favorecimento dos municípios localizados na Região Sudeste, principalmente em São Paulo: a pré-disposição qualificada e organizada dos municípios para o envio dos projetos para a SENASP e a existência de muitos municípios com situação precária de segurança pública.

Enquanto a quantidade de recurso a ser distribuída para os municípios foi determinada apenas por uma avaliação da situação objetiva de segurança pública no município, para os Estados foi incluído também um diagnóstico da qualidade das ações executadas, tendo como pano de fundo o SUSP. Iniciamos o processo de combinação destes dois diagnósticos dando menos peso ao resultado da avaliação das ações e mais peso ao diagnóstico objetivo da situação da segurança pública. Com o passar do tempo, à medida que as organizações se comprometerem a participar ativamente desta avaliação e se comprometerem a atender as diretrizes de implantação do SUSP, vamos atribuir peso igual a estes dois diagnósticos.

Cabe destacar que, em semelhança à situação existente nos EUA para distribuição de recursos de segurança pública, a SENASP estipulou, em 2005, que só repassaria recursos do FNSP para os Estados que possuíam Gabinetes de Gestão Integrada estabelecidos e realizando reuniões periódicas. Esta exigência foi atendida e todos os Estados receberam recursos. Atualmente, existe outro processo como este em concepção, onde se condicionará o repasse de recursos à criação de ouvidorias de polícia em todos os Estados. Esclarecemos que este critério, utilizado em relação à criação dos GGI, condiciona de forma excludente o repasse de recursos, ou seja, independentemente dos outros critérios, não ter GGI levava à impossibilidade do repasse.

Em relação à elaboração dos indicadores, que determinam a quantidade de recurso a ser distribuída, destacamos os pontos expostos abaixo. Na elaboração do diagnóstico da segurança

pública, que fundamenta a construção do critério quantitativo, tivemos as seguintes diretrizes de ação:

- Dado que a vida constitui o maior patrimônio de qualquer ser humano, todo o sistema de distribuição de recursos estabelece prioridade ao problema dos homicídios dolosos e crimes violentos, que colocam a vida das pessoas em risco.
- Além dos recursos presentes nas organizações de segurança pública, mensurados pelo número do efetivo, avaliamos também alguns fatores que acarretam grandes dificuldades ou quantidade de trabalho na execução de suas atividades profissionais: a área do Estado, o tamanho da população, a concentração populacional em grandes centros e o significativo volume de delitos de trânsito atendidos. Verifica-se, deste modo, que mais do que justificativas teóricas, buscamos fundamentações práticas e operacionais para tomar nossas decisões quanto à construção do sistema de distribuição de recursos.
- Dado à limitação dos recursos do FNSP, decidimos levar em conta a existência de recursos financeiros do próprio Estado para o investimento em segurança pública. Deste modo, utilizamos o PIB dos Estados como um indicador da capacidade deles próprios investirem em segurança pública. Fator privilegiado para isto, pois não apresenta uma alta associação com a incidência de homicídios, ou seja, Estados com maior PIB e menor problema de homicídios deixariam de receber recursos para favorecer Estados com menor PIB e maior problema de incidência de homicídios.

Na constituição do diagnóstico das ações executadas, que fundamentam a construção do critério qualitativo, tivemos as seguintes diretrizes de ação:

- Atribuimos a mesma importância a todas as questões, porém as metas do SUSP mais importantes de serem executadas foram melhor qualificadas (Reorganização Institucional e Prevenção), sendo avaliadas por um número maior de questões.
- Pela primeira vez, fazer do FNSP um instrumento de gestão da Política Nacional de Segurança Pública, obedecendo ao nosso papel regimental de promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas organizações de segurança pública de todo o país.

Por fim, guardados os devidos limites comparativos de situações de segurança pública tão diferentes quanto a brasileira e a americana, os sistemas de distribuição de recursos existentes nos dois países possui grandes semelhanças:

ELEGIBILIDADE: só recebem recursos do FNSP os Estados que possuem Gabinetes de Gestão Integrada funcionando e estamos estudando a possibilidade de inserirmos também como critério a criação de ouvidorias.

FÓRMULA: os recursos são distribuídos de acordo com um diagnóstico objetivo da situação de segurança pública em cada Estado, levando em conta a incidência criminal, efetivo, população, área do Estado, concentração populacional em grandes centros, capacidade de investimento do Estado em segurança pública e sua situação sócio-econômica.

COMPETIÇÃO: um percentual fixo do FNSP é distribuído como prêmio aos Estados que comprovam estar executando a implantação do SUSP de forma mais comprometida, resultado da avaliação das questões qualitativas relativas à execução das ações.

4.6. Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas

O Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal foi constituído pela realização de um conjunto extenso de pesquisas necessárias para a construção dos fundamentos para o planejamento e implantação das ações de segurança pública orientadas pelo Sistema Único de Segurança Pública. Os objetivos da realização do concurso foram:

- Democratização plena do processo de escolha dos consultores para realização das pesquisas da Coordenação Geral de Pesquisa;

- Difundir entre as organizações de segurança pública a cultura da realização de pesquisa e diagnósticos, substituindo a cultura da ação reativa, inercial e fragmentada que ainda existe em algumas organizações policiais;
- Aumentar a transparência das ações da SENASP;
- Garantir a participação ativa da sociedade civil e outros órgãos fora da área de segurança pública no processo de construção do conhecimento necessário para o planejamento e implantação das ações de segurança pública;
- Obter as respostas necessárias para o enfrentamento dos problemas práticos impostos pelo processo de implantação e institucionalização do SUSP;
- Economia de recursos públicos por meio da contratação de consultores para a elaboração de produtos que serão de propriedade da SENASP;
- Aumento da articulação entre os projetos empreendidos pelas diferentes Coordenações Gerais da SENASP, na medida em que os consultores realizarão suas atividades em conjunto;
- Aproximar as universidades da realidade vivida pelas organizações de segurança pública e, deste modo, garantir que pesquisadores universitários passem a se dedicar mais a esta área; e
- Aproveitar os recursos e a estrutura existentes nas universidades para a realização de pesquisas necessárias para o planejamento de ações de segurança pública.

Áreas Temáticas das Pesquisas:

Realizou-se a seleção de projetos de pesquisas aplicadas em sete áreas diferentes fundamentadas nos eixos estratégicos traçados pelo Programa de Segurança Pública – Sistema Único de Segurança Pública:

- gestão do conhecimento,
- reorganização institucional,
- formação e valorização profissional,
- prevenção,
- estruturação da perícia,
- controle externo e participação social e
- programas de redução da violência.

Para cada uma destas áreas foram identificados problemas práticos específicos que precisavam ser solucionados para o encaminhamento do projeto de estruturação e institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública. Estas pesquisas apresentaram respostas que fundamentarão o planejamento das ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública para os próximos anos, ultrapassando a atual gestão. Foram criadas 60 linhas de pesquisa, distribuídas entre 7 concursos diferentes:

Organização e gestão das instituições de justiça criminal e segurança pública. Este Concurso temático volta-se para a realização de estudos sobre as polícias e outras instituições do sistema de justiça criminal e segurança pública em seus aspectos estrutural, normativo -legal, administrativo -gerencial, cultural, financeiro e operacional.

Linhas de Pesquisa

1. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o *funcionamento das arquiteturas organizacionais*, modelos de gestão e indicadores de eficiência dos órgãos de segurança pública, em especial as *Organizações Policiais*.
2. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o *funcionamento das arquiteturas organizacionais*, modelos de gestão e indicadores de eficiência dos *Órgãos do Poder Judiciário*, em especial os Juizados Especiais Criminais, Varas de Execução Penal e Defensorias Públicas (ou congêneres).

3. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o *funcionamento das arquiteturas organizacionais*, modelos de gestão e indicadores de eficiência dos Ministérios *Públicos*, com ênfase especial nas suas atividades de combate ao crime organizado.
4. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o *funcionamento das arquiteturas organizacionais*, modelos de gestão e indicadores de eficiência de *Sistemas Penitenciários*.
5. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o *funcionamento das arquiteturas organizacionais*, modelos de gestão e indicadores de eficiência das *Guardas Municipais*, em especial aquelas existentes nas regiões metropolitanas e/ou nas grandes cidades.
6. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o *funcionamento das Centrais Integradas de Atendimento Emergencial* dos órgãos de segurança pública em relação às Centrais de Despacho das Polícias Militares.
7. Estudos comparados que visam identificar, descrever e avaliar as *práticas policiais de investigação de crimes violentos e letais*, com ênfase nos fatores de resolução de crimes adotados pelas polícias, considerando os instrumentos normativos, administrativos, técnicos, tecnológicos e operacionais empregados.
8. Estudos descritivos que visam conhecer experiências de adoção dos Termos Circunstanciados de *Ocorrência* pelas Polícias Militares e apontar os seus impactos no sistema de justiça criminal e segurança pública.
9. Estudos analíticos que visam avaliar e propor *aperfeiçoamentos dos regulamentos disciplinares e/ou dos estatutos* que regem os servidores públicos dos órgãos de justiça criminal e segurança pública, em especial os *policiais, guardas municipais e agentes penitenciários*.
10. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o *funcionamento das corregedorias dos órgãos policiais e/ou guardas municipais*, com ênfase nos seus possíveis impactos como instrumento de controle das transgressões disciplinares e das práticas ilegais dos executivos de segurança pública.
11. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o *funcionamento de programas de integração institucional e territorial das organizações policiais*.
12. Estudos descritivos que visam analisar e avaliar as *propostas de alterações legislativas em curso no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais* com ênfase nos seus possíveis impactos no sistema de justiça criminal e segurança pública.
13. Estudos que visam avaliar e propor *aperfeiçoamentos dos mecanismos institucionais de cadastramento e fiscalização das instituições de segurança e vigilância privada*.
14. Estudos analíticos que visam descrever e avaliar *soluções gerenciais e tecnológicas inovadoras no campo da administração da justiça criminal e segurança pública*, em especial as organizações policiais.
15. Estudos exploratórios que visam descrever e avaliar as *políticas de comunicação social, desenvolvidas pelos órgãos de segurança pública*, e recomendar estratégias inovadoras de relacionamento com os meios de comunicação.

Estruturação e modernização da Perícia. Este Concurso temático volta-se para a realização de estudos comparados sobre as potencialidades e capacidades das instituições periciais de ofertarem suporte científico aos órgãos da justiça criminal e segurança pública nas atividades de preservação, coleta, exame e interpretação de evidências úteis ao processo de investigação policial e identificação de autoria criminal, com presteza, padrão de qualidade, imparcialidade, confiabilidade e eficiência.

Linhas de Pesquisa

1. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o *funcionamento das arquiteturas organizacionais*, modelos de gestão e indicadores de eficiência das *instituições de perícia*.
2. Estudos comparados que visam descrever e avaliar *programas em curso de reestruturação e modernização das instituições periciais*.
3. Estudos comparados que visam descrever e avaliar os *requisitos para o ingresso nas carreiras de perito forense, assim como os processos de capacitação profissional-funcional*, segundo as diversas especializações existentes no campo pericial.

Gestão do conhecimento e de informações criminais. Este Concurso temático volta-se para a realização de Estudos sobre as potencialidades e capacidades dos órgãos de justiça criminal e segurança pública relativas à produção, classificação, coleta, tratamento, análise, utilização e comunicação das informações organizacionais e criminais.

Linhas de Pesquisa

1. Estudos comparados que visam descrever e avaliar a *produção e o uso das informações criminais* (qualitativas e quantitativas), com ênfase na identificação de aspectos normativos, gerenciais, técnicos e tecnológicos voltados para o desenvolvimento, a integração e o aperfeiçoamento das bases de dados dos órgãos de justiça criminal e segurança pública, considerando unidades federativas das regiões norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul do país.

2. Estudos longitudinais (ocorrências policiais, inquéritos, processos e cumprimento de pena) que visam descrever e analisar o *fluxo de funcionamento do sistema de justiça criminal para o crime de homicídio doloso*, com ênfase na mensuração quantitativa e qualitativa das características dos crimes, vítimas e criminosos.
3. Estudos comparados que visam descrever e avaliar os expedientes legais, as estruturas organizacionais e as capacidades de inteligência criminal existentes nos órgãos de justiça criminal e *segurança pública*, com ênfase no aperfeiçoamento do sistema integrado de inteligência em segurança pública.
4. Estudos comparados que visam identificar, descrever e analisar os limites e alcances dos órgãos de *justiça criminal, segurança pública e outros atores institucionais no combate às estratégias de lavagem de dinheiro e na recuperação de ativos, com ênfase nos aspectos normativos, administrativos, gerenciais, técnicos e tecnológicos* dos órgãos envolvidos.
5. Estudos que visam desenvolver, identificar, testar e avaliar *métodos e ferramentas de análise criminal*, com ênfase nos instrumentos de análise estatística espacial.
6. Estudos comparados que visam identificar, desenvolver e testar *metodologias de construção de indicadores para avaliação de políticas de segurança pública e/ou da criminalidade*.
7. Estudos que visam identificar, descrever e analisar os *limites e alcances do arcabouço jurídico-institucional atual relativo às organizações criminosas e suas atividades*.
8. Estudos comparados que visam identificar, desenvolver e testar metodologias de avaliação dos custos econômicos, sociais e políticos da violência e da insegurança.
9. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o funcionamento dos mecanismos institucionais de controle do porte, do registro e das apreensões de armas de fogo.
10. Estudos comparados que visam identificar, desenvolver e analisar instrumentos de coleta nacional de informações relativas aos eventos criminais, às organizações do sistema de justiça criminal e segurança pública, instituições de controle externo das polícias.

Controle Externo e Participação Social. Este Concurso temático volta-se para a realização de estudos sobre os instrumentos existentes de controle externo dos órgãos de segurança pública e de participação social.

Linhas de Pesquisa

1. Estudos comparados que visam descrever e avaliar o *funcionamento das arquiteturas organizacionais*, modelos de gestão e indicadores de eficiência das instituições de controle externo dos órgãos de segurança pública, em especial as *Corregedorias Unificadas de Polícia e Ouvidorias*.
2. Estudos comparados que visam descrever e avaliar *programas de capacitação voltados para as comunidades*, nos temas relativos à segurança pública.
3. Estudos comparados que visam descrever e avaliar os expedientes institucionais e os instrumentos de participação social desenvolvidos por e/ou em parceria com órgãos de justiça criminal e segurança pública, com ênfase nos conselhos e fóruns comunitários, e nos programas de gestão participativa.

Valorização e Formação Profissional. Este Concurso temático volta-se para a realização de estudos sobre as iniciativas institucionais voltadas para a valorização e formação profissional dos operadores dos órgãos de justiça criminal e de segurança pública.

Linhas de Pesquisa

1. Estudos comparados que visam descrever e avaliar as *políticas de formação dos operadores de segurança pública e justiça criminal*, assim como recomendar alternativas de aprimoramento das ações implementadas, considerando unidades federativas das regiões norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul do país.
2. Estudos comparados que visam descrever e avaliar as *experiências de integração institucional das unidades de ensino das Polícias Militar e Civil*, e destas com outras instituições de ensino e pesquisa.
3. Estudos comparados que visam descrever e avaliar experiências voltadas para a *administração dos riscos profissionais dos operadores dos órgãos de segurança pública*, com ênfase nos aspectos de segurança pessoal, condições de trabalho e da saúde ocupacional.
4. Estudos comparados que visam descrever e avaliar os *planos de cargos e salários das polícias*, assim como propor recomendações para o aperfeiçoamento dos benefícios diretos e indiretos existentes.
5. Estudos comparados que visam descrever e avaliar as *escalas de trabalho adotadas pelas polícias*, com ênfase nos seus possíveis impactos produzidos na administração dos recursos policiais ostensivos e de investigação.
6. Estudos comparados que visam descrever e avaliar as *estruturas curriculares e os conteúdos programáticos dos cursos de formação dos operadores da justiça criminal e segurança pública*, em especial os policiais, agentes penitenciários e guardas municipais.
7. Estudos que visam identificar, desenvolver, e testar *indicadores de monitoramento e avaliação de programas de formação e capacitação* dos operadores de justiça criminal e segurança pública.
8. Estudos comparados que visam descrever e avaliar experiências de capacitação presencial ou à distância

voltadas para as praças das Polícias Militares e/ou investigadores da Polícia Civil, com ênfase nos conteúdos programáticos, metodologia pedagógica utilizada, materiais didáticos desenvolvidos (livros, manuais, cartilhas, mídias, etc.) e parcerias estabelecidas entre os órgãos de segurança pública e outras instituições de ensino e pesquisa.

9. Estudos comparados que visam identificar, descrever e avaliar *inovações conceituais e tecnológicas voltadas para a capacitação continuada* dos operadores dos órgãos de justiça criminal e segurança pública, com ênfase nas *metodologias e ferramentas de ensino à distância*.

10. Estudos comparados que visam identificar, descrever e analisar as *representações sociais e percepções coletivas sobre as imagens das organizações policiais e os seus operadores*.

11. Estudos comparados que visam descrever e analisar a construção das carreiras e das trajetórias profissionais dos operadores da justiça criminal e segurança pública, em especial os policiais, agentes penitenciários e guardas municipais, com ênfase nos possíveis impactos relacionados aos recortes etário, étnico e/ou racial, de gênero e socioeconômico.

12. Estudos exploratórios que visam identificar, descrever e avaliar a *produção e os processos de transmissão e aprendizagem de conhecimentos práticos construídos pelos operadores de justiça criminal e segurança pública*, em especial os policiais, agentes penitenciários e guardas municipais.

Programas de Redução da Violência. Este Concurso temático volta-se para realização de Estudos sobre programas especiais e focalizados de redução da violência.

Linhas de Pesquisa

1. Estudos comparados que visam descrever e avaliar programas voltados para o *aperfeiçoamento da administração legal do uso da força*, existentes nos órgãos de segurança pública, considerando a adesão aos protocolos internacionais; a aplicação da legislação nacional; os expedientes normativos internos; os requisitos técnicos e tecnológicos; os procedimentos operacionais das polícias; os instrumentos de controle interno e supervisão; os requisitos de capacitação e reciclagem; o nível de abrangência; e os mecanismos de monitoramento e avaliação.

2. Estudos comparados que visam descrever e avaliar programas desenvolvidos pelos órgãos de segurança pública voltados para garantir o acesso igualitário dos cidadãos aos serviços de segurança pública e prevenir atitudes e comportamentos discriminatórios dos operadores de segurança pública (homofobia, misoginia e racismo), em especial as iniciativas desenvolvidas em parceria com outros atores institucionais e organizações não governamentais.

3. Estudos comparados que visam descrever e avaliar programas de redução da violência doméstica e/ou de gênero, implementados pelos órgãos de segurança pública, em especial as iniciativas desenvolvidas em parceria com outros atores institucionais e organizações não governamentais.

4. Estudos comparados que visam descrever e analisar as *dinâmicas dos conflitos rurais relacionados à questão fundiária*, com ênfase nos focos existentes de tensão, assim como identificar e avaliar *programas e/ou estratégias de gerenciamento de crises e mediação de conflitos* desenvolvidos pelos órgãos de justiça criminal e segurança pública.

5. Estudos comparados que visam descrever e analisar as *dinâmicas dos conflitos urbanos relacionados à questão fundiária*, com ênfase nos focos existentes de tensão, assim como identificar e avaliar *programas e/ou estratégias de gerenciamento de crises e mediação de conflitos* desenvolvidos pelos órgãos de justiça criminal e segurança pública.

6. Estudos comparados que visam analisar *dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência dos Homicídios Dolosos*, considerando as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, e recomendar estratégias preventivas de atuação dos órgãos de justiça criminal e segurança pública.

7. Estudos comparados que visam analisar *dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de crimes relacionados à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, e recomendar estratégias preventivas para a atuação dos órgãos de justiça criminal e segurança pública.

8. Estudos exploratórios que visam analisar *dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de crimes relacionados ao Tráfico de Seres Humanos* e recomendar estratégias preventivas para a atuação dos órgãos de justiça criminal e segurança pública.

9. Estudos exploratórios que visam analisar *dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de roubos, com ênfase nos roubos “a transeunte”, em “transporte público”, “de veículos” e “de cargas”*, e recomendar estratégias de prevenção para a atuação dos órgãos de justiça criminal e segurança pública.

10. Estudos comparados que visam descrever e avaliar *programas de proteção ou apoio às vítimas e testemunhas de crimes*, implantados pelos órgãos de justiça criminal e segurança pública.

V. Programas de Prevenção. Este Concurso temático volta-se para a realização de estudos sobre as iniciativas de prevenção social e situacional existentes ou em fase de implantação que contam com a

participação dos órgãos de justiça criminal e segurança pública.

Linhas de Pesquisa

1. Estudos comparados que visam descrever e avaliar *programas multisetoriais de prevenção da violência*, como os Centros Integrados de Cidadania, com ênfase na prestação de serviços integrados de garantia dos direitos humanos e de ampliação do acesso à justiça, em especial aqueles implantados nas *comunidades com elevados indicadores de exclusão social e/ou consideradas vulneráveis, localizadas nas grandes cidades e regiões metropolitanas do país*.
2. Estudos comparados que visam descrever e avaliar *programas policiais comunitários* implantados pelos órgãos de segurança pública, em especial nas áreas geográficas com altas taxas de criminalidade e/ou nas comunidades com elevados indicadores de exclusão social.
3. Estudos comparados que visam identificar, descrever e avaliar *metodologias e ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas multisetoriais de prevenção social e situacional*, com ênfase na gestão municipal.
4. Estudos comparados que visam identificar, descrever e avaliar *programas multisetoriais de prevenção social destinada aos jovens de 13 a 24 anos expostos à situação de risco e violência*.
5. Estudos exploratórios que visam descrever e analisar os *valores e significados atribuídos às Armas de Fogo* por indivíduos que possuem os respectivos porte e registro legal.
6. Estudos exploratórios que visam descrever e analisar os *valores e significados atribuídos às Drogas Ilícitas* pelos jovens de 13 a 24 anos residentes nos grandes centros urbanos do país.
7. Estudos exploratórios que visam descrever e avaliar *experiências de implantação de consórcios regionais e/ou locais* entre atores municipais e/ou estaduais, voltados para a gestão integrada da segurança pública.

Premiação

Em função do caráter aplicado do conhecimento que se desejava obter com o concurso, estruturamos as pesquisas em três tipos específicos – projetos estruturantes, projetos estratégicos e projetos específicos – segundo o foco da aplicabilidade do projeto:

Projetos Estruturantes: Projetos nacionais e ou comparados que tiveram por foco as diretrizes e as áreas prioritárias do Plano Nacional de Segurança Pública e cujos resultados tinham amplo impacto na formulação de políticas públicas de segurança e justiça criminal, sobretudo no aperfeiçoamento de normas, ferramentas, procedimentos e experiências em curso nos Estados e Municípios.

Projetos Estratégicos: Projetos estratégicos que tiveram por foco subáreas estratégicas do Programa de Segurança do Plano Nacional de Segurança Pública e cujos resultados buscaram identificar, explorar e consolidar questões-chave para o planejamento, implantação e avaliação de políticas públicas de segurança e justiça criminal desenvolvidas pela União, Estados e Municípios.

Projetos Específicos: Projetos comparados ou não que tiveram por foco temáticas específicas abordadas no Plano Nacional de Segurança Pública e cujos resultados aprofundaram o conhecimento sobre aspectos relevantes das dinâmicas e fenômenos sociais ligados à segurança pública e justiça criminal e produziram subsídios para o aperfeiçoamento de normas, ferramentas, procedimentos e experiências em curso nos Estados e Municípios.

Dado a diferença de volume de trabalho envolvida na realização dos projetos de pesquisa categorizados em função de suas tipificações – Estruturante, Estratégico e Específico – desenhou-se uma forma de pagamento diferenciado. Percebe-se pelas definições acima que os projetos estruturantes são mais amplos, envolvendo equipes de pesquisadores maiores e mais capacidades e também o trabalho comparativo de realidades que demanda despesas de viagens e compras de um material bibliográfico mais amplo. Os projetos estratégicos também envolvem análises de tipo comparativa, mas as equipes de pesquisa podem ser menores, pois se dedicaram a uma área de conhecimento mais restrito, e seus pesquisadores puderam ser menos capacitados no sentido de não ser necessário uma visão do todo na área de segurança pública. Por fim, os conteúdos restritos dos projetos específicos, focalizando apenas problemas bem práticos na segurança pública e em contextos espaciais restritos, permitiu que estes projetos fossem executados sem a

realização de trabalho comparativo e, em algumas situações, por apenas um pesquisador. Como se verifica, cada um destes três tipos de pesquisa demandou equipes de pesquisadores de tamanho diferenciado, despesas diferenciadas de deslocamento, despesas diferenciadas para compra de equipamentos de informática e também despesas diferenciadas no volume de informações que deveriam ser coletadas. Por estas razões, estruturamos o pagamento dos projetos obedecendo ao seguinte formato:

Projetos Estruturantes: R\$ 200.000,00

Projetos Estratégicos: R\$ 100.000,00

Projetos Específicos: R\$ 50.000,00

Cabe esclarecer que estes valores constituíam uma referência do limite de recursos financeiros que os pesquisadores podiam solicitar para a realização das pesquisas. Assim, por exemplo, as instituições que enviaram projetos do tipo estruturante podiam encaminhar projetos com valor previsto de até R\$ 200.000,00. Obedecendo estes limites, os projetos em geral propunham valores menores do que o máximo previsto. Dado o volume de recursos financeiros economizado, tendo em vista a expectativa máxima de gasto e o valor dos projetos selecionados em cada linha de pesquisa e uma vez que era possível aprovar mais de um projeto por linha de pesquisa, aproveitamos os recursos economizados e aprovamos mais de 1 projeto em algumas linhas de pesquisa, quando os projetos apresentavam qualidade de destaque. Esta aprovação de mais de 1 projeto de pesquisa por linha estava prevista nos regulamentos anexos aos editais (item 4.6.)

O prêmio para os projetos de pesquisa vencedores constituiu a assinatura de um contrato de prestação de serviços com o Ministério da Justiça, no qual o ministério financiou a elaboração da pesquisa em um período máximo de 6 meses após o recebimento dos recursos financeiros para tal pelos pesquisadores.

Realização do Concurso – Participação da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais

Dado o pequeno número de profissionais que compõem a equipe da Coordenação Geral de Pesquisas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e até mesmo a fraca qualificação desta equipe para realizar um trabalho de seleção de projetos de pesquisa no formato de um concurso, a SENASP fez a opção de contratar a Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais para elaborar os editais dos concursos, realizar a seleção dos projetos e elaborar um evento para divulgação dos resultados das pesquisas com a participação de toda a comunidade acadêmica envolvida na área de segurança pública.

O contrato assinado com a ANPOCS envolveu estas três tarefas descritas como produtos a serem entregues em um certo espaço de tempo pré-determinado. No entanto, dado o atraso no processo de premiação dos projetos vencedores, cujo motivo está assinalado a seguir, só foi possível a esta instituição entregar os produtos 1 e 2 do seu contrato (elaboração dos editais dos concursos e seleção dos projetos). Sucessivos atrasos no processo de premiação e desconhecimento da data em que a liberação dos recursos financeiros realmente ocorreria fez com que solicitássemos várias prorrogações no prazo de vigência do contrato, relacionados à participação da ANPOCS no processo de divulgação dos resultados das pesquisas. Devemos deixar claro que os recursos financeiros utilizados para o pagamento da ANPOCS em sua participação no concurso foram recursos provenientes do Tesouro Nacional e não do Fundo Nacional de Segurança Pública. Os recursos do referido fundo foram utilizados, em um segundo momento, para premiar os projetos de pesquisa vencedores do concurso na assinatura dos contratos de prestação de serviços para a realização das pesquisas.

Relatório de Atividades

Apresentaremos a seguir o relatório de atividades (janeiro de 2004 a abril de 2006) relacionadas à seleção e premiação dos projetos a serem financiados pelo Ministério da Justiça em função do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. O primeiro bloco de ações aqui descritas foram executadas pela Comissão Especial de Licitação do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal, designada pela Portaria no. 452, de 12 de agosto de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2003. Esta comissão teve como componentes 4 membros do Ministério da Justiça e 10 membros da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais. Com a expiração do prazo de vigência do contrato firmado com a ANPOCS, as ações necessárias à fiscalização do processo de consecução dos contratos, a partir do início do prazo de realização das pesquisas, passaram a ser desenvolvidas pelos próprios servidores do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. Cabe destacar que este concurso foi lançado pela primeira vez no dia 12 de Agosto de 2003 e cancelado logo em seguida em decorrência da mudança da equipe gestão da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que ocorreu logo após este lançamento.

1. Abertura e Divulgação do Concurso - A referida comissão tornou público a existência do concurso em janeiro de 2004. As informações sobre o concurso foram divulgadas inicialmente nos sites do Ministério da Justiça e da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais. A ANPOCS desenvolveu ainda uma série de ações visando divulgar o concurso da forma mais ampla possível:

- utilizou-se de seguidas edições em seu Boletim Eletrônico, que conta com uma base de 2190 pesquisadores-assinantes em todo o Brasil, e mesmo no exterior;
- comunicado direto de divulgação às 70 associações científicas (recortando todas as áreas do conhecimento) filiadas à SBPC, Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência;
- com apoio da Presidência do CNPq, envio de ofício de divulgação a todos os pesquisadores existentes na base do referido conselho nacional;
- publicação de matérias no Jornal Ciência, publicação eletrônica da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência;
- publicação de matérias no boletim eletrônico da Agência FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo;
- publicação eletrônica da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência;
- divulgação de matérias e notícias sobre os concursos nos seguintes veículos de mídia impressa: Correio Popular, Campinas, 18/11/2003; Folha de São Paulo, caderno Sinapse, de 28/10/2003; Jornal A Tribuna, de Santos, de 17/10/2003; e O Globo, 4/11/2003.

Também preocupada com a divulgação do concurso, a equipe técnica da SENASP fez referência ao concurso em todos os eventos públicos na área de segurança pública ocorridos durante o segundo semestre de 2004 até a data de fechamento do processo de inscrição para participar do concurso.

2. Recepção e Cadastramento dos Projetos - A referida comissão recebeu e cadastrou os projetos de pesquisa enviados para o concurso até o dia 4 de março de 2004. Foram aceitos os projetos entregues e protocolados diretamente no protocolo da SENASP/MJ até o dia 20 de fevereiro de 2004 e os projetos enviados por meio de SEDEX com data de postagem também até o dia 20 de fevereiro de 2004. No dia 4 de março de 2004 a referida comissão lavrou ata de encerramento das inscrições e entrega dos projetos para o Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Foram cadastrados 407 projetos de pesquisa. Coube à equipe técnica da SENASP fazer o registro das informações relativas aos projetos concorrentes para o concurso e organizar o material para ser entregue aos membros da Comissão Especial de Licitação.

3. Avaliação do Estado de Habilitação dos Projetos - De posse do conjunto de projetos cadastrados para concorrerem no referido concurso, a comissão realizou no dia 4 de março de 2004 a avaliação da habilitação dos projetos para participarem do concurso. Assim, no dia 4 de março de 2004 a referida comissão lavrou ata de publicação do resultados da habilitação dos projetos para o Concurso Nacional de

Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Foram considerados habilitados 405 projetos de pesquisa.

4. Julgamento dos Projetos - O processo de julgamento ocorreu entre os dias 4 e 7 de março de 2004. No dia 7 de março de 2004 a referida comissão lavrou as atas de publicação dos resultados do julgamento para os 7 concursos relacionados: Programas de Prevenção, Programas de Redução da Violência, Estruturação e Modernização da Perícia, Controle Externo e Participação Social, Organização e Gestão em Segurança Pública, Gestão do Conhecimento e Informações Criminais e Valorização e Formação Profissional. Foram selecionados 63 projetos de pesquisa. (encaminhamos em anexo as atas de encerramento das inscrições, avaliação da habilitação dos projetos e seleção dos projetos vencedores)

5. Divulgação dos Projetos Aprovados – Encaminhamos no dia 9 de março de 2004, os memorandos (269/04-SENASP/MJ e 270/04-SENASP/MJ) para o Secretário Executivo do Ministério da Justiça solicitando publicação dos projetos habilitados e projetos selecionados no concurso no Diário Oficial da União. A publicação dos resultados do julgamento dos projetos ocorreu no dia 16 de março de 2004 no Diário Oficial (seção 3 – Ministério da Justiça). Mesmo tendo as atas de publicação dos resultados da habilitação e publicação dos resultados de julgamento assinadas desde o dia 7 de março de 2004, a compilação e sistematização de todo o material necessário para efetivar a divulgação dos resultados no site do Ministério da Justiça, site da ANPOCS e divulgação no Diário Oficial levou um tempo maior que o previsto. Nossa equipe da Coordenação Geral de Pesquisa/SENASP levou mais tempo que o previsto para formatar o conteúdo a ser divulgado segundo as características solicitadas pela CGL, responsável pela publicação no Diário Oficial. Uma série de problemas surgiram pelo fato da equipe técnica da SENASP responsável pelo concurso ter mudado justamente na semana de realização do concurso, implicando em um período para adaptação da equipe em relação às atividades necessárias.

6. Primeiro Período para Interposição de Recursos - Segundo as regras estabelecidas nos Editais e Regulamentos do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal, ficou determinado que após cada ato administrativo da referida comissão abriria automaticamente um prazo de cinco dias corridos para recurso. Assim, entre os dias 17 e 23 de março, decorreu o primeiro prazo para interposição de recursos. Foram apresentados 9 recursos em relação aos resultados divulgados no dia 16 de março de 2004.

7. Divulgação de Errata da Publicação dos Resultados - No dia 2 de Abril de 2004, divulgamos no Diário Oficial uma errata da divulgação dos resultados. (seção 3 - Ministério da Justiça).

8. Segundo Período para Interposição de Recursos - A divulgação da errata levou ao estabelecimento do segundo período pra interposição de recursos que ocorreu entre 5 e 8 de Abril de 2004. Neste período não foi apresentado nenhum novo recurso em relação aos resultados.

9. Divulgação dos Resultados dos Julgamentos dos Recursos - No dia 8 de Abril de 2004, divulgamos no Diário Oficial o resultado do processo de julgamento dos recursos interpostos pelos candidatos (seção 3 - Ministério da Justiça). Apenas 1 dos recursos interpostos foi deferido.

10. Terceiro Período para Interposição de Recursos - Abriu-se, deste modo, mais um período para a interposição de recursos. Nenhum recurso foi interposto entre os dias 12 e 16 de Abril de 2004. Finalizou-se, assim, a etapa de seleção dos projetos de pesquisa e o resultado dos julgamentos passou a estar disponível para homologação. O resultado final do concurso estava então determinado e incluiu 64 projetos de pesquisa.

11. Divulgação da Homologação dos Resultados do Concurso - Encaminhamos no dia 22 de abril de 2004, o memorando (442/04-SENASP/MJ) para o Secretário Executivo do Ministério da Justiça solicitando publicação da homologação dos resultados do concurso no Diário Oficial da União. Os resultados do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal foram homologados pela Secretaria Executiva do Ministério da Justiça no dia 17 de maio de 2004 no Diário Oficial (seção 1 – Ministério da Justiça). A partir deste dia inicia-se a etapa de contratação.

12. Período entre a Homologação do Resultado e a Contratação dos Pesquisadores – O período levado pelo Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública para a liberação dos

recursos financeiros para efetivação dos contratos foi de 9 meses. Em 18 de maio de 2004 encaminhamos memorando (575/04-SENASP) solicitando que fossem efetivados os encaminhamentos para contratação dos pesquisadores, em 20 de julho de 2004 encaminhamos memorando (933/04-SENASP) esclarecendo as razões para o atraso das atividades, em 10 de novembro de 2004 encaminhamos memorando (1615/04-SENASP) reiterando a solicitação feita e em 20 de julho de 2004 (ofício 041/04-SENASP) encaminhamos ofício para os pesquisadores esclarecendo as razões para o atraso das atividades. Este período foi tão longo que 2 pesquisadores desistiram de receber a premiação e cancelaram sua participação no concurso. Deste modo, foi efetivada a premiação de 62 projetos de pesquisa.

13. Contratação dos Pesquisadores – A assinatura dos contratos de prestação de serviço relativos à execução das pesquisas ocorreu no mês de Dezembro de 2004. Os contratos foram publicados nos dias 24, 28 e 29 de dezembro de 2004 no Diário Oficial (Seção 3 – Ministério da Justiça). Encaminhamos no dia 10 de dezembro de 2004, o ofício (102/04-SENASP/MJ) para os pesquisadores encaminhando os contratos para serem assinados e o ofício (103/04-SENASP/MJ) esclarecendo os encaminhamentos futuros sobre as atividades do concurso.

14. Divulgação de Errata de Designação de Instituições - Quando da elaboração dos contratos e recolhimento das documentações, identificamos que a Comissão de Seleção dos Projetos do Concurso havia errado no registro dos responsáveis financeiros em três projetos de pesquisa. Por esta razão, publicamos em 13 de janeiro de 2005 no Diário Oficial uma errata para corrigir este problema.

15. Informação dos Procedimentos de Fiscalização das Pesquisas e Encaminhamento dos Contratos – Enviamos um ofício em 12 de janeiro de 2005 (03/05-SENASP/MJ) para todos os pesquisadores esclarecendo quais seriam os mecanismos de fiscalização dos contratos que seriam utilizados pelo Ministério da Justiça. Neste mesmo ofício, fizemos a solicitação de esclarecimento e detalhamento sobre alguns cronogramas físicos e financeiros dos projetos vencedores. Neste mesmo ofício, em 12 de janeiro de 2005, encaminhamos em anexo, para todos os contratados, as cópias originais dos contratos assinados pelos pesquisadores individuais ou representantes institucionais e pelo Secretário Nacional de Segurança Pública.

16. Liberação dos Recursos – Os recursos destinados para a premiação dos pesquisadores foram incluídos em restos a pagar (2004). Assim, apesar de estar previsto nos contratos de prestação de serviço que existiria uma primeira parcela de pagamento relativa a 40% dos recursos no ato da assinatura dos contratos, o pagamento dos pesquisadores só ocorreu no final de abril de 2005, após a liberação dos restos a pagar (2004), ou seja, 5 meses depois do previsto. Verificou-se, desta forma, que, devido a problemas administrativos no Ministério da Justiça, o início da realização das pesquisas atrasou 14 meses.

17. Pagamento da Primeira Parcela dos Recursos –Iniciamos o pagamento da premiação apenas na primeira quinzena de Abril de 2005.

18. Início das Atividades de Pesquisa – Dada a impossibilidade de iniciar as atividades de pesquisa sem recursos financeiros, enviamos em 11 de janeiro de 2005 um ofício relatando que as atividades de pesquisa teriam prazo de 6 meses para execução após a data de recebimento da primeira parcela de recursos e não após a data de assinatura do contrato. Como o pagamento dos pesquisadores levou todo o mês de abril, decidimos estabelecer a data de 2 de maio como o início das atividades. Durante toda a semana de 2 a 6 de maio trouxemos todos os pesquisadores de projetos vencedores à Brasília, onde garantimos uma maior aproximação destes com a equipe técnica da SENASP para promover o sucesso das pesquisas em relação aos seus aspectos práticos.

19. Rescisão Contratual – no início do período de realização das pesquisas, três das instituições contratadas solicitaram a rescisão amigável do contrato, em virtude de problemas administrativos relacionados à impossibilidade de gerência dos recursos recebidos e composição da equipe de trabalho da pesquisa. Deste modo, ao final do processo, restaram 59 contratos de pesquisa em execução.

20. Entrega dos Relatórios Mensais – os pesquisadores entregaram, no quinto dia útil de cada mês de vigência dos contratos (junho a novembro), um relatório sumário contendo uma descrição das atividades do mês de referência, com o objetivo de monitorar se os pesquisadores estavam seguindo o plano de trabalho e o cronograma físico propostos nos projetos aprovados. Estava previsto também um

acompanhamento dos gastos realizados mensalmente, por intermédio da entrega de cópias autenticadas das notas fiscais das despesas com aquisição de material de consumo e recibos de pagamentos do pessoal contratado para a execução das atividades. Tal acompanhamento só foi realizado no mês de maio, uma vez que, em consulta realizada com advogados da Assessoria Jurídica do Ministério da Justiça, chegou-se à conclusão de que não seria necessária a sua execução, já que o objeto dos contratos firmados era a prestação de serviços.

21. Entrega do Relatório Parcial de Pesquisa – No dia 05 de agosto, os pesquisadores remeteram ao Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública um relatório parcial referente às ações desenvolvidas nos primeiros três meses de vigência das pesquisas. Como era estabelecido no contrato de realização da pesquisa, tal relatório deveria conter uma síntese das conclusões e achados produzidos a partir das atividades executadas até então. O aceite deste relatório foi condição para o pagamento da segunda parcela de recursos (30%).

22. Pagamento da Segunda Parcela dos Recursos – com a aprovação dos relatórios parciais enviados, foi autorizado o pagamento da segunda parcela dos recursos.

23. Entrega dos Relatórios finais das pesquisas – finalizados os seis meses referentes ao período de execução das pesquisas, o contrato previa a concessão de um mês complementar para a elaboração dos relatórios finais, os quais foram entregues até o dia 5 de dezembro de 2005. Como exigências para a entrega dos conteúdos a serem priorizados nos trabalhos, estavam: realização de uma revisão ortográfica, a anexação dos instrumentos de coleta de dados, um capítulo sobre metodologia aplicada e a inserção de justificadas para eventuais mudanças em relação ao projeto original de pesquisa.

24. Aprovação dos Relatórios finais das pesquisas – durante todo o mês de dezembro, foi feita a leitura e teste dos produtos finais das pesquisas e as respectivas adequações destes relatórios pelos pesquisadores responsáveis conforme proposto pela equipe técnica da SENASP.

25. Pagamento da Terceira Parcela dos Recursos – uma vez aprovados os produtos finais, foi solicitada, no final do mês de dezembro, a liberação da terceira e última parcela dos recursos das pesquisas.

26. Leitura dos relatórios pelas coordenações da Secretaria Nacional de Segurança Pública – após a aprovação dos produtos finais e conseqüente liberação da última parcela dos recursos das pesquisas, os relatórios finais foram submetidos à apreciação dos coordenadores gerais dos setores relacionados às linhas de trabalho desenvolvidas pelas pesquisas, objetivando uma melhor adequação dos trabalhos produzidos às ações a serem realizadas pela SENASP ao longo do ano de 2006.

27. Revisão dos relatórios finais – foi concedido um prazo adicional para que os pesquisadores fizessem uma última revisão dos relatórios, visando à publicação dos relatórios na página eletrônica da SENASP.

28. Publicação dos relatórios finais na página eletrônica da Secretaria Nacional de Segurança Pública – uma das ações que estão sendo executadas para divulgação dos resultados dos trabalhos decorrentes do I Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal será a disponibilização dos relatórios das pesquisas na página eletrônica da SENASP. Além disso, estão previstos encontros para discussão dos trabalhos realizados e publicação de artigos com o resumo das melhores pesquisas desenvolvidas.

29. Divulgação das Pesquisas no Encontro Nacional da ANPOCS (outubro/2006): Realização de 3 mesas de apresentação dos resultados da pesquisa e discussão com pesquisadores sobre a forma de aproveitar o conhecimento produzido no aperfeiçoamento das ações de segurança pública no Brasil.

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Abril	Outubro	
	2004						2005												2006				
1. Abertura e Divulgação do Concurso																							
2. Recepção e Cadastramento dos Projetos																							
3. Avaliação do Estado de Habilitação dos Projetos																							
4. Julgamento dos Projetos																							
5. Divulgação dos Projetos Aprovados																							
6. Primeiro Período para Interposição de Recursos																							
7. Divulgação de Errata da Publicação dos Resultados																							
8. Segundo Período para Interposição de Recursos																							
9. Divulgação dos Resultados dos Julgamentos dos Recursos																							
10. Terceiro Período para Interposição de Recursos																							
11. Divulgação da Homologação dos Resultados do Concurso																							
12. Período entre a Homologação do Resultado e a Contratação dos Pesquisadores																							
13. Contratação dos Pesquisadores																							
14. Divulgação de Errata de Designação de Instituições																							
15. Informação dos Procedimentos de Fiscalização das Pesquisas																							
16. Liberação dos Recursos																							
17. Pagamento da Primeira Parcela dos Recursos																							
18. Início das Atividades de Pesquisa																							
19. Rescisão Contratual																							
20. Entrega dos Relatórios Mensais																							
21. Entrega do Relatório Parcial de Pesquisa																							
22. Pagamento da Segunda Parcela dos Recursos																							
23. Entrega dos Relatórios finais das pesquisas																							
24. Aprovação dos Relatórios finais das pesquisas																							
25. Pagamento da Terceira Parcela dos Recursos																							
26. Leitura dos relatórios pelas coordenações da Secretaria Nacional de Segurança Pública																							
27. Revisão dos relatórios finais																							
28. Publicação dos relatórios finais na página eletrônica da Secretaria Nacional de Segurança Pública																							
29. Divulgação das Pesquisas no Encontro Nacional da ANPOCS																							

Descrição Detalhada dos Processos de Seleção dos Projetos:

Conforme estabelecido nos editais e regulamentos do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal, os critérios para seleção dos projetos foram os seguintes:

1. Adequação da proposta às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública do Governo Federal e às linhas de pesquisa e tipos de projetos definidos no Edital e neste regulamento;
2. Qualificação curricular das instituições e dos pesquisadores para o desenvolvimento do projeto de pesquisa;
3. Adequação do plano de trabalho ao cronograma físico e financeiro apresentado;
4. Consistência teórico-metodológica do projeto de pesquisa; e
5. Coerência, clareza e objetividade no desenvolvimento e na organização do texto.

Tanto a avaliação da habilitação quanto o julgamento dos projetos ocorreu em Brasília/DF, com a participação de todos os membros da Comissão Especial de Licitação, entre os dias 4 e 7 de março, no Hotel Blue Tree, envolvendo leituras individualizadas e discussão em grupo em um regime de trabalho intensivo. A avaliação da habilitação dos projetos foi elaborada no primeiro dia, onde foram avaliados os aspectos técnicos estabelecidos previamente que condicionavam a habilitação. Dos 407 projetos cadastrados, apenas 2 foram considerados não habilitados.

No processo de seleção dos projetos vencedores do concurso, cada projeto foi lido por 4 membros da Comissão Especial de Licitação que fizeram suas avaliações individuais e então submeteram estas avaliações para a discussão de todo o grupo constituído pela Comissão. Deste modo, após a leitura individualizada dos projetos, os membros da comissão traziam suas avaliações para uma discussão em grupo, onde em grupo eram selecionados os projetos vencedores. Cada membro da referida comissão teve o trabalho de ler cerca de 160 projetos. O processo de leitura individualizada ocorreu nos dias 5 e 6. Na tarde do dia 6 começaram as discussões em grupo para seleção final dos projetos vencedores. As anotações individuais foram, então, agregadas em uma ficha geral de avaliação dos projetos que agrega as contribuições de todos os membros da Comissão Especial de Licitação.

Cabe destacar que, de uma maneira geral, os projetos foram considerados de qualidade ruim pela Comissão Especial de Licitação. Alguns projetos facilmente se destacavam do grupo de projetos avaliados em razão da sua qualidade. Por isto, e devido à exigüidade do tempo disponível, decidimos priorizar a análise sobre estes projetos de boa qualidade. Todos os projetos foram lidos por, pelo menos, 4 membros da referida comissão e apresentados para todos, mas no processo de discussão em grupo deu-se prioridade aos projetos de melhor qualidade.

Os dois representantes do Ministério da Justiça atuaram avaliando os projetos individualmente, apontando considerações específicas às necessidades do Ministério da Justiça relativas às pesquisas e também se responsabilizando pelo voto final em caso de empate nas avaliações dos projetos pelos outros membros da comissão de licitação.

Membros da Comissão Especial de Licitação do Concurso

Presidente da Comissão: Marcelo Ottoni Durante – Ministério da Justiça

Suplente do Presidente da Comissão: Marcelo Bicalho Behar – Ministério da Justiça

Membros da Comissão:

Ministério da Justiça:

Célia Maria da Silva
Eliana Fátima Aguiar

ANPOCS: com a coordenação acadêmica dos professores Luiz Jorge Werneck Vianna e Maria Arminda do Nascimento Arruda. Os nomes indicados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa para compor a Comissão Especial de Licitação gozam da mais elevada reputação e excelência acadêmica. A ampla experiência do grupo em participação na análise de projetos, e em bancas e concursos de seleção, foi condição determinante e necessária num concurso cujo recorte temático demandava perspectivas de interlocução metodológica e teórica.

Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

Professora Livre-Docente do Departamento de Sociologia da UNICAMP e coordenadora do Centro de Estudos Brasileiros da mesma Universidade. Autora/colaboradora em seis livros publicados no país. Orientou 22 pesquisas de mestrado e 9 pesquisas de doutorado.

Prof. Dr. Fabiano Santos

Professor Doutor e Diretor Executivo do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ. Autor/colaborador em 4 livros publicados no país. Orientou 12 pesquisas de mestrado e 5 pesquisas de doutorado.

Prof. Dr. Gustavo Lins Ribeiro

Professor Pós-Doutor pela Johns Hopkins University, JHU, Estados Unidos. Diretor da Associação Brasileira de Antropologia para a região Centro-Oeste e Presidente da sua Comissão de Políticas Públicas. Presidiu a Comissão Julgadora do Prêmio ABA/FORD sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Autor/colaborador em 10 livros publicados no país. Orientou 11 pesquisas de mestrado e 7 pesquisas de doutorado

Prof. Dr. James Holston

James Holston is Associate Professor of the Department of Anthropology of the University of California, San Diego. In 1986 he received his Ph.D in anthropology from Yale University. In 1994 he was Directeur d'Études Associé at the Maison des Sciences de l'Homme, Paris, and in 1995/96 he was Visiting Professor at the Department of Sociology of the University of São Paulo. Among the honors he received are grants for Research and Visiting Professorship at the University of São Paulo 1995/96 and 1997, a Fellowship at the International Center for Advanced Studies at New York University 1997-98, and a grant at UCSD Civic Collaborative for research on urban citizenship in Oceanside, CA., 1998/99. His most recent publications include "Statetalk/Housetalk: architecture and anthropology of modernity." Cambridge Architectural Journal (Scoop) 10: 44-49 (1998/99); *Cities and Citizenship*, (editor), Durham: Duke University Press (1999); together with Teresa P.R. Caldeira "Democracy and violence in Brazil." Comparative Studies in Society and History 41(4): 691-729 [2000]; "Alternative modernities: statecraft and religious imagination in the Valley of the Dawn." American Ethnologist 26(3): 1-27 [2000]; and "Urban citizenship and globalization." In: *Global City Regions*. (Allen J. Scott, editor), New York: Oxford University Press [2000]

Prof. Dr. Luiz Jorge Werneck Vianna

Pós-Doutor pela Università Degli Studi di Milano, U.D.S.M., Itália e Professor Doutor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ. Autor/colaborador

em 10 livros publicados no país. Orientou 22 pesquisas de mestrado e 7 pesquisas de doutorado.

Prof. Dr. Márcio Ferreira da Silva

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, e professor do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

Autor/colaborador em 4 livros publicados no país. Orientou 6 pesquisas de mestrado e 3 pesquisas de doutorado.

Profa. Dra. Maria Alice Rezende de Carvalho

Doutora em Sociologia e professora titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ. Autora/colaborador em 9 livros publicados no país. Orientou 7 pesquisas de mestrado e 9 pesquisas de doutorado

Profa. Dra. Maria Armanda do Nascimento Arruda

Livre-Docente e Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Autora/colaborador em 20 livros publicados no país. Orientou 12 pesquisas de mestrado e 16 pesquisas de doutorado

Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego

Doutor pela Universidade de São Paulo e Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da mesma Universidade. Autor/colaborado em 10 livros publicados no país. Orientou 4 pesquisas de mestrado e 2 pesquisas de doutorado

Prof. Dr. Sérgio Miceli

Doutor pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, França e Livre-Docente pela Universidade Estadual de Campinas. É professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Autor/colaborador em 27 livros publicados no país. Orientou 8 pesquisas de mestrado e 11 pesquisas de doutorado

Recursos Financeiros Envolvidos na Realização do Concurso

A realização do concurso envolveu recursos provenientes de 2 fontes. A contratação da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais foi financiada com recursos do Tesouro – Programa de Trabalho: Implantação do Sistema de Integração das Informações da Justiça e Segurança Pública. Esta escolha baseou-se no fato de que o pleno funcionamento do Sistema INFOSEG pressupõe um conjunto de mudanças nas organizações de segurança pública que envolvem efetivamente a implantação do Sistema Único de Segurança Pública. A garantia de ampliação do INFOSEG está baseada na implantação de reformas em todas os eixos do Plano Nacional de Segurança Pública, de modo que este sistema passe a cumprir um papel bem mais amplo que o atualmente instituído, incluindo realmente a gestão de conhecimento como objeto e não apenas o cadastro e divulgação de informações de natureza operacional.

Os recursos relativos à premiação dos pesquisadores foram retirados do Fundo Nacional de Segurança Pública, com ata aprovada pelo Conselho Gestor do FNSP. Estava previsto nos contratos que, na assinatura dos contratos de prestação de serviço com os pesquisadores e instituições com projetos selecionados, deveria ocorrer o pagamento de 40% do recurso solicitado. No entanto, isto só veio ocorrer 4 meses após a assinatura dos contratos, atrasando o início das atividades de pesquisa. O restante dos recursos foram repassados para os pesquisadores em duas parcelas de 30%: a primeira após 3 meses do início das atividades e a segunda após a entrega e aprovação do relatório final da pesquisa. A previsão de gastos totais com a realização das 62 pesquisas contratadas era de R\$

3.908.754,58 (três milhões novecentos e oito mil setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos). Com a desistência de três das instituições participantes, o valor final de investimento no Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal foi de R\$ 3.749.694,28 (três milhões setecentos e quarenta e nove mil seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos).

Procedimentos de Fiscalização dos Contratos

Como previsto no Edital do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal, o procedimento de fiscalização foi baseado na análise de relatórios de atividades, sistematizados em formato de formulário para o preenchimento de informações referentes ao cumprimento das atividades mensalmente previstas nos cronogramas físico e financeiro contidos no projeto original das pesquisas aprovadas. Conforme orientação da Assessoria Jurídica do Ministério da Justiça, foi acordado que não haveria a necessidade de que os contratados executassem a prestação de contas referente aos valores gastos para a execução dos projetos aprovados através da emissão de cópias de recibos e notas fiscais, visto se tratar de um Contrato de Prestação de Serviço. Desta forma, foi solicitada tão somente uma declaração dos gastos efetuados no mês de referência, sem a necessidade de comprovação tácita dos recursos despendidos. Tal resolução contribuiu para um acompanhamento mais eficaz das atividades efetivamente realizadas, em virtude do reduzido número de profissionais designados para a realização dos procedimentos fiscalizatórios na SENASP.

Os dois pontos principais abordados na atividade de fiscalização foram, portanto, o objeto da pesquisa e as atividades desenvolvidas, conforme cronograma físico e financeiro. Os relatórios deveriam conter uma síntese das atividades de pesquisa desenvolvidas e um apontamento das conclusões e achados produzidos a partir das atividades de pesquisa em cada mês. Para realizar esta fiscalização, a SENASP utilizou as informações provenientes do plano de trabalho, o cronograma físico, cronograma financeiro e a adequação do objeto proposto.

Dado a impossibilidade de iniciar as atividades de pesquisa sem recursos financeiros, enviamos em 11 de janeiro de 2005 um ofício relatando que as atividades de pesquisa teriam prazo de 6 meses para execução após a data de recebimento da primeira parcela da pesquisa e não após a data de assinatura do contrato. Assim, dado que o pagamento dos prêmios para os pesquisadores ocorreu durante todo o mês de abril, definimos como data para início das atividades o dia cinco de maio de 2005. Portanto, o recebimento destes relatórios se deu até o quinto dia útil dos seis meses posteriores a esta data (junho a novembro).

Três meses após o início das atividades, todos os responsáveis técnicos nos remeteram relatórios parciais mais abrangentes da situação das pesquisas, envolvendo um balanço do levantamento bibliográfico realizado, das metodologias utilizadas, dos instrumentos de coleta de informações desenvolvidas e das análises produzidas até então. Com isso, foi possível que a equipe responsável pela fiscalização do processo de execução dos contratos pudesse acompanhar o andamento dos trabalhos, intervir no melhor acesso aos dados e informações necessárias às análises e sugerir adaptações, objetivando uma melhor adequação das pesquisas às ações desenvolvidas pela SENASP.

Em dezembro de 2005, foram entregues os produtos previstos nos contratos firmados. A equipe de fiscalização efetuou a leitura dos relatórios e o teste dos programas desenvolvidos e, após a aprovação dos resultados obtidos, foi solicitada a liberação da

última parcela dos recursos. Foi concedido um prazo adicional para que os coordenadores gerais dos departamentos cujas áreas de atuação vinculam-se aos objetos pesquisados fizessem uma avaliação dos produtos entregues, visando à adequação das pesquisas às ações a serem realizadas pela SENASP durante o ano de 2006. Os responsáveis técnicos pelas pesquisas também se comprometeram a entregar os relatórios revisados e softwares analisados, para a publicação na página eletrônica da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Resultados obtidos com o Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal

Por meio da realização do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal, a SENASP buscou trazer respostas práticas para problemas específicos que precisavam ser solucionados para o encaminhamento do projeto de estruturação e institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública. Desta forma, estas pesquisas apresentaram respostas que fundamentarão o planejamento das ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública para os próximos anos, ultrapassando a atual gestão. Respostas que nos orientam na elaboração, execução e monitoramento de políticas de segurança pública no contexto do SUSP. Uma quantidade de conhecimento incrivelmente grande, que leva tempo para ser estudada e compreendida pela equipe técnica da SENASP. Assim, dado os 3 meses passados do final da realização das pesquisas e recebimento dos relatórios pela SENASP, a equipe técnica da SENASP vem ainda lendo este material e criando formas de aproveitá-lo em suas atividades profissionais.

No entanto, já neste curto espaço de tempo, temos algumas ações que vem sendo executadas, aproveitando o conhecimento produzido por estas pesquisas. O repasse de recursos pela SENASP, desde 2003, é executado de duas formas: pela celebração de convênios com Estados e municípios e também pela aquisição direta. Os conhecimentos fornecidos pelas 59 pesquisas financiadas por meio do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal fornecem subsídios principalmente para a execução de ações pela própria SENASP, ou seja, a segunda forma especificada de repasse de recursos. Cabe destacar ainda que todos relatórios produzidos pelas 59 pesquisas serão colocados em breve na página da SENASP.

Além de toda a produção de conhecimento obtida com a finalização das 59 pesquisas financiadas, já iniciamos a realização de diversas atividades tendo como prerrogativa os resultados obtidos por algumas das pesquisas realizadas no contexto do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Seque, abaixo, um resumo das ações que já estão andamento e das pesquisas que estão sendo aplicadas:

Software CriminALL: este software foi desenvolvido visando à definição de um modelo organizacional único para os Núcleos de Criminalística existentes no país, com o objetivo de otimizar as tarefas referentes ao controle de expedientes e materiais, elaboração e remessa de laudos e documentos periciais, acompanhamento do progresso das tarefas, balanceamento da carga de trabalho e avaliação do desempenho global e individual dos operadores. Já está sendo implantado, em caráter piloto, no núcleo de criminalística da polícia federal, em Brasília e, após os ajustes resultantes dessa avaliação preliminar, o software estará disponível para aplicação pelos núcleos de criminalística de todo o país.

Pesquisa de Referência

INSTITUIÇÃO PROPONENTE: APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais

AUTOR: Arnaldo Gomes dos Santos Júnior

TÍTULO: *Estudo comparativo dos modelos organizacionais de Núcleos de Criminalística para a proposição de um novo modelo com suporte informatizado*

Software CriminALL Doc: este software foi desenvolvido tendo a função de sistematizar os dados relacionados aos crimes de falsificação de documentos, com recursos para agrupamento de ocorrências e busca por envolvidos, inquiridos ou processos e características de material analisado. Assim como o software CriminALL, o CriminALL Doc também se encontra em fase de implementação na Polícia Federal do Rio Grande do Norte para posterior aplicação nos núcleos de criminalística de todo o país.

Pesquisa de Referência

INSTITUIÇÃO PROPONENTE: APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais

AUTOR: Arnaldo Gomes dos Santos Júnior

TÍTULO: *Estudo e implementação de sistema de armazenamento e compartilhamento de informações criminais sobre perícias documentoscópicas*

Policimento Comunitário: com base nas conclusões levantadas por três pesquisas realizadas, cujo foco é a análise de experiências em policiamento comunitário existentes em alguns Estados do Brasil, a SENASP está desenvolvendo o Projeto “Polícia Comunitária no Sistema Único de Segurança Pública”, visando à definição de parâmetros claros à implantação deste tipo de ação policial. As metas deste projeto são a legitimação da Polícia Comunitária como parte integrante do Sistema Único de Segurança Pública, a criação de uma Matriz Curricular Nacional direcionada à formação de agentes atuantes nesta modalidade de ação policial e a implantação de diretrizes claras e objetivas para a padronização e qualificação das ações de Polícia Comunitária no Brasil. Como marco inicial do projeto, foi realizada uma reunião em Cuiabá, entre os dias 29 e 31 de março de 2006, com a participação de representantes da SENASP e coordenadores estaduais de polícia comunitária, na qual foram discutidos os rumos da Polícia Comunitária no Brasil, com a priorização dos seguintes temas: apresentação de diagnósticos sobre a situação da Polícia Comunitária no Brasil, criação dos Pólos Regionais de Difusão de Doutrina de Polícia Comunitária, criação de uma Matriz Curricular Nacional para as Polícias Comunitárias, criação dos Conselhos Nacional e Regional de Polícia Comunitária e viabilização dos Fóruns Nacional e Internacional de Polícia Comunitária para 2006.

Pesquisas de Referência

INSTITUIÇÃO PROPONENTE: APROCOM – Associação Pró-Comunidade

AUTOR: Orlando Pinto de Miranda

TÍTULO: *Estudos comparados que visam descrever e avaliar programas de capacitação voltados para as comunidades*

INSTITUIÇÃO PROPONENTE: APROCOM – Associação Pró-Comunidade

AUTOR: Orlando Pinto de Miranda

TÍTULO: *Estudos comparados que visam descrever e avaliar programas policiais comunitários implantados pelos órgãos de segurança pública, em especial nas áreas geográficas com altas taxas de criminalidade e ou nas comunidades com elevados indicadores de exclusão social*

INSTITUIÇÃO PROPONENTE: CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

AUTOR: Karina Rabelo Leite Marinho

TÍTULO: *Estudo da Estratégia Organizacional de Policiamento Comunitário nas Cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória*

Intervenção da Polícia Militar em Conflitos Agrários: Idealização de uma proposta para um modelo nacional de intervenção policial em conflitos agrários, com base em estudo sobre a atuação das polícias militares de Alagoas, Minas Gerais e São Paulo e da Ouvidoria Agrária Nacional. Neste sentido, está previsto, para o primeiro semestre de 2006, um evento nacional em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para apresentação e discussão da referida proposta.

Pesquisa de Referência

AUTOR: Renato Vieira de Souza

TÍTULO: *Soluções Gerenciais de Intervenção da Polícia Militar e Conflitos Agrários, em Minas Gerais/2003*

Realização prevista para o primeiro semestre de 2006 do II Workshop Nacional de Pesquisa em Segurança Pública, em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais, com o objetivo de apresentar os trabalhos decorrentes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal e discutir as possibilidades de aplicação dos resultados obtidos.

Sistema de Monitoramento de Resultados de Atividades de Capacitação: Aplicação, pelo setor de formação de pessoal da Secretaria Nacional de Segurança Pública, de um sistema de indicadores de monitoramento e avaliação de programas de formação e capacitação elaborado em uma das pesquisas desenvolvidas.

Pesquisa de Referência

INSTITUIÇÃO PROPONENTE: FIA – Fundação Instituto de Administração

AUTOR: Rosa Maria Fischer

TÍTULO: *Valorização e Formação Profissional*

4.7. Sistema de Cadastro e Monitoramento de Convênios

Introdução

Buscando agilizar o acesso às informações de todos os convênios assinados pela SENASP com Estados e municípios e respectivas prestações de conta e tornar esta informação disponível para análises de dados que nos forneçam conhecimento para aprimorar o processo de transferência de recursos para as Unidades da Federação,

começamos, em julho de 2005, a sistematizar todas as informações dos convênios e prestações de contas (convenientes, aditamentos, reformulações, valores e caracterização dos bens e serviços adquiridos e recursos gastos e devolvidos pelos Estados e municípios) inserindo-as em uma base de dados, que será disponibilizada para a equipe técnica da SENASP.

Cronograma de Atividades

Já temos todos os convênios assinados de 2000 a 2005 digitados e, atualmente, estamos digitando as informações dos convênios de 2006. Iniciamos também, neste ano de 2007, a digitação das prestações de conta. Todo este trabalho de digitação está sendo realizado em um sistema produzido pelo Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. Atualmente, estamos otimizando as funções do software para garantir consulta fácil aos convênios e produção de relatórios de informação.

Continuidade das Atividades

Já produzimos, em 2006, o primeiro relatório detalhado sobre gastos executados com recursos do FNSP. Após realizadas alterações sugeridas pela equipe técnica da SENASP, pretendemos que este software passe a ser atualizado continuamente, permitindo termos uma base de dados continuamente disponível para realizarmos consultas e relatórios sobre as atividades de convênio.

5. Diagnósticos de Segurança Pública e Justiça Criminal

Aliado ao esforço de checagem da qualidade e consistência das bases de dados do nosso acervo atual, a equipe da SENASP também desenvolveu durante este período análises específicas para cada uma destas bases de dados. Além das análises que se orientaram para a elaboração de apresentações a serem feitas pelo Ministro da Justiça, pelo Secretário Nacional de Segurança Pública e pelos diretores e coordenadores da SENASP, também foram desenvolvidas análises mais aprofundadas de algumas bases de dados objetivando fornecer aos planejadores de políticas de segurança pública informações que incrementassem o caráter empírico das suas atividades. Também objetivando o desenvolvimento de análises mais precisas do fenômeno da criminalidade, a SENASP contratou um consultor estatístico para elaborar uma base de dados com projeções populacionais mensais para todos os municípios brasileiros entre 2000 e 2010.

5.1. Estimativas Populacionais Mensais para os Municípios

A construção de taxas de registro de criminalidade constitui uma das ações básicas na elaboração de análises da incidência de crimes. Estas taxas devem ser calculadas dividindo o número de registros de incidência dos fenômenos pela efetiva população que está submetida ao risco de se constituir vítima deste mesmo fenômeno. De um modo geral, um erro primário que é cometido neste cálculo é a utilização da população anual, normalmente de dezembro, para o cálculo de taxas mensais ou semestrais da incidência do fenômeno analisado. Este procedimento ignora o fato de que o tamanho da população, assim como o número de possíveis vítimas, está em constante mutação, sendo diferente a cada mês. Buscando corrigir este erro, a equipe da SENASP contratou um consultor para

construir uma planilha de projeções mensais das populações de todos os municípios brasileiros existentes atualmente entre os anos de 2000 e 2010.

Esta planilha foi distribuída para os operadores dos 27 estados que compareceram nas reuniões de trabalho para a elaboração do Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil). Deste modo, pretendemos garantir que as estatísticas produzidas pelos estados passem a contar com taxas mensais que representem a realidade do fenômeno analisado em todos os municípios brasileiros. A partir desta ação, os estados poderão gerar taxas mensais de crimes fazendo uso de uma planilha de projeção populacional comum a todos. Buscou-se, com isso, dar um passo decisivo na padronização/uniformização dos denominadores dos cálculos das taxas de incidência criminal.

5.2. Diagnósticos sobre Segurança Pública

A equipe da SENASP elaborou estes relatórios a partir de uma análise dos dados do acervo de base de dados do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal e também de algumas outras bases de dados produzidas por outras fontes: Ministério da Saúde, IBGE e pesquisadores da área de segurança pública. As principais apresentações elaboradas no período estavam relacionadas aos seguintes eventos: Festa de Aniversário do Ministério da Justiça, Visita Técnica ao Canadá, Visita Técnica à Colômbia, apresentação dos dados de criminalidade nas 27 unidades federativas (2001 e 2002) e sua divulgação na mídia. Entre as principais pesquisas e relatórios destacamos:

1-Custo da Violência e Criminalidade no Brasil - Reunimos informações coletadas em três pesquisas de custo da violência realizadas em Belo Horizonte (CRISP/UFMG), São Paulo (ILANUD) e Rio de Janeiro (ISER).

2-Mapa da Criminalidade Violenta no Brasil (estados e capitais) 2001/2003 - análise detalhada da incidência, evolução, distribuição espacial de 15 indicadores de criminalidade distribuídos no Brasil, segundo Regiões Geográficas, Estados e Capitais, com dados coletados pela SENASP.

3-Mapa da Criminalidade Violenta no Brasil (estados, capitais e municípios com população acima de 100 mil habitantes) 2004 - análise detalhada da incidência, evolução, distribuição espacial de 15 indicadores de criminalidade distribuídos no Brasil, segundo Regiões Geográficas, Unidades da Federação, capitais e municípios com população acima de 100 mil habitantes, com dados coletados pela SENASP.

4-Distribuição dos Homicídios nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (1980-2001) - análise da distribuição espacial e evolução da incidência de homicídios registrados nos Atestados de Óbito no Brasil entre 1980 e 2001 para as Regiões Metropolitanas, com dados coletados pelo Ministério da Saúde.

5- Mapa da Criminalidade na Região Metropolitana de Vitória – Análise detalhada do nível de incidência, evolução e concentração espacial por bairro da criminalidade entre os municípios da Região Metropolitana de Vitória.

6- Perfil da Criminalidade na Região da BR 163 (Cuiabá/Santarém) – Análise sintética sobre a distribuição dos homicídios nos municípios da região do entorno na BR 163 sob demanda da Casa Civil da Presidência da República.

7-Pesquisa de Vitimização no Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória e Recife) 2001

- análise de pesquisa de vitimização realizada em 2001 pelo Gabinete de Segurança Institucional, incluindo informações sobre vitimização, sensação de segurança, atendimento realizado pela polícia, entre outras informações.

8-Perfil das Organizações de Segurança Pública - análise do perfil das organizações, incluindo algumas informações de destaque para o planejamento de ações para esta área específica pela SENASP. Este conjunto de pesquisas envolve os seguintes relatórios:

- 8.1. Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (2003 e 2004)
- 8.2. Guardas Municipais no Brasil (2003)
- 8.3. Corpos de Bombeiro no Brasil (2004)
- 8.4. Polícias Cíveis no Brasil (2004)
- 8.5. Polícias Militares no Brasil (2004)
- 8.6. Instituições de Aviação em Segurança Pública no Brasil (2004)
- 8.7. Institutos de Medicina Legal (2003)
- 8.8. Delegacias da Criança e do Adolescente (2004)
- 8.9. Centros de Formação de Oficiais e Academias de Polícia Militar (2005)

Continuidade das Atividades

Nosso objetivo é gerar um anuário estatístico que levante diferentes temas da área de segurança pública e não fique restrito apenas a mensurar a incidência de registros de ocorrências e os recursos das organizações de segurança pública. É preciso dar destaque à questão da vitimização, tanto de cidadãos quanto de empresas e estabelecimentos comerciais, à questão da presença de armas na sociedade civil, à relação entre a sociedade e as organizações de segurança pública, ao fluxo do sistema de justiça criminal e aspectos relacionados à prevenção da criminalidade e da violência. Outro destaque como projeto para o próximo ano é a produção de um diagnóstico dos projetos assinados pelos Estados em convênio com a SENASP. Neste diagnóstico, buscaremos identificar como foi o investimento da SENASP nos Estados, como se processou o encaminhamento dos projetos, tanto no aspecto financeiro como de conteúdo.

5.3. Relatórios de Gestão da SENASP

Outra atividade importante que o Departamento de Pesquisas, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública vem executando nestes últimos anos é a execução de relatórios administrativos, englobando relatórios de gestão da SENASP, relatórios respondendo à solicitação do TCU (Tribunal de Contas da União) e pequenas sínteses de ações executadas pela SENASP. Esta atividade tem se orientado principalmente pela necessidade de institucionalizar e legitimar socialmente as ações executadas pela atual gestão da SENASP, fornecer conhecimento para a sociedade brasileira avaliar de forma mais clara e sincera a situação da segurança pública e responder a demandas de outros órgãos governamentais em uma perspectiva de integração. Na produção destes relatórios, destacam-se:

1-Relatório de Ações da SENASP (2003/2005): relatório detalhando o planejamento estratégico de atividades, atividades executadas, repasse de recursos e avaliação dos resultados alcançados pelas atividades executadas entre 2003 e 2005.

2-Relatório de Resposta à Demanda do TCU (2006): relatório respondendo aos questionamentos e sugestões elaboradas pelo TCU sobre as ações executadas pela atual gestão da SENASP.

3-“Folders” das Principais Ações Executadas pela SENASP: sínteses das ações (INFOSEG, Estruturação da Perícia, Gabinetes de Gestão Integrada, Rede de Ensino à Distância, Força Nacional e Modernização dos Corpos de Bombeiros) para sua divulgação em caráter técnico

4-Monitoramento da Implantação do SUSP: relatório detalhado das propostas de ação envolvendo a implantação do Sistema Único de Segurança Pública e prestação de contas da SENASP sobre as ações executadas.

5-Relatório dos Gastos dos Recursos do FNSP (2000 a 2005) : sínteses dos gastos dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, caracterizando o gasto segundo Unidades da Federação, tipo de gasto (armas, viaturas, prevenção, formação, etc) e segundo gasto por execução direta da SENASP e repasse via convênio.

6-Relatório de Monitoramento das Ações de Segurança Pública dos Jogos Pan-Americanos (RJ) : acompanhamento da execução das ações planejadas para segurança pública dos Jogos Pan-Americanos durante o ano de 2006. Continuaremos acompanhando a execução das ações durante todo o ano de 2007.

6. Cursos e Oficinas de Trabalho

O sucesso da implantação de toda a estrutura técnica, softwares e metodologia de coleta e registro de informações depende da capacitação dos profissionais de segurança pública no sentido da valorização do uso da informação como principal ferramenta da ação policial e implantação da gestão em segurança pública, baseada no uso contínuo destas informações. Neste sentido, iniciamos em 2004 a realização de uma série de cursos e oficinas de trabalho buscando valorizar estes tópicos no processo de formação dos profissionais de segurança pública.

6.1. Curso de Gestão em Segurança Pública

Como foi exposto anteriormente, um dos princípios fundamentais que orientaram a construção do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Justiça Criminal foi a necessidade de criar condições para implantar a gestão como princípio de administração das organizações de segurança pública no Brasil. Para garantir o sucesso desta ação, além de investirmos na implantação do sistema de coleta e registro de informações estatísticas e também na implantação de sistemas de análise de dados, como o TerraCrime, iniciamos o investimento em cursos de Gestão em Segurança Pública. A criação destes cursos decorreu da necessidade de capacitar os profissionais de segurança pública em relação aos princípios de gestão e também sensibilizar estes profissionais em relação à importância da informação e de todos os processos envolvendo a coleta, registro, sistematização e disseminação de informação. A sensibilização destes profissionais seria, portanto, fundamental para garantir o sucesso do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, pois traria a legitimidade necessária ao sistema e garantiria que as informações seriam produzidas com o rigor metodológico necessário.

O Curso de Gestão em Segurança Pública foi planejado, em 2004, possuindo quatro módulos diferentes: (1) Gestão de Processos em Segurança Pública - o primeiro módulo do curso tem como foco principal métodos para o mapeamento e planejamento dos processos que estruturam uma organização e as estratégias de negociação para implantação de melhorias dentro das organizações de segurança pública, (2) Gestão da Informação em Segurança Pública - o segundo módulo discute todo o processo de geração, sistematização e uso da informação na área de segurança pública, (3) Gestão em Segurança Pública Utilizando Geoprocessamento - o terceiro módulo discute especificamente a utilização do geoprocessamento na área de planejamento tático, operacional e de políticas de segurança pública e (4) Experiências Exitosas em Segurança Pública no Brasil - o último módulo terá como objetivo trazer diversos profissionais da área de segurança pública que já atuaram como gestores para apresentar práticas de gestão que tiveram sucesso em sua aplicação.

Em 2006, decidimos fazer do módulo (3) Gestão em Segurança Pública Utilizando Geoprocessamento um curso à parte, aumentando sua carga horária e reforçando o conteúdo do curso, fazendo parte do processo de implantação nacional do TERRA-CRIME. O público do curso também foi ampliado de modo a incluir gestores municipais de segurança pública.

Cada um dos três módulos possui 40 horas/aula e é administrado para três turmas de alunos diferentes. As 27 Unidades da Federação foram divididas em três grupos, de forma que uma turma assiste às aulas em Brasília, a outra em Fortaleza e a última em Porto Alegre. Cada Unidade da Federação enviou três representantes para participar do curso, escolhidos entre os gestores de nível médio de cada uma das organizações estaduais de segurança pública – Secretaria Estadual, Polícia Civil e Polícia Militar. A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal também enviaram representantes para fazer parte do curso.

O início das atividades do Curso de Gestão em Segurança Pública ocorreu em setembro de 2004 com a primeira turma em Brasília. Finalizamos, em 2004, as três turmas do primeiro módulo do curso (Gestão de Processos em Segurança Pública) e realizamos a primeira turma do segundo módulo do curso (Gestão da Informação em Segurança Pública). Atualmente, já administramos todo os três módulos do curso para todos os alunos. Nesta primeira versão do curso foram formados 110 profissionais gestores em segurança pública.

6.2. Oficina de Trabalho dos IMLs - Parceria Ministério da Saúde

Ainda carecemos de um sistema nacional de coleta de informações estatísticas de segurança pública que contemple o nível municipal de agregação dos dados. A SENASP implantou em 2004 um novo sistema que tem como unidade os municípios com população acima de 100 mil habitantes. Esta opção teve como fundamento o fato de que 80% dos eventos criminais do país se concentram nestes municípios. Outra opção para a análise de informações estatísticas de segurança pública ao nível municipal é a base de dados do Sistema de Informações de Mortalidade sistematizado pelo Ministério da Saúde a partir das declarações de óbitos, por município de residência da vítima. Esta é a única base de dados no Brasil com informações de eventos criminais que contempla o nível municipal. Coletamos as informações das vítimas de homicídio ou causa com intenção não determinada cujo instrumento foi arma de fogo ou arma branca, através do Código Internacional de Doenças (versão 9 e versão 10).

Desenvolvemos uma parceria, em 2004, com o Ministério da Saúde para incrementar a qualidade das informações fornecidas pelos Institutos de Medicina Legal de todo o país ao Sistema de Informações de Mortalidade. Para tal, realizamos nos dias 10 e 11 de novembro de 2004 uma oficina de trabalho que reuniu os diretores dos IMLs das 27 capitais das Unidades da Federação, coordenadores de análise da informação das 27 Secretarias Estaduais de Segurança Pública e coordenadores do Sistema de Informações de Mortalidade das 27 Unidades da Federação. Este constituiu o primeiro esforço para aproximar estes profissionais e fazer com que os profissionais da área de segurança pública também incorporem a base de dados do SIM como fonte de informação para o planejamento de suas ações. Desta oficina de trabalho surgiu uma série de sugestões relativas à melhora da qualidade das informações geradas pelos IMLs que serão aproveitadas pela equipe da SENASP no planejamento de suas ações em relação à área de perícia.

6.3. Oficina de Trabalho com a OPAS - RIPSA

Durante todo o ano de 2004 e até outubro de 2005, participamos de uma oficina de trabalho com reuniões periódicas com representantes da OPAS (Organização Pan-americana de Saúde), Ministério da Saúde e DENATRAN para reformulação do cardápio de indicadores disponíveis no relatório: Indicadores e Dados Básicos para a Saúde. Esta publicação é atualizada anualmente pela RIPSA (Rede Interagencial de Informações para a Saúde).

Como resultado desta oficina, operacionalizamos uma reformulação da concepção de saúde pública, onde informações da área de trânsito e segurança pública passaram a ser utilizadas para caracterizar a situação no Brasil. As informações de segurança pública incluídas nos diagnósticos foram: Taxa de Crimes Violentos Não Letais contra a Pessoa, Taxa de Crimes Violentos Não Letais contra o Patrimônio, Taxa de Profissionais de Segurança Pública, Número de Unidades Operacionais de Segurança Pública por Habitante e Gasto Público *Per Capita* com Segurança Pública.

6.4. Curso sobre Uso Gerencial de Informações em Segurança Pública

Um problema das políticas e ações de segurança pública que tem destaque na produção da calamidade que atualmente caracteriza esta área de trabalho é a falta de uma perspectiva gerencial das organizações de segurança pública. Infelizmente, verifica-se a predominância de um contexto onde, por um lado, não se aplicam os princípios de gestão para a execução das ações, ou seja, não se realizam diagnósticos qualificados, planejamentos com metas estabelecidas e monitoramento contínuo dos resultados alcançados. Por outro lado, as organizações não se vêem como principais responsáveis pela estruturação das condições de trabalho dos seus membros, sobressaindo a situação de que o bom profissional é o herói.

Estamos iniciando, no segundo semestre de 2006, a realização do curso Uso Gerencial das Informações em Segurança Pública por meio da Rede de Ensino à Distância administrada pela SENASP. Serão milhares de alunos qualificados nos seguintes conteúdos: situação atual dos sistemas nacionais de informação em segurança pública no Brasil, parâmetros mínimos para construção e implantação destes sistemas, uso gerencial de

informações em segurança pública e técnicas básicas de análise de dados e produção de relatórios.

Além do conteúdo passado por meio da apostila do curso, também farão parte das atividades de ensino: mesa redonda com a presença de vários gestores de segurança pública discutindo o tema e dando exemplo de sua aplicação prática e entrevista com gestores aprofundando mais o assunto.

6.5. Oficina de Trabalho na SBPC (2006)

Participamos de evento SBPC (Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência) em Florianópolis (julho de 2006), onde convidamos 6 pesquisadores ganhadores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal para apresentar os resultados de suas pesquisas. Esta ação teve como objetivo divulgar os resultados deste concurso, visando contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança em todo o Brasil.

7. Síntese da Situação (2006)

ATIVIDADES EXECUTADAS (2003 / 2.semestre 2006)	SITUAÇÃO IMPLANTAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Atividades de Implantação dos Módulos de Estatística		
Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública		
Polícia Civil	implantado	Possuímos informações coletadas desde janeiro de 2004
Polícia Militar	implantado	Os Estados estão começando a nos encaminhar as estatísticas
Corpos de Bombeiros Militares	em construção	Estamos construindo o módulo de estatística
Perfil das Organizações de Segurança Pública	implantado	Possuímos informações coletadas para 2004 e encaminhamos os novos questionários
Pesquisa Nacional de Vitimização	em construção	Estamos em negociação com o IBGE para realizar a pesquisa em 2007
Fluxo do Sistema de Justiça Criminal	em construção	Estamos construindo o módulo de estatística
Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal		
Sistema de Monitoramento Espacial da Criminalidade em Ambiente Urbano	em construção	Estamos viabilizando o término das atividades da implantação nacional do software
Observatório Nacional de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidad	implantado	O observatório está disponível na página do Ministério da Justiça
Biblioteca Digital de Monografias de Segurança Pública	implantado	As monografias são disponíveis no Portal Segurança Cidadã
Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP	implantado	Realizamos análise para 2004 e já encaminhamos os questionários para análise de 2005
Distribuição de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	implantado	Desde 2004, produzimos o índice de distribuição de recursos do FNSP
Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas	implantado	Estamos divulgando os resultados das pesquisas
Sistema de Cadastro e Monitoramento de Convênios	em construção	Estamos construindo o software e digitando as informações
Diagnósticos de Segurança Pública e Justiça Criminal		
Estimativas Populacionais Mensais para os Municípios Brasileiros	executado	Material distribuído para os técnicos de estatísticas de segurança pública de todo o Brasil
Diagnósticos sobre Segurança Pública	executado	Atividades executadas continuamente
Relatórios Administrativos	executado	Atividades executadas continuamente
Cursos e Oficinas de Trabalho		
Curso de Gestão em Segurança Pública	em execução	Executamos módulos 1, 2 e 4 do curso e falta executar módulo 3
Oficina de Trabalho com os IMLs em Parceria com o Ministério da Saúde	executado	Executamos uma primeira reunião com os gestores dos IMLs de todo o Brasil
Oficina de Trabalho com a OPAS - RIPSAs	executado	Atividade concluída, resultando na inserção das estatísticas no IDB
Curso sobre Uso Gerencial de Informações em Segurança Pública	em execução	Curso para formato no ensino à distância sendo construído
Oficina de Trabalho na SBPC	executado	Apresentação de pesquisas financiadas pelo concurso e contribuição na elaboração de uma proposta sobre ações prioritárias na segurança pública